



ALMANAQUE DE

HISTÓRIA

ALMANAQUE DO
ESTUDANTE
EXTRA



www.revistaonline.com.br

CAPRI



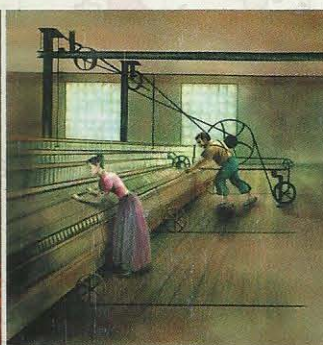
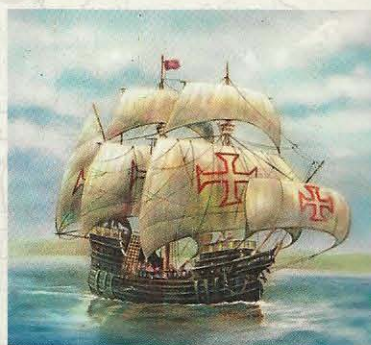
Ano 1 - Nº 1

R\$ 14,99

€ 6,00

DA PRÉ-HISTÓRIA AO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Antiguidade oriental e clássica • Grécia e Roma • Idade Média • Renascimento • Reformas religiosas
• Absolutismo • Mercantilismo • Navegações • Colonização • Iluminismo • Revoluções Industrial
e Francesa • Primeira e Segunda Guerra Mundial • Revolução Russa • Pós-Guerra



ENEM e VESTIBULAR

115 assuntos para você estudar

MAIS FÁCIL E PRÁTICO Imagens, mapas e curiosidades que ajudam a memorizar as informações

SIMULADO Avalie seus conhecimentos



BRASIL: Ocupação e administração da colônia • Ciclos da cana, do ouro e do café • Revoltas coloniais • Independência • Primeiro e Segundo Reinados • Proclamação da República • Era Vargas • Populismo • Ditadura Militar • Brasil contemporâneo

INTRODUÇÃO 04

PRÉ-HISTÓRIA 06

ANTIGUIDADE 08

ANTIGUIDADE ORIENTAL 10

Egito
Mesopotâmia
Império Babilônico
Império Assírio
Segundo Império Babilônico
Império Persa
Fenícia
Palestina

GRÉCIA ANTIGA 14

Atenas
Esparta
Guerras do Peloponeso

ROMA 19

A República
Guerras Púnicas
Império Romano

IDADE MÉDIA 24

ALTA IDADE MÉDIA 26

Reinos Bárbaros
Império Carolíngio
Feudalismo
Império Bizantino
Civilização islâmica

BAIXA IDADE MÉDIA 33

Cruzadas
Inquisição
Guerra dos Cem Anos
Peste Negra

IDADE MODERNA 36

RENASCIMENTO 38

A Renascença em outros países
Renascimento científico

REFORMAS RELIGIOSAS 41

Martinho Lutero
João Calvino
Igreja Anglicana
Contrarreforma

ABSOLUTISMO E MERCANTILISMO 44

Teóricos do absolutismo
Absolutismo na França
Absolutismo na Inglaterra
Mercantilismo

NAVEGAÇÕES E COLONIZAÇÃO 48

Portugal e Espanha
Navegações tardias
Conquista da América

ILUMINISMO 52

Teóricos
Economistas

Independência dos Estados Unidos

IDADE CONTEMPORÂNEA 56

REVOLUÇÃO FRANCESA 58

Estados Gerais
Assembleia Constituinte
Convenção Nacional
Diretório
Período Napoleônico
Congresso de Viena

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 63

Pioneirismo inglês
Inovações técnicas
Condições de trabalho

MOVIMENTOS DO SÉCULO XIX 66

Socialismos
Primavera dos Povos
Unificações alemã e italiana
Independência da América espanhola
Guerra de Secessão

NEOCOLONIALISMO 71

A partilha da Ásia e da África
EUA e o Big Stick

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL 73

Tratados de Paz

A REVOLUÇÃO RUSSA 75

A vitória dos Bolcheviques

PERÍODO ENTREGUERRAS 77

A crise de 1929
Itália fascista
Alemanha nazista
Fascismos ibéricos

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 80

Conflitos
Tratados e conferências

O PÓS-GUERRA 82

Guerra Fria
Revolução Chinesa
Guerra do Vietnã
Revolução Cubana
Árabes x Israelenses
Mundo contemporâneo

BRASIL 86

EXPANSÃO PORTUGUESA 88

Pioneirismo português
Chegada ao Brasil

OCUPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO 90

CANA-DE-AÇÚCAR 93

Produção canavieira
Escravidão
União Ibérica
Expansão territorial

MINERAÇÃO 96

Outras atividades econômicas
Fixação dos limites do território

REVOLTAS COLONIAIS 98

Período Pombalino
Movimentos nativistas
Movimentos nacionalistas

PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA 101

Período Joanino
Insurreição Pernambucana
Revolução do Porto
Emancipação política

IMPÉRIO 105

PRIMEIRO REINADO 106

Guerras de independência
Organização política
Problemas políticos
Período regencial
Cabanagem
Sabinada
Balaçada
Revolução Farroupilha
Golpe da Maioridade

SEGUNDO REINADO 111

Questão Christie
Guerra do Paraguai
Imigração
Abolição da escravidão
O fim da monarquia
Proclamação da República

REPÚBLICA 117

REPÚBLICA VELHA 118

República da Espada
República Oligárquica (Café com Leite)
Tenentismo
Revolução de 1930

ERA VARGAS 123

Governo provisório
Governo constitucional
Estado Novo

PERÍODO POPULISTA 127

Governo Dutra
Governo Vargas
Governo JK
Governo Jânio Quadros
Governo João Goulart

DITADURA MILITAR 130

Organização política
O "milagre" econômico
Crise e fim da ditadura

BRASIL CONTEMPORÂNEO 133

Governo Sarney
Governo Collor
Governo Itamar Franco
Governo FHC

Simulado 136

Teste seus conhecimentos com questões que envolvem o conhecimento da História

A divisão da História

A pesar de todos os avanços da Historiografia, a divisão da História em "Idades" (Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea) ainda continua muito utilizada. Entretanto, com o crescimento do nível de exigência interpretativa dos vestibulares, essa divisão é vista por muitos como uma espécie de símbolo do estudo de História, como uma "decoreba" de fatos e datas. Muitos livros preferem adotar o modelo de modos de produção, isto é, uma interpretação pela qual o desenvolvimento das sociedades teria se dado a partir das condições econômicas que determinariam a produção de riqueza, estabelecendo atritos entre aqueles que as produziam diretamente e os que se apropriavam destas riquezas. Essa interpretação está ligada à visão marxista do processo histórico.

Não se deve esquecer, entretanto, de que essa periodização foi criada *a posteriori*. Assim sendo, as pessoas que viveram nesses períodos históricos não tinham ideia de qual "Idade" havia terminado ou qual estava por vir. De toda forma, as idades e as datas de referência são:

IDADE ANTIGA – de cerca de 3000 a.C., com o aparecimento da escrita, até 476, com o fim do Império Romano do Ocidente.

Modo de produção escravista (Ocidente) – gregos e romanos usavam a mão-de-obra escrava como base do sistema produtivo.

IDADE MÉDIA – de 476 até 1453, com o fim do Império Romano do Oriente (Império Bizantino) e a tomada de sua capital, Constantinopla.

Modo de produção feudal – o poder centralizado perdeu espaço para a fragmentação política. A nobreza passou a explorar diretamente os servos da gleba, trabalhadores presos à terra. A Igreja Católica realizava a organização ideológica desse período.

IDADE MODERNA – de 1453 até 1789, com a Revolução Francesa:

Modo de produção capitalista (transição) – a burguesia aliou-se aos reis para combater a nobreza feudal. Tomou o poder dos nobres e concentrou o capital, de modo a realizar obras que requeriam grandes investimentos.

IDADE CONTEMPORÂNEA – de 1789 até nossos dias.

Modo de produção capitalista – a burguesia tomou o poder, afastando os reis e proclamando os governos parlamentares ou repúblicas presidencialistas burguesas.

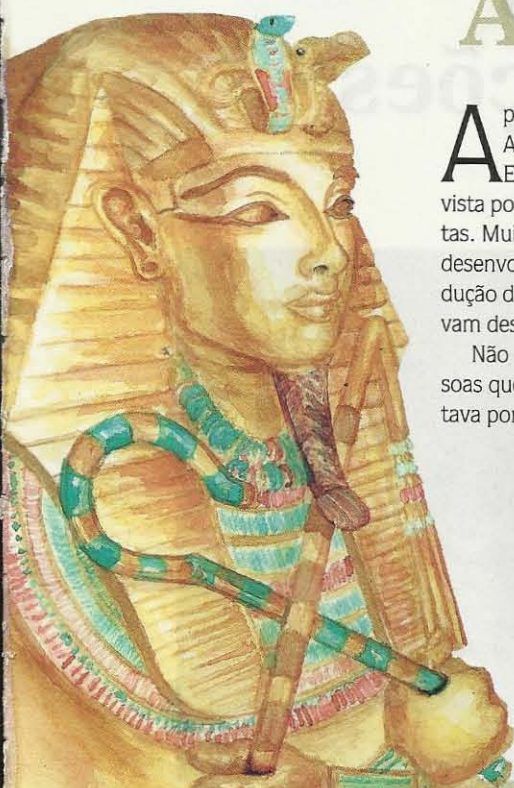


Ilustração: Diego Sanchez



Divulgação



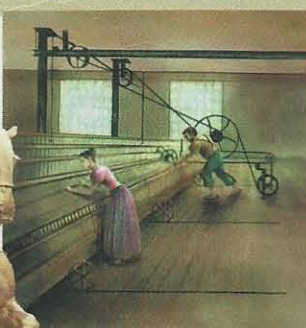
Divulgação



Divulgação



Viviane Pelissari



Desenho: Rodrigo Alves/
Colorização digital: Bruno Paiva



Divulgação/ NNSP e NARA



AFP

Brasil

De 1500 aos dias atuais

LINHA DO TEMPO – BRASIL



1415 – Os portugueses iniciam a conquista de Ceuta

1498 – Vasco da Gama chega à Índia

1500 – Cabral chega ao Brasil

1548 – Criação do Governo Geral

1494 – Assinatura do Tratado de Tordesilhas

1534 – Criação das capitanias hereditárias

1531 – Expedição Colonizadora de Martin Afonso de Souza

1541 – Aclamação de Amador Bueno

1550 – Substituição do índio pelo negro como mão-de-obra escrava

1580 – Início da União Ibérica

1640 – Fim da União Ibérica

1572 – Divisão do Brasil em dois governos

1684 – Revolta de Beckman

1637 – Nassau governa Pernambuco

1693 – Descoberta do ouro nas Minas Gerais

1710 – Guerra dos Mascates

1720 – Revolta de Vila Rica

1707 – Guerra dos Emboabas

1750 – Nomeação do Marquês de Pombal para Ministro de Estado do rei D. José I

Divulgação

Ilustração: Luis Gustavo Bueno

1798 – Conjuração Baiana ou Guerra dos Alfaiates

1789 – Inconfidência Mineira

1807/08 – A família real portuguesa transfere-se para o Brasil/ Abertura dos portos às "nações amigas"

1806 – Napoleão Bonaparte decreta o Bloqueio Continental

1815 – Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido

1820 – Revolução Liberal do Porto

1817 – Insurreição Pernambucana

1810 – Tratados de Comércio e Navegação

1826 – D. Pedro I luta pela posse do trono português

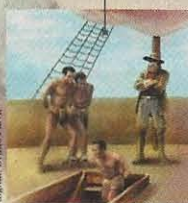
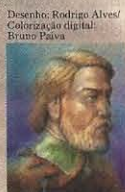
1824 – Aprovação da primeira Constituição brasileira

1825 – Fim da Confederação do Equador

1822 – Independência do Brasil e coroação de D. Pedro I como Imperador

1834 – Regência Una

1831 – Abdicação de D. Pedro I/ Assume a Regência Trina



Desenho: Rodrigo Alves/Colaboração digital: Bruno Paiva



1837 – Sabinada

1840 – Golpe da Maioridade/
Assume D. Pedro II

1850 – Fim do tráfico negroiro



Desenho: Rodrigo Alves/Colaboração digital: Bruno Paiva

1888 – Fim da escravidão

1891 – 1ª Constituição Republicana



AFP

1932 – Revolução Constitucionalista

1945 – Fim do Estado Novo

1937 – Início do Estado Novo

1954 – Suicídio de Vargas



AFP/Porto SA

1961 – Renúncia de Jânio Quadros

1964 – Golpe Militar/
Queda de João Goulart

1979 – Lei de Anistia

1985 – Eleição e Morte de Tancredo Neves



Anistia Cruz/Albr

1988 – Aprovação da nova Constituição

1838 – Balaiada

1835 – Regência de Feijó/
Cabanagem e Farroupilha

1848 – Revolução Praieira

1870 – Fim da Guerra do Paraguai

1922 – Revolta do Forte de Copacabana

1889 – Proclamação da República

1930 – Revolução e ascensão de Getúlio Vargas

1946 – Aprovação da "Constituição Liberal"

1944 – Entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial

1960 – Fundação de Brasília

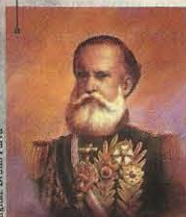
1978 – Extinção do AI-5

1968 – Decreto do AI-5

1984 – Campanha Diretas Já

1994 – Implantação do Plano Real

Desenho: Rodrigo Alves/Colaboração digital: Bruno Paiva



Desenho: Rodrigo Alves/Colaboração digital: Bruno Paiva



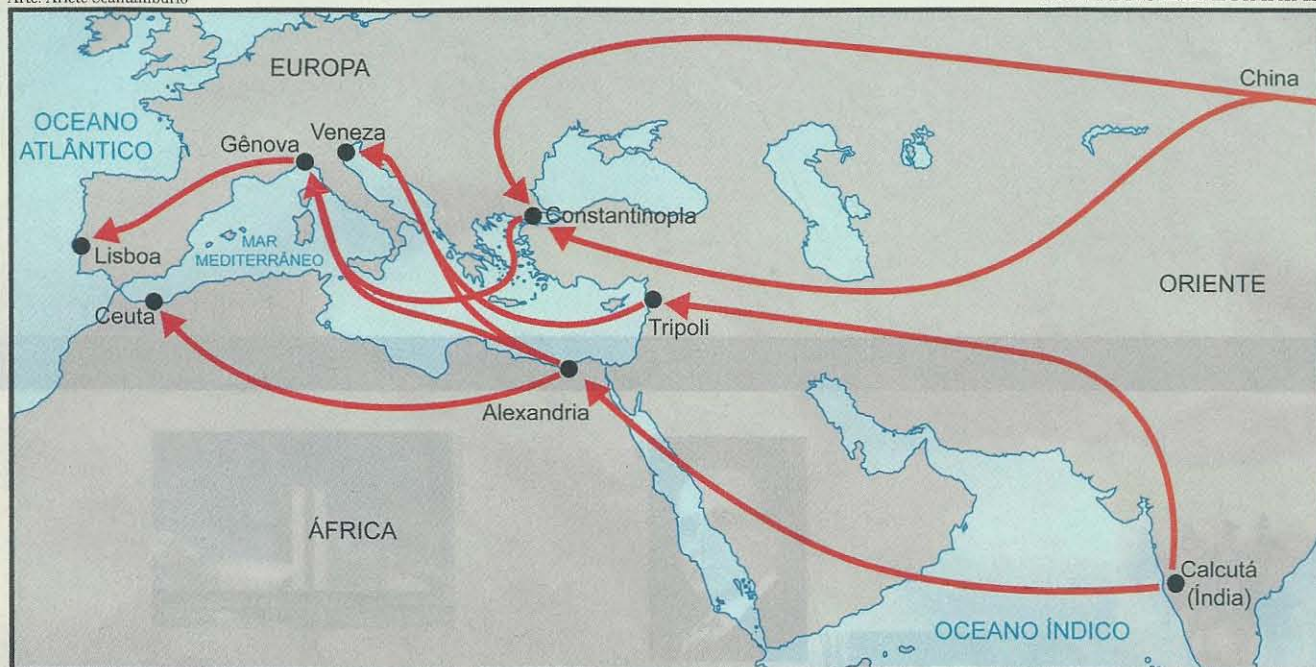
AFP



AFP/RIA Novosti

1992 – Impedimento de Collor de Melo

Arte: Arlete Scantamburlo



Expansão portuguesa

Pioneiro nas Grandes Navegações, Portugal conquistou diversos pontos comerciais estratégicos e chegou ao Brasil

A chegada dos portugueses ao Brasil faz parte de um contexto muito mais amplo do que uma série de aventuras protagonizadas por navegantes destemidos. De forma geral, chamam-se de **Grandes Navegações** esse conjunto de episódios envolvendo os países europeus em uma luta pela hegemonia sobre o Atlântico e o comércio de especiarias orientais, e que se desenrolou durante a História Moderna.

Desde os séculos XI e XII, na Baixa Idade Média, era grande o interesse dos europeus por manter o acesso às especiarias orientais. Entretanto, era necessário que se livrassem da dependência em relação aos comerciantes de **Gênova e Veneza**, que **monopolizavam a principal rota marítima da época, o Mediterrâneo**, desde o final das Cruzadas.

PIONEIRISMO PORTUGUÊS

Uma série de peculiaridades fez dos **lusitanos** os **primeiros europeus a explorar** o “mar oceano” – nome que, na época, designava o **Atlântico** – com o objetivo de encontrar uma rota alternativa **para se chegar às “Índias**” – eles chamavam por esse

nome as terras do Oriente Médio (Pérsia, Palestina, Arábia) e Extremo Oriente (China e Japão).

A simples **localização geográfica** do país beneficiou os lusos, uma vez que Portugal é totalmente voltado para o Atlântico e, inclusive, esse mar era já velho conhecido dos pescadores. A própria **tradição de navegação pesqueira** foi fator favorável para Portugal.

Ao contrário de França e Inglaterra, envolvidas na Guerra dos Cem Anos, os portugueses desfrutavam **paz interna e externa**, dispondo de pessoal, capital e vontade do governo de direcionar as atenções para a navegação. Quanto à **Espanha**, não se deve esquecer de que esta só se unificou em 1492, após a vitória na **Guerra da Reconquista** e a expulsão dos mouros de seu território, o que fez que os espanhóis se “atrasassem” em relação aos portugueses.

Finalmente, havia uma **burguesia mercantil** portuária que tinha enriquecido por intermediar o comércio de especiarias para o norte da Europa. Disposta a ocupar o lugar dos italianos no controle do comércio, essa burguesia uniu-se ao Estado português

na conquista do litoral atlântico.

Mas o fator primordial para o pioneirismo português na expansão marítima foi a **centralização precoce do poder** e a consolidação do absolutismo antes de qualquer outro reino europeu. Para melhor entender, veja como se deu a formação da monarquia lusitana no quadro da página 99.

NAVEGAR É PRECISO – Durante muito tempo, acreditou-se que o infante Dom Henrique teria criado um centro de estudos de navegação, a **Escola de Sagres**, que reunia cartógrafos, cosmógrafos e navegadores de todo o mundo conhecido para, a serviço de Portugal, estabelecerem as diretrizes que levariam os lusitanos até o Oriente. Hoje sabemos, através de pesquisas recentes, que esta “escola” nunca existiu, se pensarmos num modelo de Academia, mas era, na verdade, uma taverna, um ponto de encontro de marinheiros e aventureiros que se encontravam para conversar e contar suas histórias.

A estratégia escolhida foi o **périplo africano**, ou seja, **contornariam o litoral da África para chegar até o sul da Índia**. Os

mapas da época não eram muito precisos e tal empreendimento não deixava de ser uma aventura sem final definido. Mas as riquezas que estavam à espera dos europeus motivavam a ganância dos conquistadores. Seguindo os versos de Virgílio, o lema era : “ – **Navegar é preciso; viver não é preciso...**”

Em **1415**, os portugueses iniciaram a expansão, com a **conquista de Ceuta**, na atual costa marroquina, que era uma importante praça de comércio de especiarias sob domínio árabe. Num primeiro momento, muitos acreditavam que, a partir da conquista de Ceuta, não seria necessário navegar para mais adiante, rumo ao Oriente, pelo menos a curto prazo. Mas a violência empregada na tomada da cidade desviou as caravanas de comerciantes para outras regiões, empobrecendo Ceuta e desanimando os conquistadores. Tornou-se inevitável, então, a **busca “por mares dantes nunca navegados”**.

Anos depois, os portugueses já haviam conquistado ilhas como **Madeira, Cabo Verde e Açores**, bem como construído feitorias no litoral africano. Na segunda metade do século XV, tinham descoberto ouro na **Guiné**, através das expedições do explorador Pedro Sintra. Em **1488, Bartolomeu Dias ultrapassou o Cabo das Tormentas**, rebatizado pelo Rei Dom João II de **Cabo da Boa Esperança**.

A descoberta da passagem para o Oceano Índico era o sinal de que os portugueses tinham ampla vantagem sobre todas as

nações mercantis. Entretanto, o **orgulho português** foi seriamente **abalado quando o genovês Colombo, a serviço da Espanha, noticiou a descoberta de um caminho ocidental para a Índia, no final de 1492**. Por fim, em **1498**, o português **Vasco da Gama completou o périplo africano e aportou em Calicute, na Índia**, estabelecendo o controle de Portugal sobre aquela região da Ásia.

A CHEGADA DOS PORTUGUESES

Até hoje, perduram as controvérsias quanto à casualidade do descobrimento do Brasil. Muitos questionam até se é possível utilizar a palavra “descobrimento”. Concretamente, pode-se apontar o protesto do governo português à **Bula Inter Coetera**, que foi o primeiro tratado entre

portugueses e espanhóis sobre as terras “descobertas” por Colombo. O tratado foi proposto em 1493 e determinava a criação de uma linha divisória a 100 léguas ocidentais das ilhas de Cabo Verde. A proposta espanhola foi prontamente repudiada, pois a distância de 100 léguas não era suficiente para atingir as terras americanas e satisfazer as expectativas dos lusitanos. Isso obrigou a celebração de um segundo acordo, o **Tratado de Tordesilhas** (1494), que deslocou a linha imaginária para 370 léguas a oeste das mesmas ilhas. Pelo primeiro tratado, todo o atual continente americano pertenceria à Espanha. Já pelo segundo, Portugal teria direito a um território equivalente à parte ocidental do Brasil, com limites próximos às atuais cidades de Belém (PA) e Laguna (SC).

FORMAÇÃO DE PORTUGAL



Enquanto na maior parte do território europeu ainda predominava o modelo feudal, os portugueses já haviam centralizado o poder nas mãos do monarca. É bem verdade que não se pode afirmar que houve o desenvolvimento do feudalismo naquela região. Ao contrário do restante da Europa, onde as lutas entre os nobres eram comuns, a formação de Portugal foi mais ligada à **Guerra da Reconquista**, na qual os cristãos da Península Ibérica estavam determinados a expulsar os mouros.

Na Península Ibérica localizavam-se vários reinos, como Leão, Castela, Navarra, Aragão, dentre outros, que estabeleciam laços de vassalagem entre si, o que favoreceu a união contra os mouros durante a Reconquista. No século XI, o **rei de Castela**

e **Leão, Afonso VI, convidou** nobres borgonheses (região noroeste da França) para ajudar na Guerra Cruzadista Continental. Os primos Raimundo e **Henrique de Borgonha** atenderam ao convite e, por terem obtido sucesso em suas empreitadas, receberam, respectivamente, o Condado de Galiza e o **Condado Portucalense**.

O pequeno condado, então governado por borgonheses, praticamente não expandiu seus domínios territoriais. Com a morte de Henrique de Borgonha, assumiu o trono sua esposa, Dona Teresa, na condição de regente até a maioridade do filho, Afonso Henriques. Entretanto, em 1128, teve início uma luta entre o herdeiro e sua mãe, pois esta não tinha a intenção de lhe transferir o poder. Foi então que Afonso Henriques obteve apoio político daqueles que tinham interesse na autonomia do condado e, assim, conseguiu formar um exército para enfrentar Dona Teresa, que foi obrigada a reconhecer **Dom Afonso Henriques** como o soberano português. O jovem nobre ainda derrotou os árabes muçulmanos na **Batalha de Ourique (1139)** e proclamou-se rei.

Em 1143, pela conferência de Samora, o Papa Inocêncio III e o Rei Afonso VII de Castela reconheceram o Reino de **Portugal como Estado independente. A dinastia de Borgonha governou Portugal até 1383**, com a morte do último rei descendente de Afonso Henriques. O falecimento deste rei, que se chamava **Dom Fernando**, deu início a uma crise dinástica.

Com a morte de Dom Fernando, a maior ameaça à independência de Portugal passou a ser, novamente, a regente do reino, Dona Leonor Teles, auxiliada por seu amante, Conde de Andeiras e pelo rei de Castela, Dom João, interessado na volta de Portugal à condição de condado submisso aos castelhanos. Houve, então, grande mobilização unindo a burguesia mercantil e o povo, que resolveram eleger outra família, desligada de Castela, para governar Portugal. O escolhido foi Dom João que era irmão bastardo do rei falecido (Dom Fernando).

A população se uniu contra Dona Leonor Teles, que, desesperada, chegou a pedir a ajuda militar de Castela. Estava estabelecida a guerra. Em 1384, os castelhanos foram derrotados. Dom João foi aclamado rei de Portugal. **A vitória da Revolução de Avis significou o fim dos entraves feudais e a consolidação da Monarquia Nacional.**



Ocupação e administração

Com dificuldades para controlar e ocupar o novo território, os portugueses instituíram as capitanias hereditárias e, posteriormente, o governo-geral

PERÍODO PRÉ-COLONIAL

A América Portuguesa só era uma terra longínqua e desabitada aos olhos dos portugueses. Na realidade, era terra de milhões de índios (de diferentes culturas e formas de organização), que desconheciam a Europa e seus ideais expansionistas.

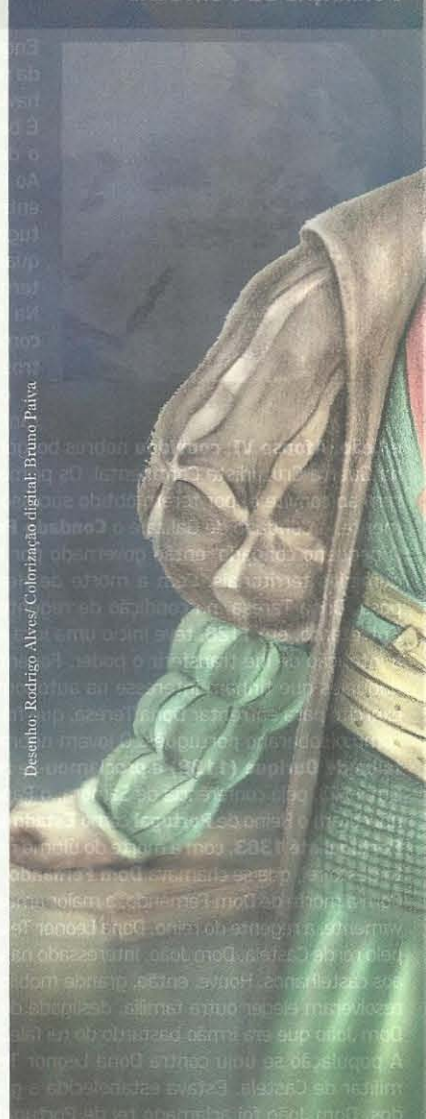
De qualquer forma, Portugal apossou-se do novo território exatamente no momento em que encontrava a rota para as ricas especiarias das Índias. Assim, não deu grande importância às terras americanas. **O período entre 1500 e 1530 é denominado pré-colonial**, pois, nele, só foram registradas as visitas de duas expedições exploradoras (1501 e 1503) e duas expedições guardacostas (1516 e 1526). A **única atividade econômica** desenvolvida nessa época foi a **exploração predatória de pau-brasil**, obtido **através de escambo** (troca de mercadorias) **com os índios**.

Outros países europeus passaram, então, a se interessar pela exploração das terras que eram chamadas de "Índias Ocidentais" (América) – em especial França, Holanda e Inglaterra. Diante das incursões de corsários franceses, que também praticavam o escambo com os índios, o governo português foi obrigado a mandar uma expedição colonizadora para tomar posse do território. Essa expedição, comandada por Martim Afonso de Souza, partiu de Portugal e fundou a **Vila de São Vicente** (1532), onde introduziu o cultivo da **cana-de-açúcar**.

OCUPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

A colonização da América Portuguesa por Portugal sofreu influência de diversos fatores, que diferenciam a ocupação dessas terras de qualquer outro modelo desenvolvido no continente. A manutenção das possessões portuguesas no Oriente exigia grandes

Concretamente, pode-se apontar o primeiro teste do governo português à sua intervenção no Brasil. Muitos questionam se se a política militar a palavra "descobrimiento".



Martim Afonso de Souza: a expedição comandada por ele partiu de Portugal e fundou a Vila de São Vicente em 1532

contingentes populacionais. As febres e guerras dizimavam essa população, que tinha que ser continuamente reposta, por isso, colonizar a Terra de Santa Cruz, utilizando o **latifúndio** e a **mão-de-obra escrava**, não criaria para Portugal o risco de ter sua população drasticamente diminuída.

Viajar até o Novo Mundo era um grande risco, tanto que muitos portugueses morriam nas travessias marítimas, vítimas de acidentes, tempestades, lutas com piratas e escorbuto (doença provocada por deficiência de vitamina C, que ocasiona hemorragias e pode levar à morte). E os **colonos que para cá vieram que eram degredados**, isto é, presos condenados à expulsão do reino, ficando confinados nas regiões mais distantes.

Era vedado à nobreza exercer "ofício mecânico" (trabalhar com as mãos), bem como o "comércio a retalho" (comércio varejista). Aos filhos das famílias nobres, ficava reservada as carreiras militar, eclesiástica e do alto funcionalismo público, na administração do Império. Em outras palavras, ao contrário do espírito empreendedor que os puritanos (calvinistas) desenvolveram posteriormente no século XVII na América do Norte, **os lusitanos não cultivavam o trabalho como algo digno**, muito pelo contrário. O trabalho manual era visto como castigo e reservado para escravos e empregados subalternos.

Os postulantes a cargos públicos ou a títulos de nobreza deviam comprovar, através de atestados de pureza de sangue, que não descendiam (pelo menos nas últimas três gerações de sua família) de judeus, mulçumanos ou pessoas que tivessem passado pelo exercício de ofício mecânico. Dessa forma, **todo aquele que pretendesse ascender à nobreza deveria se manter longe do trabalho braçal**.

Sob todas estas condições, Portugal lançou mão de um artifício que já havia alcançado bons resultados em ilhas do Atlântico e foi oficialmente introduzido aqui em **1534**. Nesse ano, por ordem do rei Dom João III, o Brasil foi dividido em 15 faixas perpendiculares à linha da costa, criando-se, assim, as **capitanias hereditárias**.

O objetivo básico era **delegar a particulares a tarefa de colonizar a América Portuguesa**, uma vez que tal empreitada mostrava-se muito dispendiosa. O **capitão-donatário** (responsável pela capitania) recebia as terras através de um documento chamado **Carta de Doação**, e havia uma série de direitos, estabelecidos pela **Carta de**

Foral, dentre outros:

- distribuir lotes de terra, as **sesmarias**, aos colonos de sua confiança;
- fundar vilas;
- impor a justiça;
- escravizar os habitantes nativos;
- cobrar impostos;
- catequizar os indígenas e impor a religião católica.

Apesar de ter a posse de fato das terras, **era vedado ao donatário vender a capitania**, pois a propriedade de direito era do rei de Portugal. Desta forma, **as capitanias constituíram-se num regime politicamente descentralizado, fundado em unidades autônomas** e que, se numa certa medida, lembram a estrutura política do feudalismo, **economicamente visavam à exportação para a metrópole**, no caso, Portugal.

A medida não atingiu resultados satisfatórios, uma vez que **somente** as capitanias de **São Vicente**, administrada por Martim Afonso de Souza, e **Pernambuco**, sob a responsabilidade de Duarte Coelho, **puderam prosperar** devido ao sucesso da cultura canvieira. As demais, entregues à pequena nobreza portuguesa ou a cristãos-novos, não atingiram sucesso por vários motivos, seja pelos ataques indígenas, seja pela falência dos donatários ou simplesmente por causa do desinteresse da parte de outros nobres que sequer

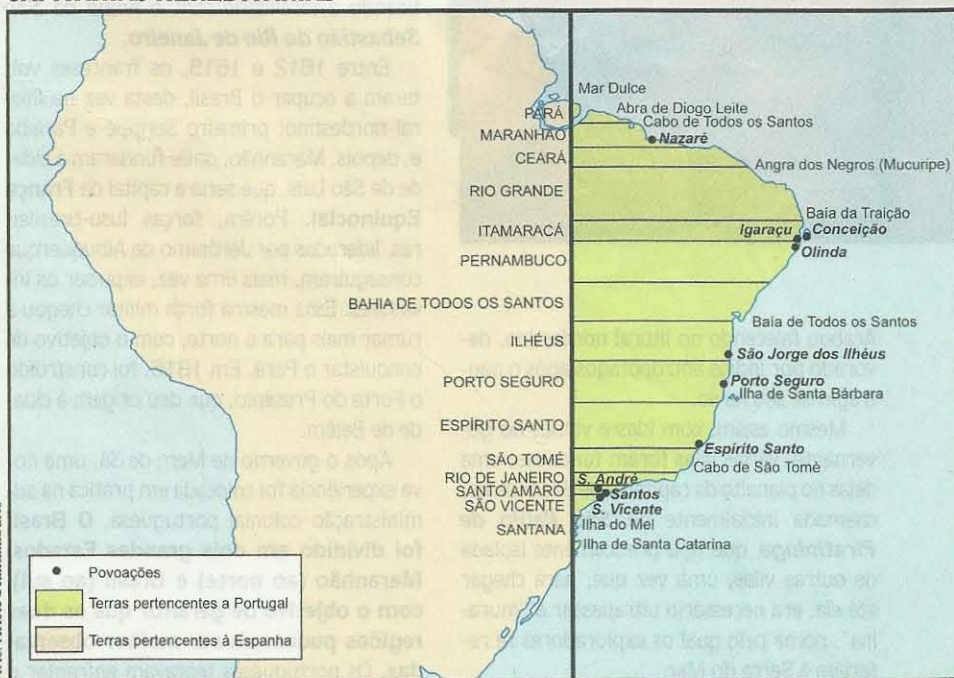
chegaram a viajar para a colônia.

Em 1548, através do Regimento, instituído por Dom João III, foi criado o primeiro **Governo-Geral** do Brasil, com o **objetivo de auxiliar as capitanias e representar o rei na colônia**. O primeiro titular desse cargo foi **Tomé de Souza**, que trouxe consigo colonos, degredados, as primeiras cabeças de gado e escravos africanos. Com o governador, chegou também um pequeno grupo de **jesuítas**, comandado por Padre Manuel da Nóbrega, que criou o primeiro colégio da colônia, na recém-fundada cidade de **Salvador**. Seus auxiliares diretos ocupariam os cargos de **ouvidor-mor** (responsável pela aplicação da justiça) e **provedor-mor** (responsável por todos os negócios ligados à Fazenda Real).

Durante o governo de Tomé de Souza, a escravização de índios ganhou novos critérios, determinando-se que só a partir da **"guerra justa"** (ataques de portugueses a índios que se mostrassem hostis) os nativos poderiam ser escravizados.

O segundo Governo-Geral, comandado por **Duarte da Costa (1553/58)**, foi marcado por atos autoritários e sofríveis. O filho do governador-geral, Álvaro da Costa, por liderar uma campanha pela livre escravização dos índios, desentendeu-se com o Bispo Pero Fernandes Sardinha, que tentou regressar a Portugal para comunicar ao rei os despropósitos praticados na colônia.

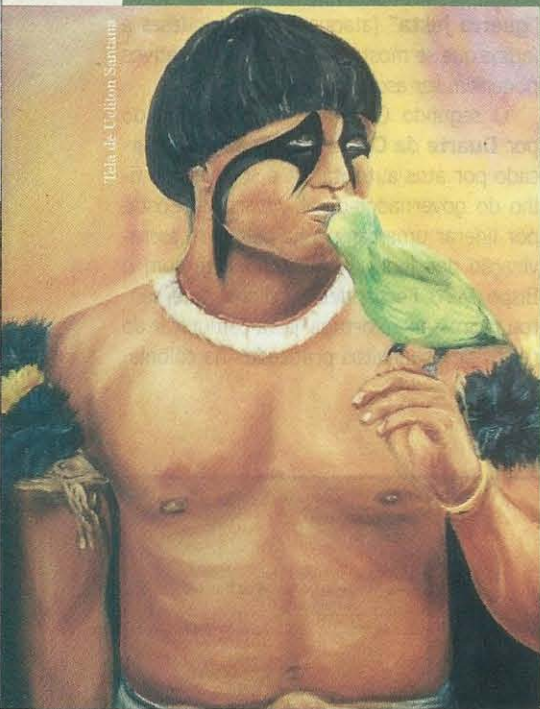
CAPITANIAS HEREDITÁRIAS



Arte: Arlete Scantamburlo

A "CATEQUIZAÇÃO" DOS ÍNDIOS

O ato de catequizar consiste na doutrinação, em práticas devocionais e no próprio comportamento pessoal. No Brasil colonial, isso foi claramente usado para "aportuguesar" os índios, ou seja, para arranjar um lugar e um papel para os indígenas de acordo com a organização da sociedade portuguesa. Os representantes para tal fim, os jesuítas, percorriam o território brasileiro levando a mensagem divina e convertendo os índios que, caso se rebelassem, sofriam duras penas. Esse processo foi unilateral, não havendo tempo para o índio assimilar tal conjectura social, somente para compreender, e na prática, que não era possível combater os portugueses, que dizimavam constantemente sua cultura.



Acabou falecendo no litoral nordestino, devorado por índios antropófagos após o naufrágio de seu navio.

Mesmo assim, com idas e vindas do governante, várias vilas foram fundadas; uma delas no planalto da capitania de São Vicente, chamada inicialmente de **São Paulo de Piratininga**, que ficou praticamente isolada de outras vilas, uma vez que, para chegar até ela, era necessário ultrapassar a "muralha", nome pelo qual os exploradores se referiam à Serra do Mar.

Nesse mesmo período, ocorreu a **invasão de franceses huguenotes (calvinistas) no Rio de Janeiro, liderados por Nicolau de Villegaignon**. O sucesso dos franceses deveu-se a uma eficaz aliança com os indígenas locais, criando a **Confederação dos Tamoios**. Tal situação foi fruto da inabilidade política do governador que, ao permitir a livre escravização de indígenas, ameaçou inclusive tribos que outrora eram aliadas dos portugueses. Os franceses **fundaram a França Antártica** em 1555 e uma fortificação na atual Baía de Guanabara (Forte Coligny) e, a partir daí, os portugueses sofreram várias derrotas na tentativa de expulsar os invasores. O governo de Duarte da Costa foi um fracasso no sentido de resguardar a autonomia territorial.

Essa união de franceses e indígenas tamoios só foi derrotada durante a presença do terceiro governador-geral, **Mem de Sá (1558/ 72)**. Em 1567, seu sobrinho, **Estácio de Sá**, aliou-se ao cacique Arariboia e alguns índios que mantinham rivalidades com os tamoios. Mais ao sul, na região de Iperoig (Ubatuba), foi fundamental a intervenção dos padres **Manuel da Nóbrega e José de Anchieta**, que se infiltraram entre os índios, convencendo-os a mudar sua posição de se manterem aliados aos franceses. Anchieta chegou a ser aprisionado pelos indígenas, mas estes, temendo o poder bélico luso, decidiram ajudar na expulsão dos invasores. Após serem vitoriosos nos embates contra os comandados de Villegaignon, os portugueses construíram um forte, batizando a localidade com o nome de **São Sebastião do Rio de Janeiro**.

Entre 1612 e 1615, os franceses voltaram a ocupar o Brasil, desta vez no litoral nordestino: primeiro Sergipe e Paraíba e, depois, Maranhão, onde fundaram a cidade de São Luís, que seria a capital da **França Equinocial**. Porém, forças luso-brasileiras, lideradas por Jerônimo de Albuquerque conseguiram, mais uma vez, expulsar os invasores. Essa mesma força militar chegou a rumar mais para o norte, com o objetivo de conquistar o Pará. Em 1816, foi construído o Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém.

Após o governo de Mem de Sá, uma nova experiência foi colocada em prática na administração colonial portuguesa. **O Brasil foi dividido em dois grandes Estados. Maranhão (ao norte) e Brasil (ao sul), com o objetivo de garantir que as duas regiões pudessem ser melhor observadas.** Os portugueses tentavam enfrentar o

problema de controlar um território tão extenso quanto as dificuldades para ocupá-lo.

Nesse período, a principal fonte de renda na colônia continuava a ser o pau-brasil retirado da mata atlântica, de norte a sul do litoral. **Com o governo-geral, cresceu a agricultura da cana-de-açúcar** e os primeiros engenhos movidos a mão, boi e, posteriormente, energia hidráulica. A agricultura desenvolveu-se, principalmente, na zona da mata nordestina. Ali, originou-se uma **sociedade agrária, com divisão em senhores de engenho, moradores da casa grande e escravos, habitantes da senzala**. Havia também os **agregados**, que eram brancos pobres, em geral parentes do senhor de engenho, que se colocavam sob sua proteção.

Sintetizando, o governo-geral representou o deslocamento de poderes e atribuições concedidos aos donatários para outro órgão, que estabeleceu na colônia o poder metropolitano, intervindo diretamente no processo de colonização, racionalizando-o, centralizando-o e tornando-o mais eficiente.

No Brasil colonial, os municípios apresentavam a mesma estrutura jurídica que os da metrópole. Fundar cidades era uma necessidade do povoamento e da defesa da terra, além de tornar práticas a tributação e a arrecadação. Porém, **as dimensões gigantescas da colônia geraram um distanciamento entre colonos e o poder central**, dando uma certa "independência" para as cidades, que passaram a lutar para resguardar seus interesses. É nesse bojo que nasceram as **Câmaras Municipais, com a função de organizar as vilas e povoados**. Tais Câmaras ganharam força e prestígio, defrontando-se frequentemente com a administração central. Os **vereadores** eram escolhidos junto ao voto dos **homens bons**, que nada mais eram do que **grandes proprietários de terra**.

Pode-se, então, chegar a uma série de conclusões. **Essa política portuguesa de ocupação das terras sempre privilegiou a grande propriedade rural, que era adquirida a partir de doações e não de compra**. No longo prazo, ficou fácil perceber que **essa política impediu a democratização do acesso à terra**, criando uma "casta" de latifundiários que, devido às dimensões da colônia e às dificuldades para o governador-geral impor-se, não encontraram problemas para estabelecer seu poder local, muitas vezes com uma violência e um despotismo que em nada deviam às autoridades metropolitanas, como veremos mais adiante.

Cana-de-açúcar

Depois do escambo do pau-brasil, teve lugar a cultura da cana-de-açúcar, realizada em sistema de latifúndio. Mas essa primeira etapa da economia colonial não sobreviveu à concorrência dos holandeses nas Antilhas

A “descoberta” do Brasil ocorreu no momento do mercantilismo português e, dessa forma, o Brasil foi inserido na condição de colônia, tendo por finalidade **complementar a economia da metrópole (Portugal), fornecendo matérias-primas e consumindo produtos manufaturados.**

A situação brasileira foi descrita por alguns historiadores como **colônia de exploração**, para onde os portugueses vinham dispostos a “fazer a América”, ou seja, enriquecer para voltar a Portugal, não se importando com o progresso destas terras. Esses portugueses costumavam deixar suas famílias na metrópole, migrando sozinhos. Assim, eram poucas as mulheres brancas na

colônia e, não raro, os **europeus tinham filhos com índias e negras.**

Nas colônias inglesas e francesas na América do Norte, ocorreu a **colonização de povoamento**, para onde os colonos mudavam-se com suas famílias em busca de terras cultiváveis, sem intenção de retornar ao país de origem. Ali, quase não ocorria miscigenação com negros e índios e o governo metropolitano permitia o comércio e a indústria locais em pequena escala.

É importante ressaltar **que a condição do Brasil de colônia de exploração deveu-se à sua localização geográfica.** Tanto os portugueses que aqui se estabeleceram, quanto os invasores ingleses, franceses e holandeses, tinham intenção de

desenvolver **plantations** voltadas para a produção de gêneros agrícolas que eram escassos na Europa, condenando este território ao atraso econômico, uma vez que não poderia ter uma economia autônoma.

PRODUÇÃO CANAVIEIRA

A economia da colônia nasceu sob o signo do maior lucro possível com o menor investimento. Após o escambo do pau-brasil, surgiu por aqui nosso primeiro “produto-rei”, com o ciclo da **cana-de-açúcar**. A monocultura da cana deu-se em regime de latifúndio (grandes propriedades com baixa produtividade). Somente em Pernambuco, as propriedades puderam ser classificadas como **plantations (latifúndio, monocultura, escravismo e produção para exportação)**. O ciclo da cana-de-açúcar durou até fins do século XVII, entrando em declínio devido à concorrência das colônias holandesas nas Antilhas. A **decadência do açúcar** e as fabulosas descobertas espanholas no Peru e no México incentivaram os portugueses a buscar outras fontes de riqueza.

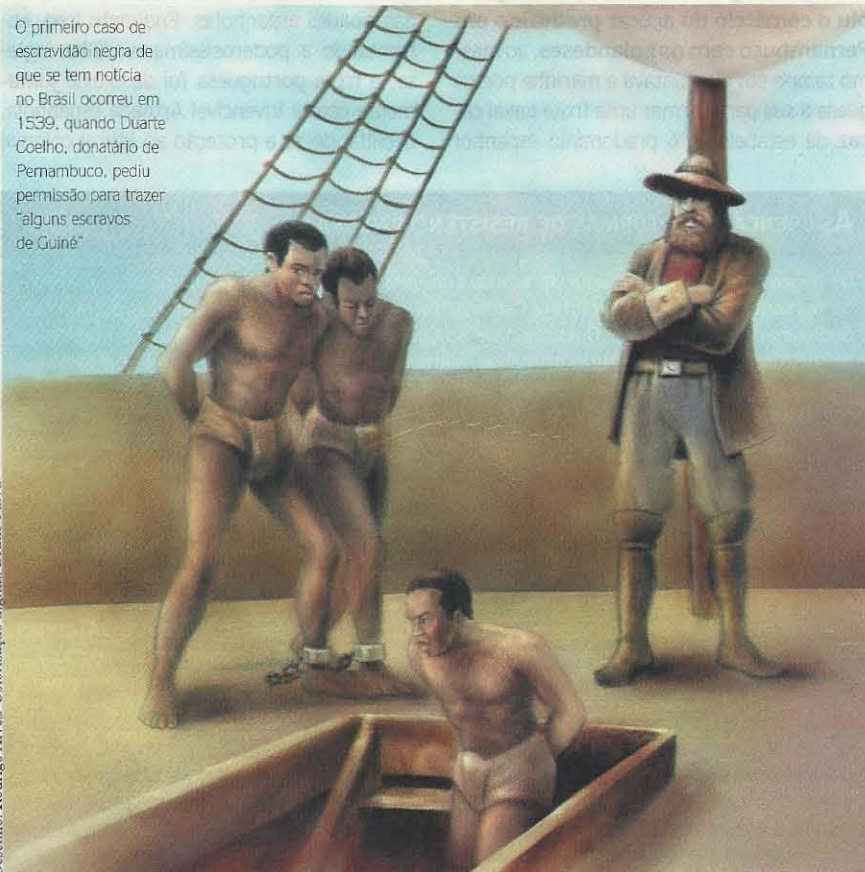
ESCRavidÃO

Com a necessidade de empreender a plantação em larga escala de cana-de-açúcar, os nativos foram escravizados. Porém, não havia consenso entre os portugueses que viviam no Brasil sobre o emprego de trabalhadores compulsórios locais, e a oposição da Igreja era muito forte, já que se interessava pela evangelização dos nativos e o trabalho destes em suas missões espalhadas pela colônia.

A escravidão dos indígenas foi proibida no Brasil, sendo reforçada pela bula *Veritas Ipsa* do Papa Paulo III, que condenava a escravidão dos nativos do Novo Mundo.

O primeiro caso de escravidão negra de que se tem notícia no Brasil ocorreu em 1539, quando Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, pediu junto ao rei de Portugal permissão para trazer “alguns escravos de Guiné”.

O primeiro caso de escravidão negra de que se tem notícia no Brasil ocorreu em 1539, quando Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, pediu permissão para trazer “alguns escravos de Guiné”



Com o ciclo da cana, aumentou consideravelmente a **importação de negros, o que acabando se tornando um monopólio régio**. Desde então, os negros foram trazidos aos milhares, chegando a 3,5 milhões, segundo alguns autores. O **tráfico negreiro** intensificou-se, transformando-se numa **lucrativa atividade econômica para a coroa portuguesa**. Tal fator também pesou quando o governo português passou a não mais aceitar a escravidão indígena.

Os **negros capturados nas guerras internas** passaram a ser encarcerados em cidadelas na costa africana por tribos "amigas dos portugueses", que os trocavam por tabaco, aguardente ou armas. Ali, eram embarcados nos navios negreiros. As mortes devido à fome, à sede e às doenças chegavam a dizimar a maior parte dos cativos já em alto mar.

UNIÃO IBÉRICA (1580 - 1640)

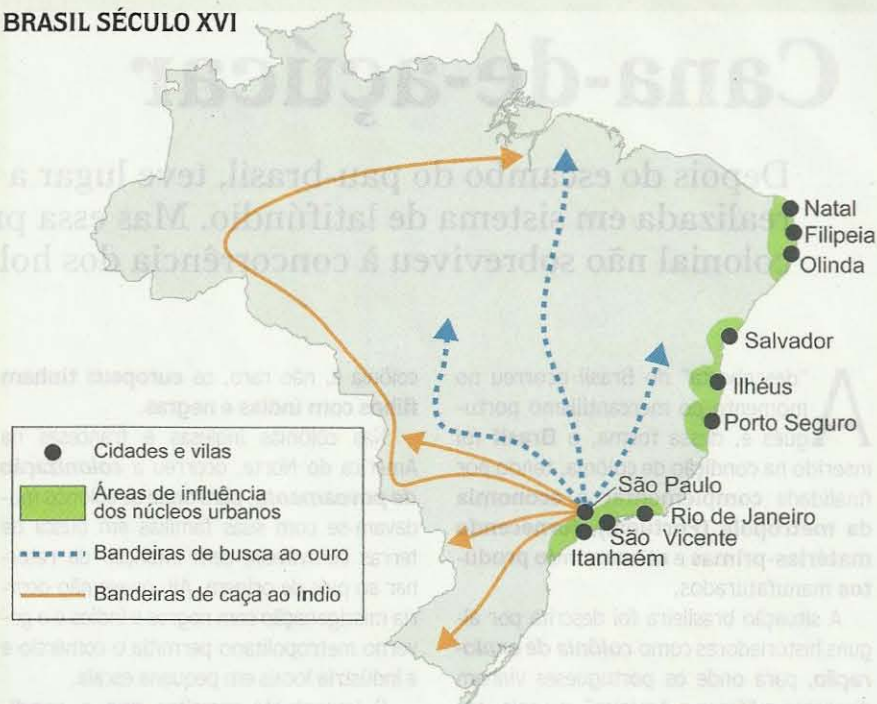
A vitória na Guerra da Reconquista, séculos antes, fez que o cruzadismo permanecesse vivo na alma dos nobres portugueses, que, então, direcionavam sua atenção para o noroeste da África. Foi nesse sentido que o jovem rei, Dom Sebastião, partiu para uma empreitada militar no Marrocos. Porém, em Portugal, estabeleceu-se uma crise dinástica, a partir da **morte** (ou desaparecimento) **do rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir (1578)**. O monarca **não deixou herdeiros** diretos e, como ainda havia laços de parentesco entre as nobrezas lusitana e espanhola, os portugueses corriam novamente o risco de perder em sua autonomia.

Em lugar de Dom Sebastião, assumiu o trono seu tio-avô, o **Cardeal D. Henrique**, que veio a falecer pouco tempo depois, em 1580, e, por ser membro do clero católico, também não deixou herdeiros. O **parente mais próximo era o rei da Espanha, Felipe II**, neto pelo lado materno do rei português Dom Manuel. Após se impor diante da resistência lusa, **Felipe II de Habsburgo anexou Portugal a seus domínios**.

O rei da Espanha, entretanto, prometeu respeitar a dignidade portuguesa, tratando o país como **"reino unido"**. Os funcionários do governo português foram mantidos, bem como a estrutura administrativa, o que significou para o Brasil uma transição sem problemas para o controle espanhol. Mas a política externa da Espanha trouxe importantes consequências para a Terra de Santa Cruz.

Na época, a **Holanda** mantinha relações econômicas com Portugal, sendo a **principal**

BRASIL SÉCULO XVI



financiadora da produção de açúcar em terras brasileiras. A **Espanha**, entretanto, era **inimiga dos flamengos** e estava em guerra com a Holanda desde quando esta obtivera a independência em relação aos nobres Habsburgo. Como consequência, **proibiu o comércio do açúcar produzido em Pernambuco com os holandeses**, ao mesmo tempo em que juntava a marinha portuguesa à sua para formar uma frota naval capaz de estabelecer o predomínio espanhol

nos mares: a **"Invencível Armada"**, como diziam as autoridades hispânicas.

Como **consequência do domínio espanhol**, as cidades de Lisboa e do Porto decaíram em importância, já que o comércio ultramarino passou a ser centralizado nas cidades espanholas. Enquanto isso, enfrentando a poderosíssima marinha inglesa, a frota portuguesa foi destruída juntamente com a Invencível Armada espanhola, debilitando-se a proteção ao litoral colonial

AS CRENÇAS E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA NEGRA

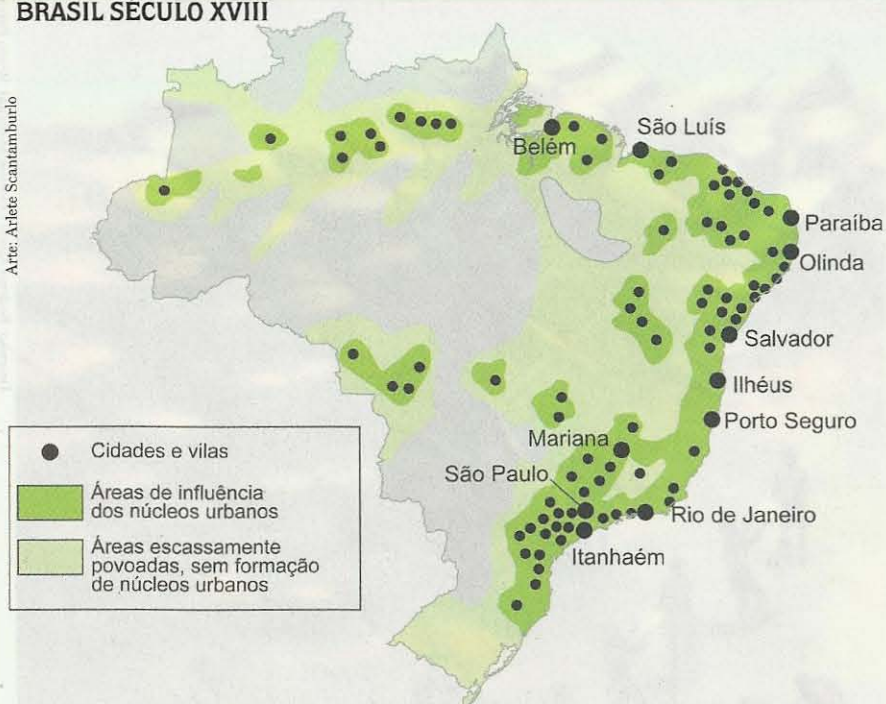
Os negros tentaram viver aqui de acordo com seus costumes, adorando os orixás, apesar da perseguição movida pela Igreja Católica. Tal prática, guardadas as devidas proporções, deu origem à Umbanda, à Quimbanda e ao Candomblé. Mas essas crenças não deixaram de misturar, no caso das duas primeiras, elementos ligados à fé cristã. Os negros também trouxeram outras influências, como os fulas e mandês, de origem berbere-etíope, que apresentavam fortes traços islâmicos.

As formas de **resistência negra** variaram tanto quanto as funções desempenhadas pelos escravos. Entre elas, os **quilombos** atingiram maior notoriedade, especialmente o dos **Palmares**, que foi o maior e o que mais resistiu aos ataques. Palmares era uma verdadeira confederação de tribos protegidas por um sistema de armadilhas que se desenvolveu no atual Estado de Alagoas, por volta de 1644. Beneficiado pela desorganização provocada pelas invasões holandesas, o quilombo chegou a contar mais de 10 mil negros. Os líderes de maior destaque foram Ganga Zumba e Zumbi, que tem sido recuperado pela atual historiografia como um verdadeiro herói popular. Tal comunidade só foi destruída em 1694, graças à união de esforços do bandeirante Domingos Jorge Velho e de governadores da região.

Entretanto, não foi essa a única forma de resistência negra à escravidão. Eram comuns suicídios, fugas, assassinatos de senhores, abortos provocados pelas próprias mães, dentre outras práticas mais violentas. Conforme relata Gilberto Freyre em ***Casa Grande e Senzala***, ocorreram numerosos casos de escravos que conseguiram burlar o sistema escravista, aproximando-se de seus senhores de várias formas, como a entrega de crianças negras para batismo pelas senhoras brancas, as "mães negras", que criaram gerações de senhores da Casa Grande, as mulheres que se tornaram amantes de seus senhores e, por vezes, senhoras deles, sendo o mais célebre caso o de Chica da Silva.

BRASIL SÉCULO XVIII

Arte: Arlete Scantamburlo



brasileiro. Dessa forma, em meio à **deca-dência** marítima de Portugal e às atitudes titubeantes da Espanha, os **holandeses** vi-ram uma clara **possibilidade de ter aces-so direto às terras da América e explo-rar o açúcar nordestino**.

Os **holandeses invadiram** o nordes-te da América Portuguesa, primeiramen-te em **Salvador** (1624) e posteriormen-te em **Pernambuco** (1630 - 54). Nesta segunda invasão, encontraram os planta-dores de cana ávidos por compradores, o que fez que **os colonos colaborassem com os invasores**.

Nesse contexto, deve-se destacar a fi-gura de **Maurício de Nassau**, que gover-nou a região de 1637 a 1644 em nome da **Companhia das Índias Ocidentais**, em-presa holandesa que explorava e financia-va a produção de cana. Nassau construiu pontes no Recife e incentivou a vinda de ar-tistas, pintores e cientistas, que fundaram um observatório astronômico na cidade. Acreditava que era fundamental ganhar a confiança dos colonos, pois qualquer atitu-de repressiva apenas prejudicaria a presença holandesa. Dessa forma, Pernambuco viveu uma fase de prosperidade, em que foi criada a Câmara dos Escabinos, assembleia de re-presentantes das Câmaras Municipais da re-gião, e o próprio Nassau desenvolveu uma linha de crédito para os plantadores de cana, chegando a perdoar e renegociar dívidas.

Enquanto isso, na década de 1640, uma **nova casa nobiliárquica** ocupou o trono

de Lisboa. A **família de Bragança** liderou a **Guerra de Restauração**, com a **ajuda** da monarquia **inglesa**, expulsando os re-presentantes espanhóis e estabelecendo a in-dependência de Portugal. Na verdade, essa in-dependência confundiu-se com a condição de Estado vassalo da Inglaterra, situação que sobreviveu até o século XIX.

Na colônia, **Nassau entrou em di-vergência** com os mantenedores da **Companhia das Índias Ocidentais**. Esta, preocupada com a situação financeira de seus acionistas, não entendia porque era ne-cessária tanta proximidade entre administra-dores locais e colonos. Da Holanda, vinham ordens para que fosse dado início a uma po-lítica de arrocho fiscal no Nordeste brasileiro e **Nassau acabou sendo substituído**, em 1644, por uma junta governativa. Tal **atitu-de desagradou os colonos pernambuca-nos**, então interessados no afastamento dos flamengos o mais rápido possível.

Com a **Restauração Portuguesa**, a luta pela expulsão dos holandeses ganhou, um novo alento até triunfar em 1654. O conjunto de confrontos que opôs os co-lonos pró-Portugal, liderados por João Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias (índios, negros e brancos, como gosta de contar a tradição historiográfica) e os conqui-stadores holandeses ficou conhecido como **Insurreição Pernambucana**.

Expulsos do Brasil, os holandeses di-rigiram-se para as Antilhas, na América

Central, onde desenvolveram o plantio de cana-de-açúcar e entraram em **concor-rência** com o produto brasileiro. No final do século, os **engenhos do Brasil** já davam sinais de **decadência**.

EXPANSÃO TERRITORIAL

Como se sabe, os portugueses tinham di-reito apenas às terras que ficavam a leste da linha de Tordesilhas. Porém, era impossível determinar exatamente onde seria esse limi-te. Assim, o desrespeito ao Tratado era co-mum. Por outro lado, os espanhóis não pos-suíam condições de estabelecer presença em toda a América, abrindo espaço para a ocu-pação de ingleses e franceses ao norte, bem como de lusos ao sul.

Durante a **União Ibérica**, os moradores de São Paulo penetraram no sertão, igno-rando o Tratado de Tordesilhas, pois, uma vez que naquele momento os governos de Portugal e Espanha eram o mesmo, a tal li-nha imaginária não tinha razão de existir. Penetrava-se livremente no sertão à pro-cura de pedras preciosas e índios que pu-dessem ser escravizados. Esses homens, co-nhecidos como **bandeirantes**, não tinham qualquer ligação com o governo português e eram, geralmente, **financiados por par-ticulares**, tendo a seu favor somente o fa-to de serem mestiços e capazes de sobrevi-ver na mata.

Houve, basicamente, três ciclos de expe-dições bandeirantes:

Ciclo de apresamento: o objetivo bá-sico dessas empreitadas era a captura de indi-genas, que, depois, seriam comercializados como escravos.

Ciclo de prospecção: expedições para o interior na busca de metais preciosos, que só obtiveram sucesso quando descobriram ouro na região atual de Minas Gerais, no fi-nal do século XVII.

Sertanismo de Contrato: bandeiran-tes foram contratados para atacar e destruir quilombos, aldeias de tribos hostis e até mis-sões jesuíticas, uma vez que o indígena acul-turado tinha um bom preço no mercado.

O movimento das bandeiras não deve ser confundido com as **entradas**, estas **finan-ciadas pelo governo de Portugal** e que, partindo de Salvador e outras cidades do nordeste, também exploraram o território, mas não penetraram no sertão. Outro tipo de expedição eram as **monções**, que utiliza-vam os rios como vias de penetração no in-terior. Mais um fator fundamental na con-quista do interior brasileiro foi a **criação de gado**, que será vista na economia colonial.

Mineração

Depois do ciclo açucareiro, a economia e a sociedade coloniais se modificaram.

E as fronteiras do Brasil foram, praticamente, definidas tais como são hoje

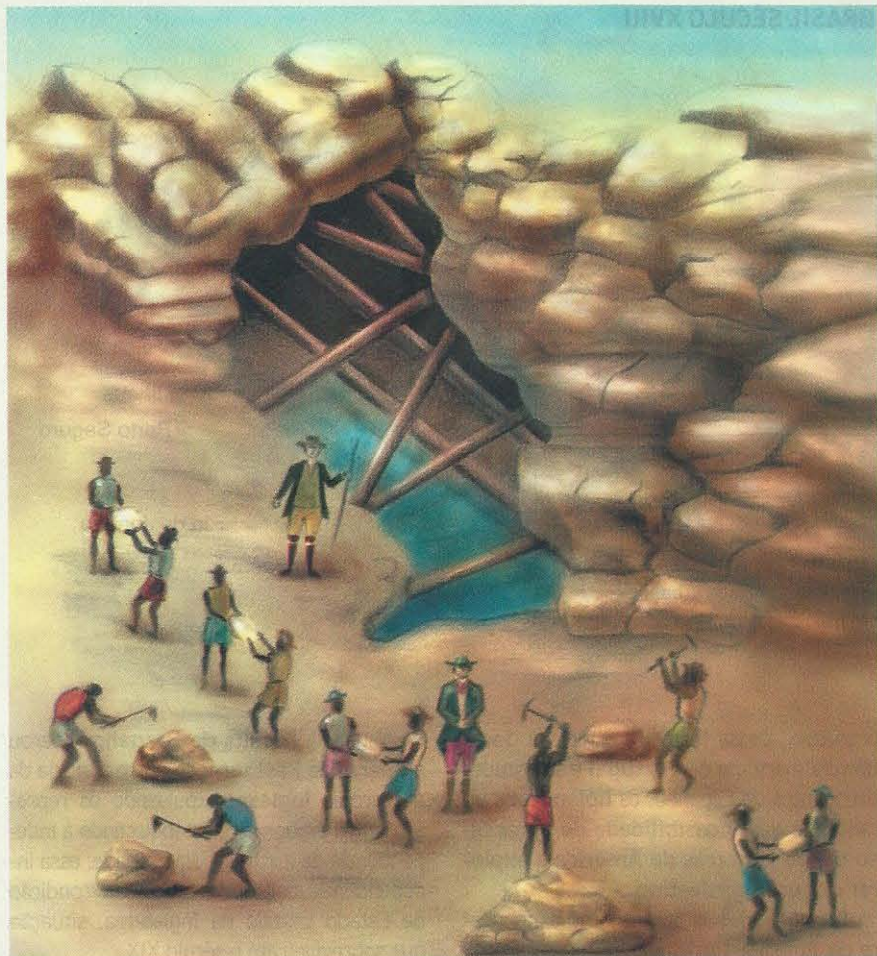
A descoberta do **ouro** deu início a um novo ciclo, que se estendeu por todo o século XVIII e foi marcado pela baixa produtividade, devido à tecnologia rudimentar dos garimpeiros e pelos **impostos cobrados pelo governo português**.

De acordo com o "Regimento do Ouro" de 1702, qualquer jazida aurífera encontrada na colônia seria confiscada pela coroa e dividida em "datas" (lotes). O descobridor da jazida escolhia a primeira data e, a seguir, a coroa escolheria a segunda. As restantes eram leiloadas e, ao final do leilão, a data do rei também era arrematada.

Nesse processo, pode-se notar a intenção do governo português de arrecadar a maior soma possível no menor tempo. A coroa de Portugal criou também um imposto de 20% de todo o ouro extraído na colônia. Tal tributo, conhecido como **quinto**, era alto e estimulava o contrabando.

Para coibir o contrabando, a partir de 1720, passaram a funcionar as **Casas de Fundição**, encarregadas de derreter todo o ouro encontrado, transformando-o em barras com o selo da coroa, e, então, cobrar o quinto. Em 1735, foi criada a capitação que cobrava o equivalente a 17 gramas de ouro por escravo que trabalhasse em uma lavra.

Em 1750, já sob o controle metropolitano imposto pelo primeiro-ministro português *Marquês de Pombal*, esses impostos foram substituídos por uma **taxa única de 100 arrobas de ouro a serem pagas anualmente por toda a região das Minas Gerais**. Esse imposto foi calculado numa época de apogeu da mineração, quando podia ser pago com facilidade pelos mineiros. Assim que a produção entrou em declínio, tornou-se impossível saldar os débitos. Neste momento (1765), o governo português criou a **Derrama**:



Em 1735, foi criada a capitação que cobrava o equivalente a 17 gramas de ouro por escravo que trabalhasse em uma lavra

cobrança de todos os impostos atrasados, incluindo a expropriação de imóveis, escravos e bens pessoais dos moradores da região das minas. As insatisfações em relação à Derrama deram origem a protestos e, em última instância, movimentos como a **Inconfidência Mineira** (1789).

Como consequência dos ciclos econômicos, pode-se destacar o surgimento de **uma sociedade estática nos engenhos do Nordeste** claramente definida (brancos ricos, brancos agregados aos ricos e negros escravos), que entrou em crise com a decadência do açúcar. Já o ciclo do ouro em **Minas Gerais deu origem a uma sociedade urbana e dinâmica**, em que as classes apresentavam maior complexidade, incluindo negros libertos, brancos formando uma espécie de classe média e até mesmo negros ricos. Graças ao ouro, ocorreu certo desenvolvimento da cidade de **São Paulo de Piratininga**, que passou a abastecer a região das minas com artigos manufaturados (rústicos) e gêneros de primeira necessidade.

OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Várias outras atividades econômicas desenvolveram-se na colônia, como a exploração de **drogas do sertão**, plantas medicinais obtidas por índios na região do Pará e da Amazônia, entregues aos jesuítas e, depois, vendidas para comerciantes que as enviavam para a Europa. Mais um exemplo era o **tabaco**, produzido no Recôncavo Baiano, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, com o objetivo de viabilizar o tráfico negreiro com as tribos africanas, como moeda de escambo.

Com a Revolução Industrial inglesa, havia um interessante mercado consumidor de **algodão** e, na segunda metade do século XVIII, foi introduzida no Maranhão a *plantation* deste produto, juntamente com o **arroz**. No caso brasileiro, o interesse pelo algodão nasceu a partir da desorganização nas plantações da América do Norte, em virtude da **guerra de independência das Treze Colônias (atual Estados Unidos)**.

Durante o governo de Pombal, foram criadas duas Companhias de Comércio com a função de monopolizar a cotonicultura, uma

no Pará e Maranhão e outra em Pernambuco e Paraíba. Mas as perspectivas do produto nos anos que se seguiram não se confirmaram positivas. Assim que a produção norte-americana e as relações diplomáticas com a Inglaterra foram normalizadas, viu-se que tudo não havia passado de **"falsa euforia"**.

Já a **criação de gado** foi introduzida na colônia como meio de tração e cresceu na periferia da região canaveira, especialmente no Maranhão, no Piauí e no **Vale do Rio São Francisco**. No início, o gado era criado nos engenhos, mas, como ocupava muito espaço, a criação foi transferida para fora das fazendas e, depois, para o interior da colônia, com características de extensiva e itinerante. Como não era uma atividade que demandava muitos trabalhadores, o dono de uma fazenda de gado, **geralmente, empregava trabalhadores livres**, muitos deles índios, que **recebiam em espécie** pelo trabalho. Tal prática permitiu que empregados de pecuaristas se tornassem criadores. **No caso nordestino, o gado foi fundamental para a expansão territorial** e a ocupação das áreas sertanejas.

Na região do atual Rio Grande do Sul, a pecuária desenvolveu-se seguindo dois objetivos: fornecer alimentação para os garimpeiros das Gerais e consolidar a ocupação portuguesa no sul, área que era disputada com os espanhóis. Ali, a **pecuária** encontrou vegetação favorável (pampa), e a produção foi carreada **para a indústria do charque**. A criação baseava-se, de início, no aproveitamento das vacarias, rebanhos dispersos e semisselvagens, constituindo unidades criadoras mercantis e possibilitando a integração econômica do Sul na colônia. Mas é importante ressaltar que, ao contrário do Nordeste açucareiro e do Sudeste mineiro, **os sulistas não foram submetidos a uma economia de exploração**, algo que não levou a região ao típico empobrecimento que caracterizou o restante da colônia.

Por volta da metade do século XVIII, a pecuária sulina atingiu seu auge através das **estâncias**, unidades criadoras constituídas como empresas mercantis, fornecendo às Minas tropas de mulas, couro e charque.

FIXAÇÃO DOS LIMITES

Após o fim da União Ibérica, em 1640, fez-se novos acordos com os espanhóis em relação às fronteiras coloniais americanas. As discussões tornaram-se mais complexas a partir de 1680, quando os portugueses fundaram a **Colônia do Sacramento**, às margens do Rio da Prata,

do lado oposto de Buenos Aires. A colônia funcionava como entreposto de contrabando, ferindo os interesses espanhóis. Depois de atritos militares, em 1681, foi firmado o **Tratado de Lisboa**, pelo qual a Espanha reconhecia a soberania portuguesa na região. Mas isso não eliminou novos choques. Em 1687, os espanhóis fundaram os **Sete Povos das Missões**, aldeamentos de jesuítas que trabalhavam na catequização de índios guaranis, estabelecidos ao norte de Sacramento.

Entre 1713 e 1715, foram assinados os **Tratados de Utrecht**. Pelo primeiro, firmado com a França, os franceses renunciavam às pretensões no Amapá. Pelo segundo, acordado com a Espanha, os espanhóis reconheciam, novamente, a soberania portuguesa sobre a Colônia de Sacramento, que havia sido invadida por espanhóis em 1704.

Nos anos seguintes, continuavam ambos os lados incentivando a fundação de povoados, que, depois, serviriam como estratégia de pressão. Em 1726, os espanhóis fundaram a cidade de **Montevideu** e, em 1735, invadiram novamente a Colônia do Sacramento. Dois anos depois, os portugueses fundaram o povoado Rio Grande de São Pedro, ocupando a região com colonos açorianos. O povoamento foi estendido e, em 1740, fundou-se Porto dos Casais (atual Porto Alegre).

Para definir tais questões, foi assinado em **1750 o Tratado de Madri**, que dava o direito de posse em função da ocupação do território. Assim, os portugueses

entregariam Sacramento aos espanhóis, e estes dariam aos lusitanos os Sete Povos das Missões, garantindo que os jesuítas deixariam os povoados.

Os indígenas guaranis e os padres jesuítas recusaram-se a desocupar a região e, entre 1755 e 1756, entraram em choque com as tropas luso-espanholas, que lutaram lado a lado para estabelecer a demarcação das fronteiras. Tais episódios ficaram conhecidos como **Guerras Guaraníticas**, cujos choques serviram pretexto para que o Marquês de Pombal, opositor da Companhia de Jesus, reiniciasse negociações para anular o Tratado de Madri.

Em **1777**, assumiu o trono a Rainha Maria I e, no início de seu governo, foi assinado o **Tratado de Santo Ildefonso**. A Espanha teria de entregar a Portugal a Ilha de Santa Catarina, invadida pelos hispânicos um ano antes, e os portugueses deveriam se desfazer da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões. Finalmente, em **1801**, foi assinado o **Tratado de Badajós**, no qual Portugal recebia, mais uma vez, os Sete Povos das Missões.

O objetivo do estudo de tantos tratados é entender que **as fronteiras do Brasil foram praticamente definidas ainda no período colonial**. As únicas mudanças significativas depois dessa época foram as incorporações da província Cisplatina em 1815, sendo que dez anos depois ela se tornaria independente, e do Acre em 1903, comprado junto à Bolívia a partir de negociações chefiadas pelo Barão do Rio Branco.

ALEIJADINHO

Durante o ciclo do ouro no Brasil, viveu em terras mineiras um dos maiores e mais famosos artistas brasileiros: o escultor Antônio Francisco Lisboa (1730 – 1814), que entrou para a história com o apelido de **Aleijadinho**, devido a uma suposta contração de lepra deformante. Filho de um arquiteto português e de uma escrava chamada Isabel, foi alforriado ao nascer e aprendeu, com o pai, arquitetura e escultura. O artista deixou sua marca em diversas cidades mineiras, e entre suas obras-primas do período barroco brasileiro estão a portada da Igreja do Santuário do Senhor Bom



Igreja de Bom Jesus de Matosinhos: aqui estão algumas das obras-primas de Aleijadinho

Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (MG), com 66 estátuas da **Via Crucis** em cedro-rosa e 12 estátuas dos profetas de Jesus em pedrasabão. Apesar de ter obtido fama em vida, Aleijadinho morreu solitário e pobre em Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto

Revoltas coloniais

O modelo mercantilista e absolutista entrou em crise e Portugal se viu em maus lençóis. No Brasil, surgiram revoltas que questionavam as ações e o papel da metrópole

PERÍODO POMBALINO

Quando assumiu o poder, Marquês de Pombal, em consonância com a percepção de parte da elite portuguesa do atraso em que se encontrava Portugal em relação aos principais países da Europa, orientou suas ações para atingir quatro objetivos:

- submeter a alta nobreza ao controle da Coroa;
- fortalecer os grandes comerciantes;
- evitar a interferência da Igreja nas decisões da monarquia;
- modernizar a máquina do Estado.

Assim, **Pombal procurou estabelecer condições para o exercício eficaz do absolutismo em Portugal**. As medidas tomadas, porém, não decorreram de um grande plano, previamente traçado, mas obedeceram às necessidades do momento atravessado pelo governo. Inicialmente, tratou-se da **reconstrução de Lisboa**, que tinha sido arrasada por um terremoto em 1755. Depois, promoveu-se a **reorganização militar** para enfrentar a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que se desdobrou na América, com embates entre portugueses e espanhóis no sul.

Essas providências exigiam a retomada da atividade econômica e uma reorganização administrativa, além de legislação atualizada e da preparação adequada dos funcionários. E, finalmente, tornou-se necessária a **remoção da interferência** daqueles que não participavam diretamente do grupo no poder: os **nobres tradicionais e os jesuítas**.

Em 1759, Pombal decretou a **expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal**. A alegação era de que a Companhia tornara-se tão poderosa quanto o Estado, ocupando funções e atribuições mais políticas do que religiosas. O Marquês de Pombal fechou a instituição, mudou os estatutos dos colégios e das missões e impôs a eles direções laicas. As medidas faziam parte de um conjunto de reformas que visavam a **reorganizar a administração, reduzir os conflitos internos e estimular a economia da colônia**.

Foram criadas a Imprensa Régia, bibliotecas e indústrias. Houve regulamentação do salário dos camponeses e do tamanho



A região de Minas Gerais foi palco da mais importante das revoltas coloniais: a Inconfidência Mineira

Adriana Barbosa

das propriedades rurais. Ordenou-se a **mudança da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro**. Foram criadas quatro novas capitanias e Juntas de Justiça na maioria das divisões administrativas da colônia, e eliminou-se a distinção entre cristãos-novos (judeus convertidos ao catolicismo) e cristãos-velhos.

Na colônia, o território carecia de estímulo ao povoamento e de defesa no litoral e nas áreas críticas do interior, na Amazônia e no sul. Por isso, procurou-se integrar a população brasileira ao processo. Foram tomadas algumas medidas, como limitar a escravidão de indígenas e permitir a integração destes nas milícias que deveriam lutar contra inimigos dos portugueses. Estabeleceu-se, ainda, a equiparação entre índios e colonos, sendo até incentivado pelo governo os casamentos entre brancos e nativos.

No plano econômico, urgia contornar a decadência das exportações de gêneros primários, como o açúcar e o tabaco, sem falar do esgotamento da produção do ouro a partir da década de 1760. Uma das medidas nesse

sentido foi a **criação da Derrama**, que seria decretada todas as vezes em que os **garimpeiros das Minas Gerais não conseguissem pagar ao governo português 100 arrobas de ouro por ano**. Como resultado, modernizou-se a organização militar, com criação de novos regimentos auxiliares.

Procurou-se, também, estimular a produção da colônia e o comércio, com a criação de duas grandes companhias monopolistas. A primeira, a **Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão**, foi organizada em 1755, e deteria a exclusividade do comércio por 20 anos, em troca do estímulo às culturas do algodão e do arroz, através do fornecimento de créditos e facilidades de transporte do produto e da regularização do provimento de escravos negros para a região. Desta forma, os navios da companhia traziam produtos europeus e escravos africanos e levavam artigos amazônicos para a Europa e possessões lusas na África.

A Segunda, a **Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba**, foi fundada em 1759, com o objetivo de

estimular o cultivo da cana e do tabaco, através de investimentos.

O resultado prático dessas medidas foi que, ao enrijecer o monopólio sobre a compra e a venda dos produtos coloniais, **Pombal fortalecia os grupos mercantis metropolitanos, em detrimento da aristocracia portuguesa tradicional.**

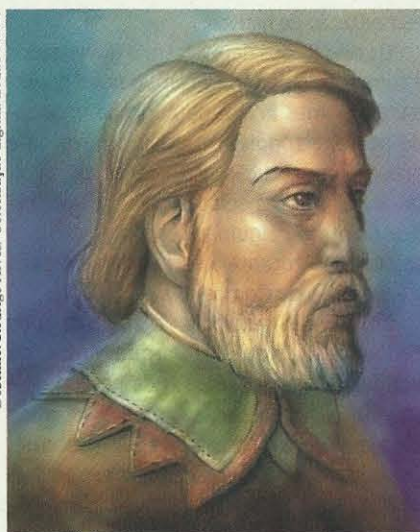
Na região das minas, foi criada uma nova legislação para regulamentar a exploração de ouro e diamante, com o objetivo de impedir o contrabando e aumentar a arrecadação de impostos. Por outro lado, a expulsão dos jesuítas em 1759 tornou indispensável uma reforma do ensino básico, conduzida de maneira hesitante e sem muito sucesso. Em compensação, a reestruturação da **Universidade de Coimbra (1772)** criou condições para a formação de uma burocracia afinada com a política mais prática da época.

Em 1777, com a morte do rei Dom José, assumiu o trono a rainha **Dona Maria I (a rainha "louca")**. Ocorreu, então, a saída de Pombal. Ao deixar o poder, o todo-poderoso ministro foi acusado de crimes e arbitrariedades, sendo, inclusive, condenado à prisão. Mas, apesar disso, as diretrizes de seu governo não foram modificadas nos aspectos fundamentais e continuaram em vigor.

Durante mais de dois séculos, a colonização portuguesa funcionou sem problemas. Dentro do regime de monopólios, garantidos pelo **pacto colonial**, os lusitanos exploraram o Brasil, levando ouro, algodão e açúcar e obrigando os colonos a adquirirem escravos, que eram muito mais caros do que os nativos indígenas. Entretanto, a partir da segunda metade do **século XVIII**, percebeu-se que a colonização caminhava para uma **decadência sem volta**.

A colonização era direcionada pelo **capitalismo comercial**, vinculado aos Estados Modernos da Europa, nos quais **mercantilismo e absolutismo** eram as bases da política e do sistema colonial. Porém, a influência do movimento denominado **Iluminismo**, que, no século XVIII, representou a contestação do absolutismo, ganhou versões econômicas, isto é, a política intervencionista preconizada pelo mercantilismo entrava em choque com duas novas propostas: a **fisiocracia** e o **liberalismo econômico**. Assim, com a industrialização em marcha na Inglaterra, o mercantilismo tornava-se um entrave para princípios como liberdade de iniciativa e concorrência. A posição de Portugal, na contramão desse processo, passou pela chamada **crise do sistema colonial**, que afetou quase ao mesmo tempo a Espanha.

Desenho: Rodrigo Alves/ Colorização digital: Bruno Paiva



Amador Bueno da Ribeira foi convidado pelos colonos vicentinos a se tornar monarca local.

Essa análise é fundamental para entender Portugal, um Estado absoluto e mercantilista ao extremo, mas que, nessa época, já se encontrava em decadência econômica, dependente do capitalismo inglês. O maior exemplo disso foi, sem dúvida, a assinatura do **Tratado de Methuen (1703)**, um acordo desfavorável aos lusos. Apelidado de **Tratado de Panos e Vinhos**, criava taxas alfandegárias que beneficiavam a entrada de tecidos ingleses em Portugal, enquanto os vinhos portugueses sofreriam tratamento semelhante na Inglaterra. Tal medida favoreceu superficialmente a nobreza vinicultora

lusa, mas praticamente arrasou as manufaturas de tecido portuguesas. Além disso, permitiu o **escoamento das riquezas auríferas do Brasil para as ilhas britânicas**.

Na verdade, toda a decadência do reino português decorreu do colapso de sua economia, amarrada ao mercantilismo. A falência inevitável só fez que os metropolitanos ampliassem as formas de arrocho tributário sobre os colonos, em especial os brasileiros. A progressão do processo explorador provocou, como reação, o crescimento da **resistência colonial**. A partir do século XVII, passaram a ocorrer rebeliões contra a metrópole em vários pontos do território.

Estas rebeliões podem ser divididas em dois grupos: o das **revoltas nativistas**, de caráter local e que não questionavam o poder da metrópole, mas apenas alguma lei específica; e o das **revoltas nacionalistas ou de libertação**, que, influenciadas pelo Iluminismo e pela independência dos Estados Unidos em 1776, pretendiam colocar fim à dominação lusitana no Brasil.

MOVIMENTOS NATIVISTAS

O primeiro episódio nesse sentido ficou conhecido como **Aclamação de Amador Bueno**, o "**Rei de São Paulo**", e ocorreu em 1641. Essa ação encobria a rivalidade entre lusos e espanhóis na época do fim da União Ibérica e também o choque entre bandeirantes e jesuítas quanto à escravização de indígenas.

Inicialmente, o primeiro choque ficou

MOVIMENTOS NATIVISTAS E NATURALISTAS



Arte: Arlete Scantamburlo

conhecido como **Botada dos Padres pra Fora**, pois foi uma ação dos paulistas contra os padres jesuítas, que se recusavam a tolerar a escravidão de nativos. Como os paulistas viviam de produção para subsistência, a única atividade que rendia um pouco de dinheiro era o apresamento de índios, daí a expulsão dos padres pelos colonos.

Mais tarde, com a notícia da **Restauração**, os colonos vicentinos, em sua maioria espanhóis ou descendentes, decididos a romper com Lisboa, convidaram um fazendeiro, **Amador Bueno da Ribeira**, para se tornar monarca local. Mas ele recusou o convite e refugiou-se no Mosteiro de São Bento. O ânimo da população esfriou e o movimento foi quase esquecido até que os espanhóis que pretendiam coroar o fazendeiro foram expulsos pelo governo português. Mais tarde, os jesuítas deixaram a vila e a paz foi restaurada.

Anos depois, explodiu no Maranhão um movimento mais amplo, a **Revolta de Beckman (1684)**, que foi liderado pelos irmãos Manuel e Thomas Beckman, além de Jorge Sampaio. Pretendiam garantir o direito de escravizar índios apreendidos em “guerra justa”, e lutavam contra a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, também acusada de pagar pouco pelos produtos coloniais e cobrar preços abusivos dos colonos. Outro problema era a presença dos padres jesuítas, contrários à

escravização de nativos.

Os revoltosos depuseram o governador e tomaram o poder. Porém, o novo governador, Gomes Freire de Andrade, mandado pela metrópole, retomou o governo e ordenou a execução dos líderes da revolta. Para tentar pacificar os rebeldes, ceidou diante de algumas reivindicações dos colonos, no tocante à escravidão indígena e à extinção da Companhia.

Em 1708, explodiu a **Guerra dos Emboabas**, fruto do choque entre os bandeirantes paulistas, que haviam descoberto ouro em Minas Gerais, e pessoas vindas de fora (foorasteiros ou emboabas). Os paulistas exigiam o direito de explorar as jazidas antes da abertura delas a estrangeiros. Tal situação não interessava ao governo português, que via nisso minimizadas as oportunidades de tributar o maior número de garimpeiros que pudessem chegar.

Os vicentinos foram, finalmente, massacrados no episódio do Capão da Traição, após um ano de disputas, e viram-se obrigados a procurar ouro em Goiás e Mato Grosso. Em 1720, foi criada a **Capitania das Minas Gerais**, separando, assim, a região mineradora da capitania de São Paulo.

Entre 1710 e 1712, estourou a Guerra dos Mascates, conflito entre as cidades de Olinda, na qual mandavam os senhores de engenho que haviam lucrado durante a

dominação holandesa, e Recife, ocupada principalmente por comerciantes portugueses.

Recife era um vilarejo sem autonomia política e ligado a Olinda, mas a decadência dos olindenses contrastava com a prosperidade econômica dos recifenses. Não demorou muito para que o Recife obtivesse do governo português o direito de se tornar uma cidade, separando-se de Olinda, o que realmente acabou acontecendo através de uma Carta Régia publicada em 1709.

Julgando-se traídos, os senhores de engenho financiaram uma guerra contra os habitantes do Recife, mas não tiveram o sucesso esperado. O conflito terminou com a vitória dos recifenses e a transferência da capital da capitania de Pernambuco para aquele local, estabelecendo seu predomínio sobre Olinda e toda a região.

A **Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica de 1720** foi o mais próximo de uma contestação real da dominação portuguesa, mas seus objetivos eram tributários. O tropeiro Filipe dos Santos insuflou os garimpeiros contra os impostos abusivos, comunicando suas reclamações ao governador local, o Conde de Assumar, que se prontificou a atender os pedidos. Na verdade, o governador desejava ganhar tempo para pedir reforço militar. Enganados pelo conde, os revoltosos foram presos e Filipe dos Santos, enforcado e esquartejado.

MOVIMENTOS NACIONALISTAS

Dois movimentos que merecem destaque entre as contestações das estruturas coloniais são as Conjurações Mineira e Baiana.

A **Inconfidência Mineira de 1789** foi um movimento de elite, alimentado pelas ideias de homens que criticavam as impossibilidades de ascensão social e política aos habitantes da colônia. Os integrantes, em sua maioria maçons, inspiraram-se no movimento de independência dos Estados Unidos, ocorrido anos antes.

Dentre os participantes, estavam os poetas Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, o Padre José Oliveira Rolim, os militares Francisco de Paula Leite e Domingos de Abreu e o também militar e dentista prático, Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes.

O objetivo da revolta era transformar a colônia numa república, mas que pouco se diferenciaria da estrutura implantada pelos portugueses. Propunha-se uma nova bandeira, uma Constituição liberal e a criação de uma Universidade, mas o caráter econômico voltado para o mercado externo seria mantido.

Para iniciar a insurreição, o plano era simples. Em meio à ameaça da Derrama, os rebeldes esperavam que os membros militares tivessem poder sobre suas tropas, tomando, assim, as ruas e proclamando a independência, que seria apoiada pela população. Porém, três membros do movimento, Joaquim Silvério dos Reis, Brito Malheiros e Correia Pamplona, delataram os companheiros, com a garantia de que a participação deles na Inconfidência seria esquecida e suas dívidas, perdoadas.

Os líderes foram presos e houve um processo que terminou com

a deportação de todos os participantes, exceto Tiradentes, que, sendo o único que havia assumido a participação no movimento, foi enforcado e esquartejado.

A **Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates**, ocorrida em 1798, era diferente do movimento mineiro. Inicialmente controlada por maçons, a rebelião ganhou as camadas da população, recebendo adesão de negros, mulatos e brancos pobres.

Defendiam a igualdade de todos e buscavam o fim da monarquia e da escravidão. Tal qual em Minas, houve delatores e, além disso, vários panfletos convocando a população para a revolta foram distribuídos em Salvador, o que acabou chamando a atenção das autoridades. As tropas da Coroa deram preferência para fazer dos líderes negros, especialmente os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos, os exemplos contra novas revoltas. Tanto esses como outros participantes negros e mulatos foram enforcados e esquartejados, tendo as partes de seus corpos espalhadas por Salvador.

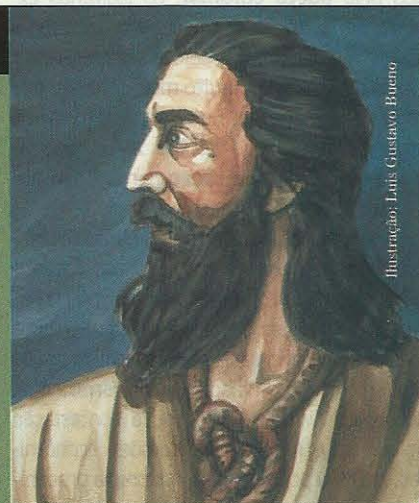


Ilustração: Luis Gustavo Bueno

Tiradentes

Processo de independência

Para fugir do cerco de Napoleão Bonaparte, a família real portuguesa veio para o Brasil, favorecendo a ruptura do sistema colonial



Divulgação: Museu Histórico Nacional/ Coleção Banco BBM S/A

Chegada de D. João VI a Salvador/ Óleo sobre TELA Cândido Portinari/ 1952/ Coleção Banco BBM S/A

Em 1799, Napoleão Bonaparte assumiu o governo da França com um golpe de Estado, pondo fim à Revolução Francesa, mas, ao mesmo tempo, colocando em prática uma política expansionista. Seu projeto era transformar a França em uma potência econômica e militar. Entretanto, seus anseios esbarraram na Inglaterra, que já havia se tornado a grande nação industrializada da Europa.

Em 1806, o governo de Napoleão tentou reagir à resistência inglesa, impondo o **Bloqueio Continental**, ou seja, **os países europeus**, aliados ou não da França, estavam **proibidos de manter relações comerciais com os britânicos**. Tal medida atingiu diretamente o comércio externo português, uma vez que a **Inglaterra era**

a grande fornecedora de produtos manufaturados e industrializados para Portugal. O então príncipe regente Dom João estava em dúvida sobre qual decisão tomar. O embaixador da Inglaterra em Lisboa, Lorde Strangford, sugeriu uma transferência às pressas para a América, antes que as tropas de Napoleão chegassem ao palácio. Se para o governo lusitano a saída de Portugal era uma "estratégia" para assegurar a integridade do reino, para a Inglaterra essa mudança representou a oportunidade de consolidar seus interesses econômicos e estendê-los até o Brasil.

Finalmente, em novembro de 1807, a **família real portuguesa embarcou com destino ao Brasil**.

PERÍODO JOANINO

Enquanto ocorria a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, a corte portuguesa chegava ao Brasil, trazendo nobres, clérigos e parte do exército real, totalizando cerca de 12 mil pessoas. Com a chegada do príncipe regente D. João, o **Rio de Janeiro** teve de ser aparelhado para tornar-se **capital do Império**.

Os ataques que o território português passou a sofrer acabaram criando uma situação favorável ao Brasil, tanto pela mudança da sede do governo metropolitano quanto pela necessidade de reajuste do aparato burocrático, além da revisão da política mercantilista. Em outras palavras, a **presença do governo português no Brasil favoreceu a ruptura do sistema colonial**.

Ilustração: Michael Bráz



Porto do Recife, Pernambuco, no começo do século XIX

Com a vinda de D. João VI em **1808**, escoltado pela marinha inglesa, ocorreu a assinatura, em 28 de janeiro, do decreto de **“abertura dos portos às nações amigas”**. Quando da assinatura desse decreto, as taxas alfandegárias eram de 16% para produtos portugueses e 24% para mercadorias que tivessem outra origem. Na prática, era o **fim do pacto colonial**.

No mesmo ano, foi aprovado o alvará que dava liberdade para o estabelecimento de fábricas e manufaturas na colônia, revogando-se, assim, a obrigação de os colonos importarem os produtos de Portugal. Ainda em 1808, foi fundado o **Banco do Brasil**.

Em 19 de junho de **1810**, foram firmados os **Tratados de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação**, que davam à

Inglaterra a condição de nação mais favorecida no comércio externo com os portugueses, já que todas as mercadorias estrangeiras pagariam taxas de 24% sobre seu valor, as portuguesas pagariam 16% e as inglesas, somente 15%. Com tais atos, os artigos da Inglaterra inundaram o mercado brasileiro, levando à falência os comerciantes aqui instalados. Após a extinção do pacto colonial e o fim da proibição para o funcionamento de fábricas de manufaturas, estas multiplicaram-se na ex-colônia. Mas, tendo de enfrentar a concorrência dos produtos britânicos de qualidade superior e muito mais baratos, a maior parte dessas indústrias teve de encerrar suas atividades.

Outras medidas significativas que foram tomadas e favoreceram diretamente

a autonomia da colônia foram a **criação da Academia Militar e da Marinha**, da **Biblioteca Real** e da **Imprensa Régia**. O Rio de Janeiro foi razoavelmente reurbanizado, com o embelezamento de ruas e praças. É bem verdade que a ocupação que a nobreza portuguesa fez às pressas na cidade não foi das mais pacíficas, sendo que muitas famílias tiveram de deixar suas residências para dar lugar a condes, duques e marqueses.

Só que nem tudo era insatisfação. Muitos fazendeiros procuravam se instalar no Rio para poder estar perto do “círculo de poder”. Percebendo isso, Dom João deu início a uma distribuição de títulos de nobreza e passou a promover festas que eram bastante concorridas; festas estas que ficaram conhecidas como “beija-mão” da Corte.

Com a **derrota de Napoleão Bonaparte** na Europa em **1815**, as potências vencedoras reuniram-se no Congresso de Viena e, por sugestão de Talleyrand, representante francês, **o Brasil foi promovido a Reino Unido a Portugal e Algarves**. Tal medida serviu para legitimar a presença da família real no Brasil.

Em 1816, Dona Maria, a “Rainha Louca”, faleceu. Nesse mesmo ano, houve a coroação de **Dom João VI como novo rei de Portugal**. Externamente, seu governo foi marcado por atritos envolvendo fronteiras, como no caso da invasão da Guiana Francesa, numa represália tardia ao governo napoleônico. Após a derrota de Napoleão e a coroação de Luís XVIII como novo monarca francês, a Guiana foi devolvida em 1817. No mesmo ano, as tropas joaninas invadiram a “banda oriental” das Províncias Unidas do Prata, que haviam conseguido a independência em relação à Espanha. Depois de derrotar as forças locais lideradas por Artigas, a região foi anexada ao Brasil em 1820, batizada com o nome de **Província Cisplatina**.

COMO FOI A VIAGEM DA FAMÍLIA REAL PORTUGUESA PARA O BRASIL

Com os navios superlotados, não havia espaço suficiente para todos que participaram da viagem. Muitos viajaram com a roupa do corpo, visto que boa parte da bagagem não pôde subir no navio, que já havia atingido seu limite de peso. A água e os alimentos foram racionados. Para complicar a situação, quando a esquadra portuguesa estava próxima à Ilha da Madeira, uma forte tempestade a dividiu, enviando metade das embarcações, inclusive a que levava o príncipe-regente, para o litoral da Bahia.

A bordo, a higiene era tão precária que houve um surto de piolho nos navios, o que obrigou as mulheres a rasparem a cabeça. Até mesmo a princesa Carlota Joaquina e as demais damas da família real e da Corte tiveram que tomar tal medida. Por isso, as damas desembarcaram do navio com panos enrolados na cabeça. Os brasileiros, vendo esta cena, acharam que isso era moda em Portugal e copiaram os trajés.

INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

A decadência da economia açucareira determinou o aumento das tensões entre os brasileiros e os comerciantes portugueses. Essas tensões favoreceram o desenvolvimento de ideias liberais entre os brasileiros, principalmente pela ação de sociedades secretas como a **maçonaria**.

Antes centro econômico do Brasil Colonial, **Pernambuco vivia tempos difíceis de produção açucareira**. No princípio do século XIX, com a presença da família real portuguesa no Brasil, a condição

de decadência econômica da região agravou-se, principalmente porque os impostos eram constantemente majorados a fim de financiar a instalação da Corte no Rio de Janeiro. O governador da capitania, Caetano Montenegro, antibrasileiro e autoritário, alimentava ainda mais o ânimo revolucionário, chegando até mesmo a enfrentar o descontentamento das suas tropas.

Dispostos a mudar tal situação, os membros de lojas maçônicas começaram a conspiração, inspirados pelo Iluminismo. Sabendo que havia uma revolta em curso e quem eram os responsáveis, o governador ordenou a prisão dos envolvidos. Depois, chegou a notícia de que os enquadados haviam resistido à prisão e que o oficial português encarregado fora morto durante a ação. A partir daí, a revolta ganhou as ruas.

Os rebeldes foram rapidamente às ruas do Recife e estabeleceram um governo provisório, formado pelo comerciante Domingos José Martins, o capitão de exército Domingos Teotônio Jorge, o padre João Ribeiro, o fazendeiro Manuel Correia Araújo e por José Luís Mendonça, encarregado da justiça. Os presos políticos foram libertados, criou-se a bandeira da **República Pernambucana** e foram extintos os títulos de nobreza. Os líderes da revolta também enviaram diplomatas para os Estados Unidos, Argentina e Inglaterra, a fim de obter reconhecimento internacional. Outras províncias do Nordeste, como Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, foram convidadas a aliar-se a Pernambuco.

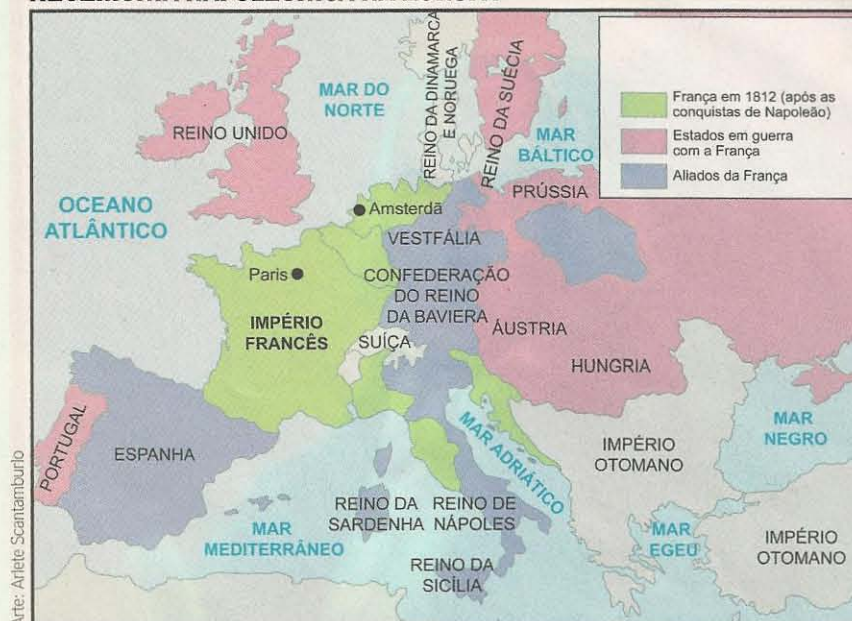
O movimento de repressão, comandado pelo próprio Dom João VI e pelo governador da Bahia, o Conde D'Arcos, foi extremamente violento. As forças oficiais cercaram Pernambuco ao sul e pelo litoral, e finalmente conseguiram cercar o Recife, obrigando os rebeldes a se renderem. Os principais chefes, os que não morreram em combate e que não conseguiram fugir, foram presos.

Anos depois, após a independência brasileira, explodiria mais um movimento pernambucano de inspirações liberal e republicana: a **Confederação do Equador**.

REVOLUÇÃO DO PORTO (1820)

Apesar de uma certa aparência liberal, a **indefinição política era a marca principal de Dom João VI**, tanto como regente quanto como rei. Sujeito às pressões de comerciantes, funcionários públicos, proprietários, nobres, ingleses, portugueses ou brasileiros, nunca soube como impor sua autoridade, tampouco atender a todos

HEGEMONIA NAPOLEÔNICA NA EUROPA



RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Em 1824, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, seguidos pelo México. A Europa, unida na Santa Aliança, não aceitou o ato de revolta contra a autoridade portuguesa e recusou-se a reconhecer a independência brasileira. A atitude dos norte-americanos estava de acordo com a Doutrina Monroe, que, sob o lema *América para os americanos*, pretendia impor a hegemonia dos EUA no continente.

Já a Inglaterra, interessada no mercado da jovem nação, conseguiu um acordo entre Brasil e Portugal, em que o governo brasileiro se comprometia a indenizar os lusos pelos prejuízos causados pela perda da colônia em troca do reconhecimento da independência. A indenização foi calculada em dois milhões de libras esterlinas, obrigando o Brasil a contrair um empréstimo na Inglaterra. O reconhecimento de Portugal permitiu que outras nações europeias fizessem o mesmo. Além disso, os ingleses conseguiram a manutenção das taxas alfandegárias estabelecidas pelos Tratados de 1810 e o compromisso do governo brasileiro de abolir o tráfico de escravos.

de maneira satisfatória.

Em 1820, a burguesia lusa, liderada por Manuel Fernandes Tomás e José da Silva Carvalho, finalmente conseguiu desalojar a ocupação inglesa mantida desde 1808 por Lorde Beresford. O **objetivo da Revolução Liberal Constitucionalista do Porto era fazer de Portugal uma monarquia constitucional**, ou seja, acabar com o absolutismo. Mas o "liberalismo" dos revolucionários parava por aí, pois uma das **exigências** dos líderes era o imediato **regresso do rei para Portugal e a recondução do Brasil à condição de colônia**. Isso determinava a **reativação do pacto colonial**, que serviria para recuperar a economia portuguesa.

Pressionado a voltar para Portugal pela Revolução, **Dom João VI deixou o trono do Brasil nas mãos de seu filho Dom Pedro I**, que passou a exercer o **cargo de**

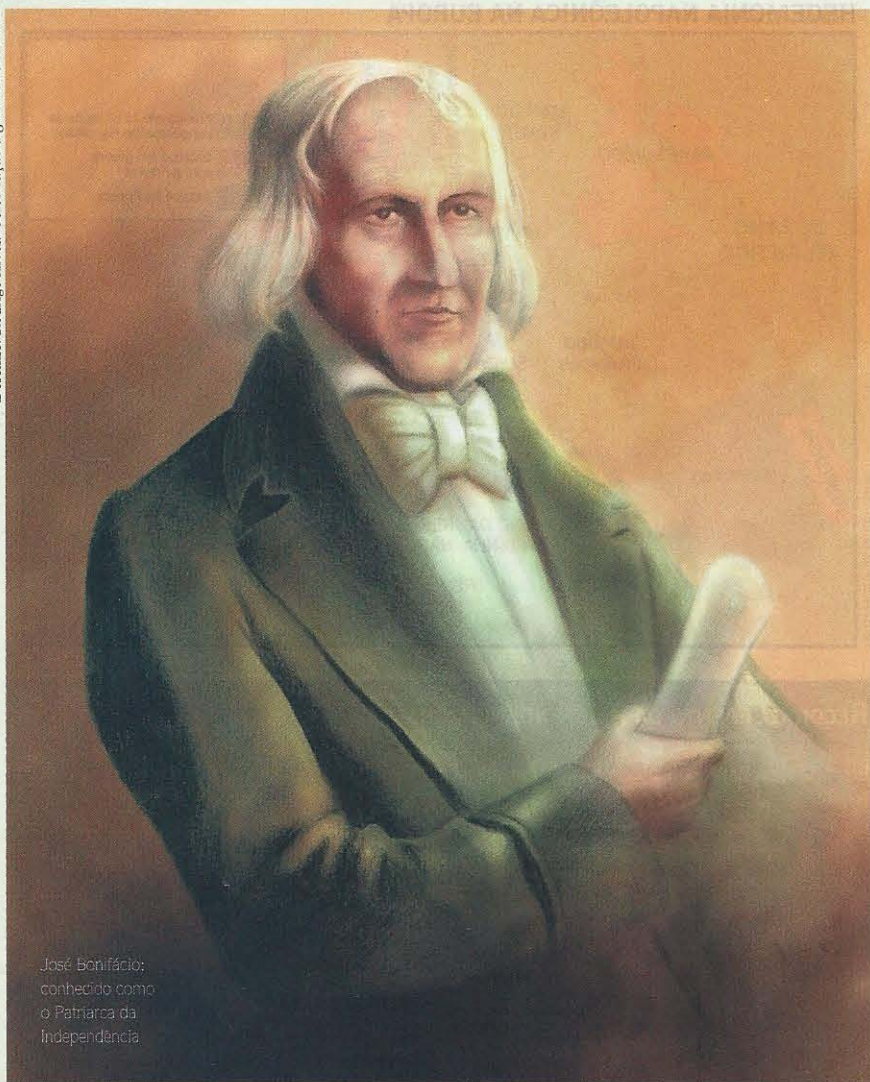
príncipe regente. Chegando a Lisboa, o rei foi obrigado a jurar obediência à nova Constituição portuguesa, elaborada pelas **cortes (Parlamento português)**, perdendo seus poderes absolutos.

Com o retorno da família real a Portugal, o Brasil estava na iminência de voltar a ser uma colônia. O rei levava seu tesouro de volta a Portugal, esvaziando os cofres do Banco do Brasil. O breve sonho de manter autonomia política, mesmo ainda estando ligado a Portugal, chegava ao fim.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Em outubro de 1821, as Cortes determinam a transferência de vários órgãos do governo para Portugal e a **volta do príncipe regente**, que seria substituído por um governador em cada província.

Em dezembro do mesmo ano, chegou



José Bonifácio:
conhecido como
o Patriarca da
Independência

uma nova ordem das Cortes para que o príncipe retornasse a Portugal. Em 9 de janeiro de 1822, foi apresentado a D. Pedro I um abaixo-assinado dos brasileiros, pedindo que permanecesse aqui. Finalmente, D. Pedro I decidiu ficar em território brasileiro, desafiando a autoridade das Cortes. Tal episódio ficou conhecido como o **Dia do Fico**.

As medidas colonizadoras das Cortes portuguesas começaram a se fazer sentir sobre o Brasil, anulando os efeitos positivos do governo joanino. O Brasil tinha o direito de enviar 75 deputados como representantes das Províncias na assembleia das Cortes Constituintes, entretanto, antes mesmo da chegada destes, várias decisões importantes já tinham sido tomadas ou estavam a caminho, todas no sentido da recolonização.

Se em Lisboa os deputados brasileiros não conseguiam conter o furor colonialista das Cortes, por aqui cresciam os protestos públicos. A partir dessa fase, Dom Pedro I

já dava sinais de que tencionava não atender às ordens que vinham de Lisboa. As Cortes decidiram, então, desligar as províncias da colônia das ordens da capital Rio de Janeiro. Em maio de 1822, em represália, D. Pedro I determinou o “**cumpra-se**”, que era uma resolução pela qual nenhum decreto das Cortes de Portugal poderia ser cumprido no Brasil sem a concordância do regente.

Aos poucos, Dom Pedro I se aproximava dos latifundiários brasileiros, principais interessados na manutenção da autonomia política do Brasil. O responsável direto pela articulação da aproximação entre o regente e a elite agrária nacional foi **José Bonifácio de Andrada e Silva**, que, depois, ficou conhecido como o **Patriarca da Independência**.

Mas nem todos os que estavam interessados na independência pensavam da mesma forma. José Bonifácio, representante dos setores conservadores, via a independência

como algo que salvaguardasse a liberdade econômica. Já outro grupo, liderado por homens como Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, que englobava maçons, jornalistas, bacharéis, militares, entre outros, viam a independência como o rompimento radical e definitivo dos laços coloniais.

Juntamente com as camadas populares das vilas e cidades, esses dois grupos formavam o que convencionou-se chamar de **Partido Brasileiro**, ou “Partido da Independência”, o que demonstra o quão heterogêneos eram os interesses que permeavam as articulações políticas que culminariam no rompimento entre Brasil e Portugal.

Depois de ter proibido a entrada de novos contingentes militares portugueses em terras brasileiras, Dom Pedro I recebia o título de **Defensor Perpétuo do Brasil**, sendo que, em junho de 1822, foi convocada a **primeira Assembleia Constituinte brasileira**.

O processo de ruptura precipitou-se com a chegada ao Brasil de um ultimato do governo lusitano, anulando os atos do regente e ameaçando-o com o envio de tropas, caso não regressasse imediatamente a Portugal.

Assim, diante da radicalização metropolitana, o rompimento tornou-se inevitável. Em viagem pela Província de São Paulo, Dom Pedro I recebeu através de um mensageiro enviado por José Bonifácio o ultimato do governo português, bem como uma outra carta na qual recebia do próprio Bonifácio e da princesa Leopoldina a sugestão de que era o momento de se proclamar a **independência política do Brasil**, o que de fato ocorreu em **7 de setembro de 1822**.

Tropas portuguesas estacionadas no Brasil e leais às Cortes resistiram à independência. O novo governo instituído enviou tropas brasileiras e uma esquadra comandada por mercenários, destacando-se o inglês Cochrane, que atacou as cidades de Salvador, São Luís e Belém. No sul, a defesa da legitimidade da autonomia coube ao general Carlos Lecor, e Montevideu teve de submeter-se a Dom Pedro I. As chamadas **guerras de independência** só terminaram em 1823, com a rendição das tropas portuguesas em Montevideu. **Dom Pedro I** já havia sido coroado **primeiro imperador do Brasil**.

O **Brasil** realizara sua **independência**, sem que tivesse ocorrido derramamento de sangue. E mais: fora **mantida a ordem social e econômica do período colonial**, isto é, latifúndio monocultor, produção para exportação e escravidão em larga escala.

O Império

Logo que o Brasil se viu independente, houve um período de transição política interna. Como D. Pedro I era herdeiro do trono português, ainda existia o fantasma da recolonização. Aconteceram crises econômicas, sociais e políticas que puseram em questão a autoridade do monarca e os anseios dos ricos proprietários de terra. Estes últimos, principais beneficiados com a independência, só apoiaram o rompimento com Portugal quando vislumbraram a possibilidade de anular as medidas tomadas por Dom João VI. A elite rural desejava um sistema de governo autônomo, mas não rompeu a estrutura colonial. A escravidão, o latifúndio e a monocultura voltada para exportação continuaram.

Já no governo de Dom Pedro II, que durou quase 50 anos, houve uma fase

de calma na política interna, graças às leis centralizadoras e à razoável estabilidade econômica proporcionada pelo desenvolvimento da economia cafeeira.

No plano externo, o Brasil tentou maior autonomia política em relação à Inglaterra pelo fato de o principal produto do país, o café, ter os Estados Unidos como maiores consumidores. Mas a empreitada não foi bem-sucedida por causa do envolvimento brasileiro na Guerra do Paraguai, o que debilitou nossa economia e forçou a reaproximação com os ingleses.

O monarca, que durante muitos anos mostrou-se um perspicaz articulador político, equilibrando-se no poder entre liberais e conservadores, perdeu o apoio de fazendeiros e da Igreja Católica, o que abriu espaço para o crescimento do movimento republicano.



Primeiro Reinado

Dom Pedro I enfrentou uma série de crises e revoltas, que culminaram na abdicação do trono em favor do filho de apenas 5 anos.

Foi então que teve início o período regencial

Desenho: Rodrigo Alves/Colorização digital: Bruno Paiva



Dom Pedro I: para conter os portugueses que se levantavam contra o monarca foram contratados mercenários, principalmente ingleses e franceses

O Primeiro Reinado, que se estendeu de 1822 até 1831, foi um período de transição política interna, uma vez que o imperador era herdeiro do trono lusitano e, portanto, ainda pairava no ar o fantasma da recolonização. Foi uma fase de crises de caráter econômico, financeiro, social e, principalmente, político. Houve um duro embate entre o autoritarismo do monarca e o desejo da elite agrária local de exercer a hegemonia no país.

É importante destacar que os principais beneficiados com a independência foram os grandes proprietários rurais e a

Inglaterra, que apoiava as independências das colônias ibéricas como mecanismo de eliminar o pacto colonial e, assim, expandir seu mercado consumidor.

Os grandes proprietários rurais só apoiaram o rompimento com Portugal a partir do momento em que os portugueses procuraram **anular as medidas tomadas por Dom João VI em sua estada no Brasil**. A elite rural desejava um sistema de governo autônomo, com alguns traços de liberalismo, mas não efetivou o rompimento da estrutura colonial, mantendo a escravidão, o latifúndio e a monocultura voltada para exportação.

GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

A separação política entre Brasil e Portugal não foi imediatamente aceita em todo o território. Governadores de algumas províncias resistiram ao novo governo. Entretanto, era grande o número de brasileiros que estavam dispostos a não permitir um retrocesso político.

Para conter os lusos que se levantavam contra Dom Pedro I, foram contratados mercenários, principalmente ingleses e franceses. Formaram-se milícias civis populares, especialmente nas províncias do Nordeste, que foram fundamentais no enfrentamento dos representantes do colonialismo lusitano.

Praticamente não houve ajuda aos brasileiros da parte dos vizinhos hispânicos. Havia desconfiança em relação ao Brasil por diversos fatores, como a manutenção da monarquia e o fato de o dirigente máximo do país ser herdeiro do trono da antiga metrópole. **Muitos acreditavam que Dom Pedro I poderia ser uma espécie de porta pela qual se abriria o caminho para a recolonização da América Latina pelos países ibéricos.** É curioso que, enquanto se pensava isso, Pedro I passava a fio de espada os portugueses que se opunham à sua coroação.

Dentre os militares estrangeiros que foram contratados para comandar a luta contra os portugueses destacaram-se Lord Cochrane, Pierre Labatut, John Taylor e John Grenfelld. Os **irmãos Andrada** realizaram uma verdadeira coleta de recursos junto aos fazendeiros mais ricos. E também houve aumento de impostos, tudo com o objetivo de financiar as tropas pró-independência.

Em algumas províncias, os conflitos foram mais violentos, principalmente na Bahia, onde populares, como a heroína Maria Quitéria, lutaram ao lado de homens como Cochrane e Labatut, que, se pelo menos não o faziam por patriotismo, o fato de serem muito bem pagos garantia a eficácia de suas ações.

As tropas portuguesas, comandadas por Madeira de Melo, acabaram derrotadas e expulsas em julho de 1823. Nos meses seguintes, foram vencidas tropas lusas no Piauí, no Maranhão, no Pará e na Cisplatina, mas, nessa última, a luta não teve o apoio dos locais, uma vez que se buscava a separação em relação ao Brasil. **No final de 1823, todos os focos contra Pedro I estavam debelados.**

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

No plano internacional, um onda reacionária predominava na Europa do início do XIX. O Congresso de Viena pretendia restabelecer as antigas fronteiras e estruturas políticas que vigoravam no momento anterior à Revolução Francesa. Mas, enquanto isso, os Estados Unidos procuravam estabelecer sua própria área de influência e, por isso, buscavam impedir que as potências europeias influenciassem a política interna da América Latina.

Nesse quadro, denominado **Doutrina Monroe**, os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a independência do Brasil, em 1824. A Inglaterra também o fez, apesar de ser tradicional aliada dos portugueses, mas o que contava naquele momento era o mercado consumidor brasileiro.

Os ingleses ainda conseguiram que Portugal reconhecesse a independência brasileira em 1825, mas, para isso, foi necessário cumprir uma série de exigências dos lusos, como o pagamento de indenização de dois milhões de libras esterlinas e a concessão do título de imperador honorário do Brasil para Dom João VI, através do **Tratado de Paz e Aliança**.

Graças à sua ação mediadora, a **Inglaterra obteve importantes vantagens comerciais com o Brasil**. Em 1827, foram reafirmados os Tratados de 1810, retificando-se as tarifas alfandegárias. O governo brasileiro comprometeu-se, também, a **extinguir o tráfico negreiro** até 1830, mas tal medida não foi cumprida, pois nossa economia era dependente da escravidão.

O baixo preço das mercadorias vendidas no Brasil, principalmente depois que Dom Pedro I estendeu a tarifa alfandegária de 15% para outros países, inviabilizou o desenvolvimento de uma indústria interna, ampliando o déficit comercial. O Brasil era obrigado a recorrer a empréstimos, tornando congênita a **dependência em relação aos ingleses**.

Logo após a proclamação da independência, reuniu-se uma **Assembleia Nacional**



Ilustração: Michael Bráz

Escravidão: em 1830, o Brasil comprometeu-se a extinguir o tráfico negreiro, mas não o fez

Constituinte, composta por 90 deputados, em sua maioria grandes proprietários rurais influenciados pelo liberalismo francês e que eram genericamente chamados de **Partido Brasileiro**. Havia outro grupo político, o Partido Português, defensor do retorno do Brasil à condição de colônia e que incentivava as tendências absolutistas do monarca.

Mas, no início dos trabalhos da Constituinte, começaram também os

choques com o imperador, de formação absolutista, e que pretendia fazer valer sua preponderância sobre os súditos. É bom lembrar que, no biênio 1822/ 1823, o país ainda enfrentava as guerras de independência, causando um certo sentimento de xenofobia em relação aos lusos.

Foi nesse ambiente que Antônio Carlos de Andrada apresentou um projeto que recebeu a alcunha de **Constituição da Mandioca**, isso pelo seguinte: **o processo eleitoral seria censitário e a participação na vida política, restrita à minoria da população**. Tanto eleitor quanto candidato deveriam submeter-se à comprovação de renda anual, que era medida através da comparação com o valor de alqueires plantados com mandioca. Era necessário possuir uma renda semelhante a 150 alqueires de mandioca para ser um simples eleitor; 500 alqueires para ser deputado e o dobro para pleitear o cargo de senador.

A proposta da Assembleia Constituinte também propunha a subordinação do Executivo, no caso o imperador, ao Legislativo, e este último também controlaria as Forças Armadas. Em outras palavras, pretendia-se transformar o Brasil em uma **monarquia parlamentar**, assim como se via na Europa liberal.

O monarca não aceitou a proposta e as palavras pronunciadas por ele durante o início dos trabalhos, "Quero uma Constituição digna do Brasil e de mim", ainda ecoavam nos ouvidos dos parlamentares. Uma vez que a Assembleia recusou-se a conceder-lhe o poder de veto, Dom Pedro I determinou

CONSTITUIÇÃO OUTORGADA

A **Constituição Outorgada** ficou pronta em 1824 e as principais características dela foram:

- O voto era censitário, ou seja, limitação da participação dos eleitores pela renda que possuíam;
- Os cargos de senador eram vitalícios;
- A Igreja estava vinculada ao Estado;
- Havia quatro poderes:

Executivo: exercido pelo Imperador e por ministros de Estado escolhidos pelo monarca;

Legislativo: composto por deputados, eleitos por voto censitário e indireto, e senadores vitalícios;

Judiciário: exercido por juizes e magistrados, todos nomeados pelo imperador;

Moderador: exclusivo do imperador. O monarca tinha direito de dissolver a Câmara, escolher senadores a partir de uma lista tripartite e cassar parlamentares e juizes.

Pode-se notar que o Brasil iniciou sua história independente de forma elitista e centralizadora, muito embora tentasse divulgar uma imagem progressista.

a dissolução da Constituinte.

Tais desencontros culminaram na **Noite da Agonia** (de 11 para 12 de novembro de 1823), quando os constituintes declararam-se em assembleia permanente, recusando-se a dispersar conforme ordem do imperador. A reação de D. Pedro I foi enérgica: ordenou a suas tropas que invadissem o recinto da Constituinte e dispersassem à força os deputados.

Foi, então, nomeada pelo imperador uma comissão de dez “notáveis” para elaborar uma Constituição “ainda mais liberal”, mas a redação final coube a Carneiro de Campos, que era conhecido por estar ligado à corte portuguesa. Campos elaborou a **Constituição Outorgada** (ver quadro).

PROBLEMAS POLÍTICOS DO PERÍODO

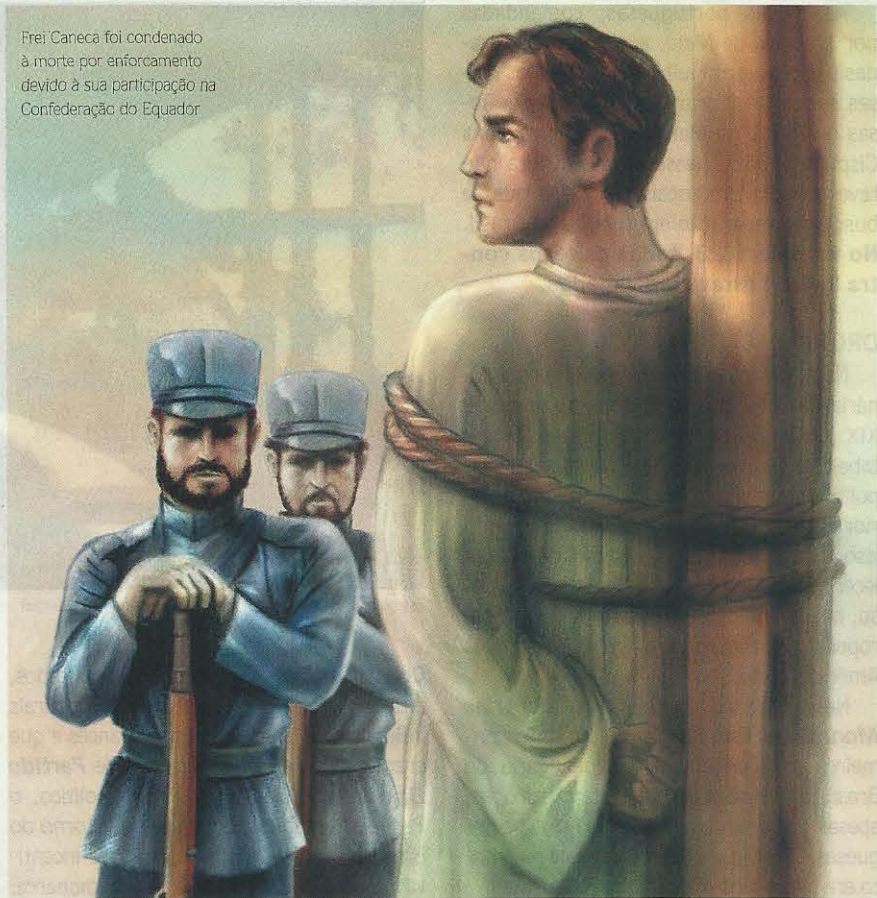
Com a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, explodiu em 1824, na província de Pernambuco, a **Confederação do Equador**, rebelião liderada por Manuel de Carvalho **Paes de Andrade** e apoiada por **Frei Caneca**, responsável pelo jornal republicano **Tífis Pernambucano**, e pelo jornalista **Cipriano Barata**, que editava vários jornais pelo Nordeste, dentre eles o **Sentinela da Liberdade**. As propostas contaram com a adesão das províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Tal evento pode ser visto como um desdobramento da fracassada Insurreição Pernambucana de 1817, pois o setor açucareiro continuava em crise e as ideias liberais eram ainda mais fortes naquela parte do País.

O clima tornou-se tenso quando a Junta Democrática e Independente foi destituída de seus poderes de governar a região, isso por ordem do próprio José Bonifácio. A formação de uma nova junta, mais conservadora do que a anterior, não agradou a população. A manutenção de **Paes Andrade** no cargo foi um sinal de rompimento com o poder central.

A Confederação adotou o regime republicano e, provisoriamente, utilizou a Constituição colombiana. Mas a decisão de **abolir a escravidão** fez que os rebeldes perdessem o apoio da aristocracia rural. A divisão entre os revoltosos facilitou a repressão.

O movimento foi reprimido pelas forças imperiais, lideradas pelos mercenários Cochrane e Taylor, além do brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Cercados e divididos, os confederados foram derrotados. Paes de Andrade conseguiu asilo político na

Frei Caneca foi condenado à morte por enforcamento devido à sua participação na Confederação do Equador



Desenho: Rodrigo Alves/ Colorização digital: Bruno Paiva

Inglaterra e **Frei Caneca** foi condenado à morte por enforcamento. Como não se conseguiu encontrar um carrasco que executasse a pena, o frei carmelita teve de ser fuzilado. Esse fato comprometeu a popularidade de **D. Pedro I**, que passou a ser visto cada vez mais como um **tirano** pelos brasileiros.

No plano externo, a província Cisplatina, separou-se do Brasil e, depois, foi anexada pela Argentina. A guerra que se sucedeu entre Brasil e Argentina consumiu altas somas dos cofres públicos e um grande número de vidas. A **Guerra ou Questão da Cisplatina** (1825/ 1831) só foi resolvida

PROBLEMAS COM DOM MIGUEL E A SUCESSÃO DO TRONO PORTUGUÊS

Em 1826, com a morte de Dom João VI, o monarca brasileiro passou a ser o legítimo herdeiro da coroa de Portugal. Se por um lado havia a possibilidade de o Brasil voltar a ser colônia portuguesa, o imperador temia que os brasileiros retomassem a luta por um modelo monárquico liberal, assim como era em Portugal desde a Revolução do Porto. Dom Pedro I decidiu-se pela abdicação em favor de sua filha, Maria da Glória, então com 7 anos que seria tutelada por Dom Miguel, irmão de Dom Pedro I e regente do trono até a maioria da sobrinha. Entretanto, Dom Miguel usurpou a coroa lusa e autoproclamou-se rei de Portugal.

Dom Pedro I moveu uma guerra contra seu irmão a fim de recuperar a coroa para a filha. Os gastos com tal conflito foram tantos que o Banco do Brasil abriu falência. Os opositores do monarca não lhe pouparam críticas. Dois jornais destacavam-se nesse exercício: **A Aurora Fluminense**, sob a responsabilidade de Evaristo da Veiga e mais moderado, e **O Observador Constitucional**, que tinha à frente o jornalista **Libero Badaró**, que acusava o imperador de ser antibrasileiro.

Vitorioso na guerra contra o irmão, Dom Pedro I não dava sinais de que pretendia abrir espaço para seus opositores. Isso incentivou alguns partidários do monarca a defendê-lo dos inimigos. Foi isso que levou um juiz paulista a contratar um pistoleiro para assassinar Libero Badaró no centro de São Paulo.

com a intermediação da Inglaterra, que incentivou a criação da **República Oriental do Uruguai**.

Tendo sua popularidade seriamente abalada pelos episódios da Constituinte, da execução de Frei Caneca, da questão Cisplatina, da guerra de sucessão e da morte de Líbero Badaró, D. Pedro I resolveu visitar algumas províncias para aproximar-se de seus súditos. A primeira visita foi à província de Minas Gerais, onde foi recebido friamente, chegando a ver casas nas quais havia tecidos pretos nas janelas em sinal de luto.

Os portugueses residentes no Rio de Janeiro prepararam uma grande festa para receber o imperador e seu retorno à capital, mas os brasileiros tentaram destruir os preparativos e acabaram envolvendo-se em uma “batalha” com os portugueses. O episódio de 13 de março de 1831 ficou conhecido como **Noite das Garrafadas**.

D. Pedro I decidiu, então, formar um gabinete somente com brasileiros, mas o dissolveu depois de um mês, substituindo-o pelo **Ministério dos Marquêses**, composto por pessoas de sua confiança. A população passou, então, a exigir a volta do Ministério dos Brasileiros e **D. Pedro I, determinado a não recuar, renunciou em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, e partiu para Portugal**.

Na data da abdicação, 7 de abril de 1831, o herdeiro tinha 5 anos de idade, o que fez necessário um requerimento de nomeação de um corpo regente para administrar o Império até a maioridade do Imperador, como mandava a Constituição de 1824. Como o Parlamento estava em recesso, foi nomeada uma **Regência Trina Provisória** até o retorno dos deputados. Os integrantes dessa regência, que durou de abril a julho de 1831, foram os senadores Nicolau de Campos Vergueiro e José Joaquim de Campos, além do brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

Forças de diversos setores da sociedade uniram-se e formaram uma oposição “nacionalista” contra o imperador. Mas o que houve, na verdade, foi o estabelecimento de um governo que se diferenciava muito pouco do anterior.

Definiu-se um “novo” quadro partidário na política interna. No Partido Brasileiro, a partir de 1831, consolidou-se a divisão em **Partido Liberal Moderado (chimangos)**, representante da aristocracia rural, **Partido Liberal Exaltado**

Ilustração: Michael Bráz



Padre Feijó

ATO ADICIONAL DE 1834

O Ato introduziu as seguintes modificações na Constituição Brasileira:

□ **substituição dos Conselhos Provinciais pelas Assembleias Legislativas** (que podiam legislar sobre questões civis e militares, ensino público, política e economia local);

□ **fim do Conselho de Estado** (principal órgão assessor do imperador);

□ **transformação da Regência Trina em Regência Una** (sendo que o pretendente ao cargo seria eleito por voto direto);

□ **separação da cidade do Rio de Janeiro em relação à Província Fluminense**, transformando-se em **Município Neutro**.

O Ato Adicional provocou uma reorganização do quadro partidário. Conservadores, liberais moderados e restauradores aglutinaram-se em um grupo que não via com bons olhos a “liberdade” que o Ato Adicional havia proporcionado. Por discordarem da nova ordem política, passaram a ser chamados de **regressistas**, em oposição aos defensores dos termos do Ato, os **progressistas**. No entanto, é preciso tomar cuidado com essas denominações, que retratam os embates pelo poder político naquele momento, existindo quase nada de divergências de caráter ideológico ou social.

(**farroupilhas**), representante das camadas urbanas e partidário de maior autonomia para as províncias e, finalmente, o **Partido Restaurador** (caramurus),

herdeiro do Partido Português e que lutava pela volta de Dom Pedro I ao trono.

Com o fim do recesso parlamentar, foi nomeada uma **Regência Trina Permanente**, composta por José da Costa Carvalho, Bráulio Muniz e pelo Brigadeiro Lima e Silva.

O clima de agitação acabou repercutindo em motins nos batalhões de infantaria no Rio de Janeiro, tanto da polícia quanto do exército. Os revoltosos apresentavam reivindicações que iam de reformas democráticas à deportação dos senadores portugueses.

O ministro da Justiça da época era um líder moderado, **Padre Diogo Antônio Feijó**, que assumira o cargo com plena autonomia para reprimir quaisquer manifestações, tornando-se o “homem forte” da Regência. Requisitando soldados em Minas Gerais e São Paulo, Feijó pressionou os rebeldes, que retiraram suas exigências. Tais movimentos eram um sinal de que as tropas regulares não eram dignas de confiança da parte dos regentes, fazendo-se necessário tomar alguma atitude no sentido de garantir o poder da elite agrária.

Foi com esse objetivo que, em agosto de 1831, o ministro da Justiça criou a **Guarda Nacional**, uma força paramilitar composta por cidadãos com renda anual superior a 200 mil-réis. Os comandantes eram escolhidos por eleição direta, podendo receber do governo a patente de **coronel ou major**. É claro que foram exatamente os latifundiários os responsáveis pelo comando da Guarda, ficando livres para selecionar pessoas que lhes permitissem exercer o poder local de fato, o que caracterizaria o fenômeno político do **coronelismo** na zona rural.

Em 1832, ocorreu uma tentativa de golpe para reconduzir Dom Pedro I ao trono que acabou fracassando. Os moderados estavam convictos de que tal evento havia sido preparado por José Bonifácio, o que, inclusive, chegou a ameaçar sua tutoria sobre o herdeiro da coroa.

Os embates políticos opunham moderados e restauradores, abrindo caminho para o chamado **Avanço Liberal**, que culminou com a aprovação de reformas constitucionais pela Assembleia Geral. As principais medidas tomadas foram somadas a outras já estabelecidas entre 1832 e 1833, como a **concessão de poderes para que os deputados modificassem a Carta de 1824 e a criação do Código de Processo criminal (o que dava maior autonomia judiciária aos municípios)**.

O **Ato Adicional de 1834**, que espelhou

as opiniões do articulador político Bernardo Pereira de Vasconcelos, introduziu algumas alterações importantes na Constituição Brasileira (ver quadro).

Realizadas as eleições, foi eleito **regente uno o Padre Feijó**, que tomou posse em outubro de 1835. Um ano antes, em setembro de 1834, morria Dom Pedro I, pondo fim ao movimento restaurador.

Nos dois anos em que o Padre Feijó esteve à frente do poder, ele governou sem maioria no Parlamento e enfrentou as mais violentas revoltas nas províncias, como a **Cabanagem**, no Pará, e a **Farroupilha**, no Rio Grande do Sul. Diante das dificuldades de derrotar os rebeldes e das crises geradas pelas disputas políticas entre regressistas e progressistas, Feijó renunciou ao cargo. O conservador **Pedro de Araújo Lima** foi escolhido para substituí-lo em caráter interino.

As eleições de 1838 confirmaram o mesmo Araújo Lima no cargo de regente uno, mas seu governo terminou antes dos quatro anos previstos pelo Ato Adicional, em virtude da **antecipação da maioria de Dom Pedro II**. O gabinete formado por Araújo Lima ficou conhecido como **Ministério das Capacidades**, pois era formado por personalidades ilustres da época, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Miguel Calmon. Entre as obras realizadas nesse período, pode-se citar a **criação do Colégio Pedro II**, a fundação de uma **Escola de Agricultura no Rio de Janeiro** e do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, além de uma reestruturação do **Exército**.

Verifica-se nessa fase uma rearticulação de políticos mais conservadores, com o objetivo de anular as leis liberais aprovadas no início das regências e recuperar a preponderância do poder central sobre as províncias. Essas medidas ficaram conhecidas como **regresso conservador**. Em maio de 1840, em meio aos protestos dos liberais, era aprovada a Lei Interpretativa do Ato Adicional, suprimindo a autonomia das províncias, o que garantiu a centralização, além de submeter a Guarda Nacional a delegados nomeados pelo poder central. A regência, que começara liberal, caminhava para seu fim nas mãos dos conservadores, e isso tem uma explicação: a **ascensão da economia cafeeira**.

Por volta de 1830, o café já estava prestes a se tornar o principal produto de exportação do Brasil, suplantando o açúcar. Os líderes políticos que se identificavam com os conservadores eram representantes da nova



Pedro de Araújo Lima

elite cafeeira. Foi nesse ambiente que os liberais progressistas começaram a cogitar a antecipação da maioria de Pedro II.

REBELIÕES REGENCIAIS

O Período Regencial foi uma época conturbada, pontilhada de revoltas e agitações políticas provocadas pela sensação de que o Brasil não tinha um governo. Para as camadas livres, mas que não eram proprietárias, a revolta tornou-se a única perspectiva de alteração do quadro social. Assim, em vários pontos do País, ocorreram movimentos rebeldes que buscavam desde a autonomia local até a implantação da república.

CABANAGEM (1835 – 40) – A revolta dos cabanos teve como ponto de partida as disputas locais em torno da nomeação do presidente da província do Grão-Pará, o que acabou dividindo a elite local. Tal nome deveu-se à efetiva participação da população humilde.

Durante o período colonial, o Pará foi dominado por um grupo de comerciantes portugueses, aliados dos altos funcionários civis e militares, que controlavam o escoamento da produção da província. Insatisfeitos com os privilégios das oligarquias e também com o objetivo de melhorar as condições de vida que levavam, os rebeldes tomaram a cidade de Belém em janeiro de 1834, executaram Bernardo Lobo de Sousa, o governador local, e assumiram o governo.

O primeiro governo cabano foi

presidido por Félix Antônio Clemente Malcher, que, surpreendendo a todos, declarou-se fiel ao imperador e prometeu ficar no poder até a maioria deste. Deu início a uma repressão contra os próprios companheiros que o haviam colocado no poder, como Vicente Ferreira Lavor e Eduardo Nogueira Angelim.

Enquanto realizava um governo hesitante, Malcher permitiu a ascensão do comandante das Armas, o lavrador Francisco Pedro Vinagre, que acabou por derrubá-lo, executá-lo e substituí-lo no cargo. Mas, uma vez presidente, Francisco Vinagre apresentou o mesmo comportamento autoritário, chegando a ameaçar entregar ao poder central os que fossem contrários à regência. Seu irmão, Antônio Vinagre, conseguiu que as negociações com o governo regencial cessassem e, apesar da traição, Francisco foi mantido no cargo.

O governo regencial enviou uma tropa chefiada por Manuel Jorge Rodrigues para assumir o poder em Belém. Francisco Vinagre traiu os cabanos pela segunda vez e o contingente militar do governo assumiu o controle da capital.

No interior, os cabanos reagruparam-se e avançaram sobre Belém, retomando o controle da cidade em agosto de 1835. Enquanto Jorge Rodrigues refugiava-se, os revoltosos **proclamaram a república e a independência da província**. O novo governo, marco da primeira revolta da história brasileira na qual o povo chegou ao poder, foi chefiado pelo seringueiro Eduardo Angelim.

Mas, no ano seguinte, a regência enviou uma poderosa esquadra com o novo presidente nomeado: o brigadeiro Francisco José de Sousa Soares. A frota da repressão desembarcou em Belém em maio de 1836, depois de enfrentar pequena resistência. Enfraquecidos, desunidos e desorganizados, os cabanos recuaram, abrindo caminho para uma das mais violentas repressões de que se tem notícia no Brasil, deixando um saldo de mais de 30 mil mortos, cerca de 25% da população paraense.

SABINADA (1837 - 38) – Desde a Conjuração dos Alfaiates de 1798, a Bahia era foco de revoltas. E o caráter radical das rebeliões influenciou a articulação de movimentos seguintes, pois seus líderes recusavam-se a mobilizar a camada popular, temerosos de perder o controle sobre ela. Esse foi o caso da Sabinada, cujo nome veio do líder e médico **Francisco Sabino Álvares da**

Ilustração: Michael Bráz

Rocha Vieira, à frente de um movimento restrito à classe média de Salvador.

O motivo da rebelião foi a insatisfação com as autoridades nomeadas pelo governo regencial, centralizadoras e despóticas, o que levou os rebeldes a proclamar a **República Bahiense**. Entretanto, não havia um ideal separatista, já que o objetivo era **manter a autonomia provincial até a maioria de Pedro II**. Mas a repressão do governo foi violenta. Tropas comandadas pelo Marechal João Crisóstomo Calado, com a ajuda dos fazendeiros da zona do Recôncavo, dominaram os rebeldes em março de 1838, com centenas de presos e dezenas de mortos, inclusive os principais líderes, que terminaram executados.

BALAIADA (1838 - 41) – Em dezembro de 1838, eclodiu no Maranhão uma revolta que só foi esmagada depois de dois anos de lutas. Como um de seus chefes, **Manuel Francisco dos Anjos Ferreira**, era fabricante de balaios (cestos), o movimento ficou conhecido como “Balaiaida”. Mas, a rigor, esta não foi uma revolta unificada. Ao lado de Francisco dos Anjos, **Raimundo Gomes**, o “Cara Preta”, e **Cosme Bento das Chagas** também se destacaram, sendo que este último liderava um grande número de escravos fugitivos.

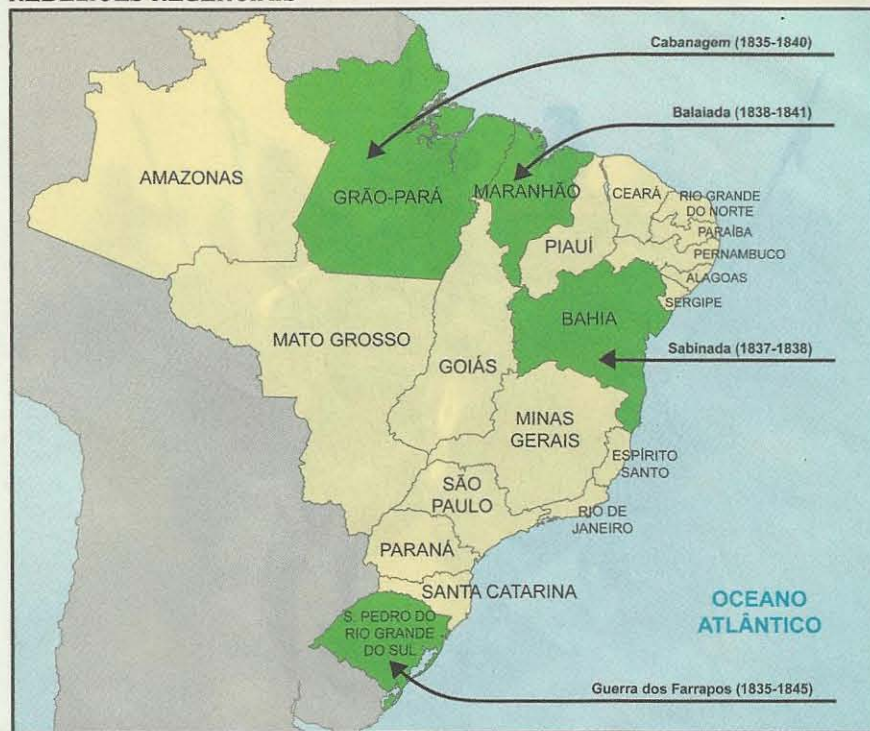
A principal atividade econômica do Maranhão era o cultivo e a exportação de algodão, mas a região enfrentava uma terrível decadência, devido à concorrência com os Estados Unidos.

Os rebeldes, constituídos por pobres, incluindo escravos que sonhavam

O CORONELISMO HOJE

Como visto, o coronelismo fez parte de uma fase da nossa história. Porém, apesar de ser uma organização social agressiva e baseada em premissas arcaicas, ela ainda persiste no nosso país. Em áreas afastadas dos grandes centros, o coronelismo ainda se manifesta em seus moldes antigos: troca de favores por votos, represália a quem for contra o grande patriarca da região etc. Entretanto, há uma nova manifestação deste fenômeno, em que o coronel dono de terras do interior dá lugar ao coronel dono de empresas da cidade. Nesses locais, o cidadão, desamparado pelo Estado, acaba cedendo aos interesses desta minoria dominante, que exerce a mesma exploração ocorrida no coronelismo “tradicional”.

REBELIÕES REGENCIAIS



com a liberdade, contestavam os privilégios dos latifundiários e comerciantes portugueses. Os balaios chegaram a ocupar a Vila de Caxias, importante centro urbano da província, e ameaçaram tomar a capital São Luís.

Devido à falta de unidade entre os rebeldes, o movimento entrou em declínio, facilitando os trabalhos das tropas regenciais, chefiadas pelo Coronel Luís Alves de Lima e Silva (o Barão de Caxias), que retomaram o poder na província.

A definitiva “pacificação” da revolta só ocorreu com a anistia concedida aos rebeldes sobreviventes, em 1841, seguida da escravização dos negros que haviam participado da rebelião e do enforcamento de **Cosme Bento**, em 1842. O próprio Caxias estimou em mais de mil o número de mortos entre os rebeldes.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835 - 45) – No Rio Grande do Sul, ocorreu a Guerra dos Farrapos que, pelos seus dez anos de duração, foi a **guerra civil mais prolongada da história brasileira**. Apesar do nome do movimento ser uma referência aos esfarrapados que compunham a maioria das tropas rebeldes, tal mobilização deve ser entendida como uma revolta da elite gaúcha criadora de gado.

Alguns fatores contribuíram para a eclosão do movimento, como as **lutas políticas**

entre moderados (chimangos) e exaltados (farroupilhas). Estes últimos acusavam o governo de não atender às necessidades da província e exigiam maior autonomia. Outra questão era a própria realidade econômica do Rio Grande do Sul, bem diferente do que se via no restante do País.

Os gaúchos formaram-se a partir da criação de gado nas estâncias (latifúndios), tendo a produção de charque, graxa e couro voltada para o mercado interno desde a época da mineração. Porém, no início do século XIX, era grande a concorrência entre o charque produzido no Sul e o importado de países como Paraguai e Argentina, principalmente devido às baixas taxas alfandegárias. Em contrapartida, os estancieiros eram obrigados a pagar impostos altos e tolerar que os preços de seus produtos fossem determinados pelo governo central. Junte-se a tudo isso a propagação de ideais republicanos e separatistas, pois é preciso lembrar que o Brasil era a única monarquia de toda a América e que o Rio Grande é vizinho do Uruguai, que tinha sido uma província brasileira.

Em 1835, os farroupilhas exigiram a destituição do novo presidente da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Em setembro do mesmo ano, tropas rebeldes lideradas pelo estancieiro **Bento Gonçalves da Silva** ocuparam Porto Alegre. No ano seguinte, os revoltosos proclamaram a



A Farroupilha foi uma das mais violentas revoltas regenciais

República Riograndense, com sede na Vila de Piratini. Bento Gonçalves tornou-se o primeiro presidente do Rio Grande independente, mas acabou preso num combate contra as tropas unionistas. Foi conduzido à Bahia em 1837, mas, com a explosão da **Sabinada** e a ajuda de integrantes de lojas maçônicas, fugiu e retornou ao Sul, onde reassumiu o comando dos farroupilhas.

Logo a revolta espalhou-se e atingiu **Santa Catarina** em 1839, onde foi proclamada a **República Juliana**, através de um movimento armado liderado por **Davi Canabarro** e **Giuseppe Garibaldi**, este último um líder revolucionário italiano que, ao lado da heroína e esposa Anita Garibaldi, transformou-se em uma verdadeira lenda, recebendo o apelido de “herói de dois mundos”.

Em 1840, Dom Pedro II assumiu o trono e, com a intenção de estabilizar politicamente o País, ofereceu anistia a todos os revoltosos. No entanto, tal medida não surtiu o efeito esperado e os farroupilhas insistiram na luta.

Em 1842, o **Barão de Caxias**, Luís Alves de Lima e Silva, foi destacado para sufocar a rebelião. Através do corte das vias de comunicação entre gaúchos e uruguaios e da negociação com os rebeldes, Caxias conseguiu

abrandar o ímpeto revolucionário. É importante ressaltar que havia um **desgaste econômico na província**, uma vez que, separado do Brasil, o Rio Grande autoprivou-se de seu principal mercado consumidor.

Para reincorporar a província e por um fim à rebelião, Caxias e Davi Canabarro estabeleceram termos que demonstraram boa vontade do governo. Os rebeldes foram anistiados e soldados e oficiais do exército gaúcho foram incorporados ao exército imperial. As terras confiscadas durante a guerra foram devolvidas aos proprietários e, por

fim, os impostos sobre os produtos derivados do gado foram reduzidos. Como se pode perceber, **o movimento dos farroupilhas terminou numa mesa de negociações**. Já os outros movimentos da época não tiveram a mesma sorte e foram reprimidos com rigor.

GOLPE DA MAIORIDADE

A maioridade do herdeiro do trono só ocorreria em dezembro de 1843. Mas, diante da hegemonia do **Partido Conservador**, os liberais lançaram a proposta de antecipar a maioridade do imperador. O pretexto era de que esta seria a única alternativa para garantir a governabilidade do País e impedir a fragmentação do território, uma vez que o imperador seria “neutro”. Os liberais, na verdade, contavam que, com a ascensão do monarca ao trono, este convidasse o **Partido Liberal** para a formação de seu gabinete. Surgiram sociedades com o objetivo de promover campanhas pela coroação de Dom Pedro II.

Os “maioristas” fundaram o Clube da Maioridade para divulgar seus propósitos, e chegou-se a formar uma Comissão, que foi enviada para sondar a opinião do imperador a respeito do assunto. Dom Pedro II não teve dúvidas e aceitou a ideia.

A campanha ganhava as ruas e, em julho de 1840, a Assembleia Geral proclamava a **maioridade do herdeiro**. Em julho de 1841, Pedro de Alcântara, então com **15 anos**, foi coroado **Imperador do Brasil**. Durante os 49 anos seguintes, a política brasileira seria conduzida por Dom Pedro II, mas o panorama partidário que dominaria todo o Segundo Reinado já estava constituído: **uma monarquia parlamentarista, com dois grandes partidos – Liberal e Conservador – e sem base ideológica distinta entre ambos**.

GIUSEPPE GARIBALDI E A UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA

Logo após sua independência na segunda metade do século XIX, a Itália passou por diversos problemas de unificação administrativa e de equalização dos sistemas legais e tributários. A região Norte, parte mais rica e industrializada, sufocou diversas rebeliões originadas no Sul, para evitar que ideais antimonárquicos fossem disseminados. Giuseppe Garibaldi (1807 – 1882) foi um grande guerrilheiro italiano que lutou contra a tirania e acabou exilado no Brasil, onde ajudou na Revolução Farroupilha. Daí, o fato de ter recebido o apelido de “herói de dois mundos”.

Em 1848, ele voltou à Itália e lutou contra o exército austriaco, participando do início da unificação do território italiano. A oportunidade de incorporar Roma surgiu em 1870, quando a guerra franco-prussiana destruiu o império de Napoleão III e obrigou a retirada dos franceses, que haviam sido enviados para resistir ao ataque de Garibaldi no ano anterior. Um plebiscito em outubro de 1870 resultou na união de Roma ao território italiano, que se tornou, finalmente, um Estado nacional unido na forma de uma Monarquia Constitucional.

Segundo Reinado

Depois de uma fase relativamente tranquila em termos de economia e política interna, Dom Pedro II enfrentou a falta de apoio dos fazendeiros, da Igreja e da aristocracia militar, o que enfraqueceu o regime imperial. Estava aberto o caminho para a instalação da República

Dom Pedro II governou o Brasil por quase meio século. O início desse período foi marcado pelo fim do "regresso conservador". A partir de 1850, o Império conheceu uma fase de calmaria na política interna, graças às leis centralizadoras e à razoável estabilidade econômica proporcionada pela economia cafeeira.

No plano externo, o Brasil ensaiou maior autonomia política em relação à Inglaterra. Isso aconteceu porque o principal produto do país, **o café, tinha os Estados Unidos como os maiores consumidores**. Mas a possibilidade de autonomia foi enterrada com o envolvimento brasileiro na Guerra do Paraguai, o que debilitou nossa economia e forçou a reaproximação com os ingleses.

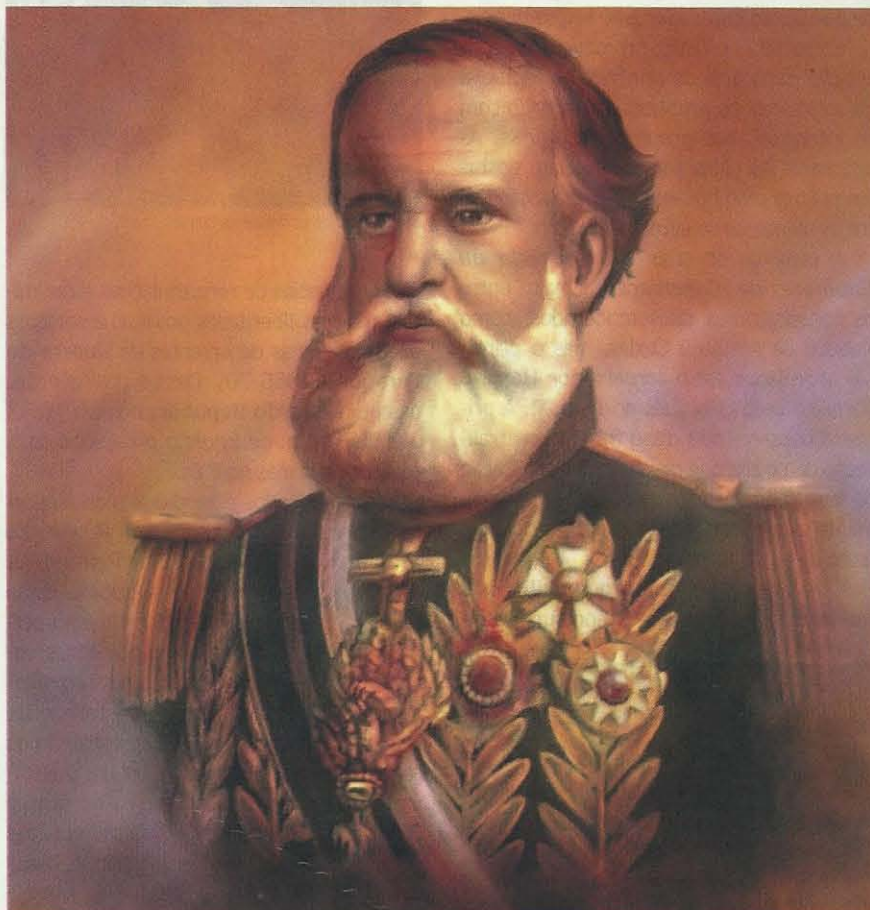
O monarca perdeu o apoio de fazendeiros e da Igreja Católica, o que abriu espaço para o crescimento do movimento republicano.

POLÍTICA INTERNA

O primeiro gabinete de governo formado no Segundo Reinado foi confiado a Antônio Carlos de Andrada e Silva (liberal) e ficou conhecido como o **"Ministério dos Irmãos"**, pois contava com a participação de seu irmão, Martim Francisco Andrada, além dos irmãos Cavalcanti e Coutinho. Impossibilitados de governar frente a um Congresso majoritariamente conservador, os ministros pediram ao imperador que fizesse uso do poder moderador e dissolvesse o Congresso, convocando novas eleições.

As eleições foram marcadas pelas práticas escancaradas de pressão contra os eleitores, uma vez que o voto era aberto. Além disso, os membros do Partido Liberal comandaram assaltos às mesas eleitorais e espancamentos, tudo com a conivência da polícia e a ajuda de jagunços, conhecidos como "papos-amarelos". **A violência durante as eleições passou a ser tônica do Segundo Reinado.** Eram as chamadas **"eleições do cacete"**.

Passou-se, então, às **"derrubadas"**; isto é, foram demitidos os presidentes das



províncias, juízes de paz e funcionários públicos ligados ao Partido Conservador e, em seus lugares, foram alocados políticos simpatizantes do Partido Liberal. Entretanto, o "Ministério dos Irmãos" começou a apresentar divisões internas, e os liberais governaram por apenas oito meses. Após esse período, foram afastados em meio a acusações de corrupção e fraude eleitoral.

Os conservadores, de volta ao poder, conseguiram do imperador a dissolução da Câmara, de maioria liberal. Na verdade, o Partido Conservador pretendia repetir o expediente praticado pelos liberais meses antes, inclusive com novas "derrubadas".

Leis de caráter reacionário foram aprovadas, como a **restauração do Conselho de Estado**, o que diminuía a importância do Poder Moderador, e a **reforma do Código Penal**, através da qual foram centralizadas as ações judicial e policial, pondo-se fim à autonomia das províncias.

Inconformados, os liberais reagiram e, em 1842, explodiram **revoltas em São Paulo e Minas Gerais**. O levante paulista foi liderado pelo **Padre Feijó** e teve início em Sorocaba. Já **Teófilo Otoni**, deputado mineiro, estava à frente de movimento a partir de Barbacena. Tais eventos terminaram com a derrota e a prisão de seus líderes.

Desenho: Rodrigo Alves/ Colorização digital: Bruno Paiva

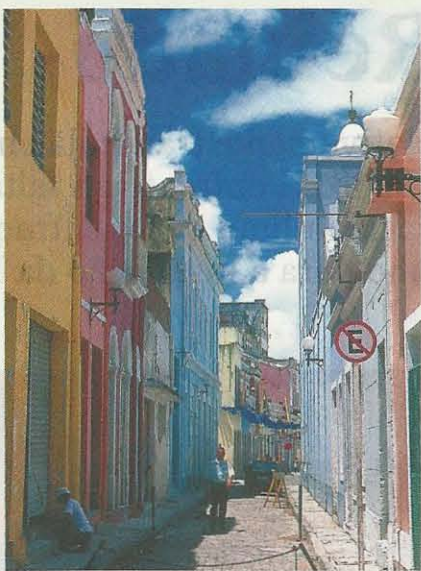
A situação normalizou-se só em 1844, quando os liberais voltaram ao poder. Tal retorno deveu-se ao desgaste entre o imperador, que pretendia atender aos ingleses e dar início ao processo que poria fim ao tráfico negreiro, e o Partido Conservador, composto por escravocratas. Pedro II dissolveu o gabinete e reconduziu os liberais ao poder.

Em 1847, o imperador criou o cargo de **Presidente do Conselho de Ministros**, que foi ocupado por Manuel Alves Branco. Seu titular deveria organizar o gabinete e responder ao imperador e ao Legislativo.

Entre 1853 e 1868, promoveu-se a conciliação partidária no Império, na tentativa de solucionar os problemas de acordo com os interesses dos proprietários rurais. As propostas surgidas somente seriam postas em prática caso houvesse sensibilização entre os membros da elite agrária.

A ideia de se criar o **Ministério ou Gabinete de Conciliação** surgiu entre os conservadores mais moderados, como Nabuco de Araújo e Caxias, mas o principal articulador foi o conservador Honório Carneiro Leão (Marquês do Paraná). A primeira consequência disso foi uma centralização do poder, que possibilitou a realização de feitos administrativos de porte, paralelamente a um certo acomodamento político, fruto da ausência de disputa.

Com o tempo, a **solução conciliatória** foi-se desgastando, pois aprofundavam-



Centro histórico da cidade de Olinda

Adriana Barbosa

se as exigências de reformulações econômicas, maiores liberdades políticas e soluções para problemas decorrentes da **Guerra do Paraguai** (1865-70). Dessas divergências, nasceu o **Partido Republicano**, em 1870, que via no fim do império o caminho para realizar reformas no País.

Nesse período, explodiu a mais importante revolta liberal da época: a **Revolução Praieira**, a última do Segundo Reinado. Os fatores que determinaram a eclosão dessa revolta foram a insatisfação dos liberais pernambucanos com o domínio dos conservadores na política provincial, o ressurgimento do sentimento antilusitano – reflexo do predomínio de portugueses no comércio da região –, a revolta popular contra o sistema latifundiário e a hegemonia da família Cavalcanti, além da ocorrência de rebeliões liberais na França no mesmo período, o que acabou repercutindo no Brasil.

A imprensa teve papel bastante relevante no conflito, pois o nome do evento estava ligado ao fato de que o porta-voz dos rebeldes era o jornal **Diário Novo**, editado na Rua da Praia, no Recife.

A **Praieira** foi o movimento de caráter mais profundo e de maior participação popular da época. Estava apoiado em ideias de mudança política e social bem-definidas. Como a família Cavalcanti tinha integrantes tanto no Partido Liberal quanto no Conservador, os liberais e democratas pernambucanos uniram-se em torno do **Partido da Praia**, formado em 1842. Setores mais radicais, do qual faziam parte **Borges da Fonseca, Abreu e Lima, Inácio Bento de Loiola e Pedro Ivo Veloso da**

MANIFESTO AO MUNDO

Publicado pelos rebeldes da Revolução Praieira, o manifesto reivindicava, entre outras coisas:

- voto livre e universal;
- liberdade de imprensa;
- participação dos brasileiros no comércio a retalho (varejista);
- extinção do Poder Moderador e do Senado vitalício;
- independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- emprego para todos os cidadãos;
- autonomia para as províncias;
- reforma do Judiciário e garantia dos direitos individuais.

Silveira, mobilizaram-se principalmente contra os latifundiários, e os setores populares organizaram-se contra os portugueses.

Em 1847, políticos ligados aos praieiros tiveram votos suficientes para ocupar cadeiras no Senado, mas conservadores e chefes latifundiários locais exigiram a anulação dos resultados, o que realmente acabou acontecendo. Em 1848, com a queda do Ministério Liberal, foi nomeado um presidente de província conservador para Pernambuco. Revoltados e influenciados pelos ideais do **socialismo utópico**, os rebeldes publicaram o **Manifesto ao Mundo** (ver quadro).

A revolta começou em **Olinda**, com a derrubada do presidente da província, Manuel de Sousa Teixeira. Liderados por **Nunes Machado**, os praieiros tentaram tomar o Recife, mas fracassaram e seu líder foi morto. Borges da Fonseca retirou-se para o interior e manteve a luta.

Pedro Ivo reuniu a população e tentou atacar o sul do Recife, mas acabou preso. Em seguida, foi transferido para o Rio de Janeiro, onde seria julgado. Até o final do ano de 1848, a rebelião não passava de conflitos isolados, sobretudo no interior. Alguns praieiros, como **Pedro Ivo**, conseguiram fugir para o exterior e, dos líderes aprisionados, dez foram condenados à prisão perpétua, mas anistiados em 1851.

POLÍTICA EXTERNA

No plano externo, a política brasileira foi tumultuada. Pode-se dizer que, em certa medida, o Brasil adotou uma **prática intervencionista perante seus vizinhos do Prata**, que lembrava as estratégias imperialistas que

PARLAMENTARISMO ÀS AVESSAS

As denominações **Liberal** e **Conservador** da época eram tão somente nomes “para inglês ver” e não representavam nenhuma ideologia política. Eram somente reuniões de clãs rivais. Esses grupos, chegando ao poder, apressavam-se em expulsar do governo todos os funcionários indicados pelo outro partido, substituindo-os por pessoas de seu círculo. O passo seguinte era uma violenta perseguição aos membros da gestão anterior, repleta de devassas, acusações de fraudes e assassinatos.

Quando a perseguição ameaçava extinguir o partido de oposição, o imperador destituía o ministério e convidava um membro da oposição para comandar um novo gabinete, que, por sua vez, organizava eleições para compor uma nova Câmara. Por essa prática, fica fácil perceber que, ao contrário do que se verificava na Europa, o sistema político brasileiro dava mais poderes ao primeiro-ministro, em detrimento da Assembleia. Era o **parlamentarismo às avessas**, que vigorou no Brasil até a proclamação da República.

caracterizaram o século XIX.

Por outro lado, a Inglaterra pressionava todas as nações do mundo para que abolissem o tráfico de escravos. No Brasil, a pressão inglesa chocava-se com os interesses dos escravocratas e dos comerciantes de escravos, que possuíam representação no governo e no Legislativo e, dessa forma, fizeram valer seu poder.

As relações entre Brasil e Inglaterra deterioravam-se rapidamente. Em 1844, o Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, tentou corrigir décadas de defasagem na política aduaneira, elevando as tarifas alfandegárias dos produtos ingleses em até 30 % para mercadorias sem similares nacionais e 60% em caso contrário, revogando, assim, a condição de nação mais favorecida que a Inglaterra desfrutava desde 1810.

As **Tarifas Alves Branco**, como ficaram conhecidas, provocaram uma tímida tentativa de industrialização por parte da burguesia brasileira, além de um vigoroso protesto por parte dos ingleses, que acabou se traduzindo em ameaças e, por fim, **no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países**. É importante ressaltar que a situação se agravou devido à inabilidade do embaixador inglês no Brasil, **William Dougall Christie** (ver quadro).

QUESTÕES PLATINAS – Em 1825, durante o Primeiro Reinado, um movimento popular apoiado pela Argentina tentou anexar a Província Cisplatina àquele país, provocando violentos choques com o governo de D. Pedro I. A questão somente foi resolvida em 1828, com um acordo no qual os dois países concordavam com a independência da região sob o nome de República Oriental do Uruguai. Porém, as pretensões do Brasil e da Argentina não cessaram.

Na Argentina, no Uruguai e até mesmo na província do Rio Grande do Sul, os partidos **Blanco (unitarista)** e **Colorado (federalista)** disputavam o poder. Essa “unidade ideológica”, que não respeitava fronteiras, provocava o envolvimento de todas as partes em cada revolta ocorrida na região.

Quanto a Dom Pedro II, sempre houve a preocupação de impedir o aparecimento de um país forte na região platina ou de que ocorresse uma união territorial entre argentinos, uruguaios e paraguaios, uma vez que os brasileiros esforçavam-se para estabelecer a livre navegação nos rios platinos, únicas vias regulares de acesso à parte centro-oeste do território do Brasil.

Em 1828, foram realizadas eleições

presidenciais no Uruguai, opondo os latifundiários, unidos em torno do branco **Manuel Oribe**, que, inclusive, tinha o apoio do argentino **Juan Manuel Rosas**, contra o colorado **Frutuoso Rivera**, que representava os comerciantes e tinha apoio do governo brasileiro e do argentino **José Urquiza**, que, como governador da província de Corrientes, era o principal opositor de Rosas na Argentina. A vitória coube ao candidato colorado.

Os blancos acusaram os colorados de fraude e pediram ajuda aos blancos dos países vizinhos. Em 1834, depois de vencer as eleições e tornar-se o novo presidente, Oribe aproximou-se de Rosas, provocando



Duque de Caxias: no comando do exército brasileiro, conseguiu expressivas vitórias sobre a força paraguaia

Desenho: Rodrigo Alves/Colorização digital: Bruno Paiva

a fuga de seu predecessor, Rivera, que se refugiou no Rio Grande do Sul aliando-se ao líder farroupilha, Bento Gonçalves.

Rivera organizou um exército e tomou o poder no Uruguai, aproveitando-se dos problemas enfrentados por Rosas na Argentina. Alguns fazendeiros brasileiros realizaram incursões no Uruguai para garantir suas propriedades, que eram invadidas e saqueadas pelas facções em luta dos vizinhos. Em 1839, **Rosas** conseguiu resolver seus problemas internos na Argentina e **anexou o Uruguai**, o que causou protestos da Inglaterra, da França e do Brasil. Os ataques às propriedades de brasileiros continuaram, provocando a **entrada do Brasil na guerra**.

O General Urquiza, comandante das províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios, revoltou-se contra Rosas e aliou-se ao Brasil e ao uruguaio Rivera. As forças brasileiras, comandadas pelo **Duque de Caxias** e apoiadas pelo bloqueio naval do almirante Grenfell, tomaram Montevideu e, a seguir, invadiram a Argentina, depondo Rosas.

Argentina e Uruguai celebraram com o Brasil um **tratado de livre comércio e navegação no Rio da Prata**, garantindo aos brasileiros o vital acesso à província do Mato Grosso, bem como a “permissão” para comandar os acontecimentos na desembocadura do Rio da Prata.

As lutas entre blancos e colorados prosseguiram no Uruguai a cada eleição e, em 1864, o colorado **Venâncio Flores** tentou tomar o poder de **Atanásio Aguirre**

QUESTÃO CHRISTIE

Em 1861, o navio inglês *Príncipe de Gales* naufragou no litoral do Rio Grande do Sul e teve sua carga saqueada pela população local. O embaixador britânico no Brasil classificou o ato como pirataria e exigiu que o governo brasileiro indenizasse a Inglaterra. No ano seguinte, enquanto ainda não havia sido tomada uma decisão em relação à indenização pedida por Christie, alguns oficiais e marinheiros de um navio de guerra inglês, trajando roupas civis, embebedaram-se no Rio de Janeiro e provocaram arruaças na cidade. Presos pela polícia local, negaram-se a se identificar e passaram a noite presos. No dia seguinte, os marinheiros se identificaram e foram soltos.

O fato serviu de pretexto para que o embaixador Christie exigisse desculpas oficiais do governo brasileiro e pressionasse para que os policiais envolvidos na prisão dos marinheiros fossem demitidos, retomando a polêmica do *Príncipe de Gales*. Diante de nova negativa do governo brasileiro, o embaixador foi instruído a apresar navios brasileiros na Baía da Guanabara e levá-los para a ilha de Palmas, no Atlântico Sul.

A questão foi submetida a arbitramento internacional, sendo convidado como árbitro o rei Leopoldo I, da Bélgica. Tentando resolver a questão ou temendo resultado desfavorável, Dom Pedro II antecipou-se e pagou a indenização aos ingleses. No entanto, o rei belga acabou dando ganho de causa ao Brasil em 1863. O País, então, passou da defensiva à ofensiva no campo diplomático, exigindo desculpas formais do governo inglês. Já se sabia que a Inglaterra não iria se desculpar e, devido a isso, o embaixador brasileiro deixou Londres em 1863 e, logo a seguir, o embaixador britânico partiu do Rio de Janeiro. As relações diplomáticas somente foram reatadas em 1865, devido ao interesse inglês na guerra que se iniciava contra o Paraguai.

através da luta armada. O Brasil apresentou protesto junto ao governo do Uruguai, devido aos constantes ataques às propriedades de brasileiros, mas foi ignorado pelo presidente Aguirre. O País decidiu, então, **intervir novamente no Uruguai**, enviando a Montevideu um exército comandado por Caxias, enquanto a marinha bloqueava o litoral uruguaio. O presidente Aguirre renunciou e fugiu para o Paraguai, onde pediu auxílio ao ditador **Francisco Solano Lopez**. Enquanto isso, Flores, o novo presidente do Uruguai, cedia às exigências brasileiras.

O Paraguai foi, desde sua emancipação em 1810, uma exceção na região. Sua independência não foi obra da elite crioula, como no resto da América espanhola, mas, sim, da união entre os índios guaranis e militares nacionalistas, que implantaram no Paraguai um modelo de desenvolvimento ligado à realidade local. Durante os governos de José Domingos Francia (1811-1840) e Carlos Antônio Lopez (1840-1862), as grandes propriedades foram confiscadas e transformadas em **Estâncias da Pátria**, que abasteciam o consumo nacional de produtos agrícolas.

Nesse período, o Paraguai não pode ser visto como uma democracia. Mas a escravidão foi abolida, o analfabetismo acabou erradicado, fábricas de armas e de pólvora foram implantadas, assim como indústrias siderúrgicas, estradas de ferro, telégrafo e estaleiro. Tal quadro de relativo sucesso econômico e social e de autonomia internacional foi acompanhado, durante o governo de **Francisco Solano Lopez**, iniciado em 1862, de uma política de ênfase no setor militar.

A intervenção brasileira no Uruguai e o pedido de auxílio formulado por Aguirre ao Paraguai forneceram o pretexto que desencadeou **a maior guerra de toda a América Latina**. Em 11 de novembro de 1864, Lopez apreendeu o navio brasileiro **Marques de Olinda**, que navegava no Rio Paraguai, provocando a declaração de guerra por parte do Brasil.

Os paraguaios tentaram tomar a província do Mato Grosso, mas foram repelidos

Desenho: Rodrigo Alves/Colorização digital: Bruno Paiva



Conde D'Eu comandou a vitória definitiva do Brasil na Guerra do Paraguai

pelos forças brasileiras. Optaram, então, pela libertação do Uruguai, mas, para isso, foi necessário invadir parte do território da Argentina, o que provocou a entrada do país na guerra.

Em maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai formaram a **Tríplice Aliança**, que entregava o comando do bloco belicista ao presidente argentino. Os Aliados contaram ainda com empréstimos e equipamentos vindos da Inglaterra, uma vez que a esta interessava a destruição do Paraguai. As operações navais, sob o comando do **Almirante Tamandaré**, foram favoráveis ao Brasil, enquanto as operações em terra beneficiaram os paraguaios. O Brasil foi obrigado a financiar um exército profissional recrutado pelo Uruguai e recrutar negros que seriam alforriados após o conflito. Tal contingente ficou conhecido como os **"Voluntários da Pátria"**.

De 1866 a 1869, o comando do exército brasileiro foi entregue ao **Duque de Caxias**, que conseguiu expressivas vitórias sobre a força paraguaia, obrigando Lopez a refugiar-se no norte do país. O comando passou, então, a **Luís Filipe Gastão de Orleans**, o **Conde d'Eu**, genro

do imperador, que comandou verdadeiros massacres junto à população paraguaia e a vitória definitiva na guerra.

ECONOMIA E IMIGRAÇÃO

Até a primeira metade do século XIX, a cana-de-açúcar continuava a ser o carro-chefe das exportações brasileiras. Entretanto, o **café** começou a fazer parte dos artigos exportáveis, que já contavam, além da cana, com o algodão, o fumo e as drogas do sertão.

Essa planta, de origem africana, chegou ao Brasil ainda na primeira metade do século XVIII, mas sua utilização comercial só começou por volta de 1830, na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. O destino da produção era a Europa, especialmente a França.

O café ganhou espaço na **região Sudeste**, avançando para a Zona da Mata Mineira e para o Vale do Paraíba. Chegou à Província de **São Paulo** na segunda metade do século XIX e avançou para a parte oeste. Isso aconteceu porque o solo (terra roxa) e o clima da região favoreciam a cultura cafeeira, além de haver o interesse do governo em ocupar a região.

O problema é que a expansão do café em terras paulistas coincidiu com o aumento das pressões inglesas pela extinção do trabalho compulsório em terras americanas, o que provocou a aprovação do polêmico **Bill Aberdeen (1845)**, que dava aos britânicos o "direito" de aprisionar navios negreiros que se direcionavam para este continente.

O café precisava de mais braços, mas o País ainda se agarrava ao sistema escravista. A solução adotada provisoriamente foi a **transferência de trabalhadores negros de fazendas canavieiras nordestinas em crise**. Mas esse tráfico interno de escravos não era eficiente, pois ainda mantinha alto o preço da mão-de-obra. Finalmente, o governo resolveu atender às sugestões de fazendeiros paulistas, em especial do senador **Nicolau Pereira Campos Vergueiro**, e passou a incentivar a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil. Em 1846, chegavam da Alemanha e da Suíça mais de 350 famílias de imigrantes para trabalhar nas fazendas do senador, especialmente a de Ibicaba.

O trabalho europeu e assalariado em fazendas brasileiras recebeu o nome de **sistema de parceria**, no qual os trabalhadores deveriam dividir a produção com o fazendeiro e seriam responsáveis pelo seu próprio sustento. Caso juntassem dinheiro, poderiam comprar sua própria terra. Era com essa proposta que alguns homens, chamados

LEGADO DA GUERRA DO PARAGUAI

As consequências da Guerra do Paraguai foram catastróficas para todos os envolvidos. O Paraguai perdeu cerca de 70 % de sua população masculina; Brasil, Argentina e Uruguai aumentaram seu endividamento em relação à Inglaterra, que foi, em última análise, a única vencedora do conflito. É consenso entre os historiadores que, apesar da vitória, a monarquia brasileira teve, nesse conflito, a antessala de sua derrocada. O exército brasileiro praticamente formou-se como força militar durante essa guerra, mas isso não significou maior reconhecimento perante a aristocracia imperial. Tal animosidade jogaria os militares nos braços do movimento republicano.

arregimentadores, desembarcavam na Europa, alardeando o fácil enriquecimento aos desiludidos do Velho Mundo.

Chegando ao Brasil, os **europeus percebiam que haviam sido enganados**. O regime de trabalho nas fazendas era semelhante à servidão medieval. Os colonos endividavam-se com os fazendeiros e não podiam sair enquanto não saldassem as dívidas. Suas correspondências eram censuradas, caso relatassem a exploração e, não raro, eram castigados nos mesmos moldes dos escravos negros.

Em 1857, explodiu uma revolta de imigrantes contra o Senador Vergueiro. A situação tornou-se tão dramática que o governo alemão chegou a proibir a emigração para o Brasil.

Tentando contornar o problema, o governo brasileiro suspendeu o sistema de parceria, que foi substituído pela **imigração subvencionada**, na qual se assinava um contrato com o imigrante – este receberia ajuda de custo para a sua viagem e assinaria um documento, que lhe permitia mudar do trabalho ao final do prazo acordado. Mas isso não impediu que a exploração continuasse a acontecer.

O Brasil passou a receber novas levas de imigrantes. Desta vez, predominavam **italianos, espanhóis e portugueses**. Os primeiros eram majoritários, principalmente por causa das guerras pela unificação de seu país. Para cá, vieram desde fugitivos do conflito até aqueles que, por defenderem ideais políticos liberais ou anarquistas, eram perseguidos em seus países.

Com a chegada de mais europeus, cresceu a disputa pela terra. Isso precipitou a aprovação da **Lei de Terras (1850)**, pela qual foi criada uma série de **impedimentos para o acesso dos imigrantes à propriedade de uma fazenda**. Isso interessava especialmente aos grandes proprietários, que temiam ficar sem mão-de-obra caso pessoas de poucos recursos se tornassem donos de terras.

Os imigrantes chegavam ao Brasil na vigência dessa lei e iam trabalhar nos cafezais. Nascia um novo regime de trabalho, chamado **colonato**, segundo o qual cada família de colonos recebia um pagamento proporcional aos pés de café entregues para serem cuidados por ela. Na época da colheita, os colonos eram remunerados com uma espécie de gratificação, de acordo com a quantidade de café colhido.

É importante ressaltar que, no colonato, havia a permissão para que os colonos

cultivassem produtos para subsistência nos intervalos dos cafezais, dos quais tinham o direito de dispor livremente, inclusive vendendo o excedente. Mais ao Sul, imigrantes organizavam-se em pequenas propriedades, produzindo para o mercado interno. Também havia cidades que, fundadas por empresas estrangeiras, atraíam trabalhadores imigrantes e nacionais.

A formação da **Associação Auxiliadora da Colonização sistematizou a vinda de imigrantes**, providenciando alojamento, alimentação etc. A partir daí, a imigração cresceu rapidamente no Brasil e nova leva trouxe outros tipos estrangeiros. Ainda chegavam italianos, mas, agora, acompanhados de **povos eslavos e de mais alemães**. No final do século XIX e início do XX, até **japoneses** passaram a tentar a sorte no Brasil.

Com o desenvolvimento da cafeicultura, um novo equilíbrio econômico foi estabelecido. Desde 1860, os **superávits** tornaram-se constantes nas relações comerciais com o exterior, ajustando novamente a economia brasileira ao mercado internacional. Assim, em contraste com o período anterior da Regência, bastante conturbado, teve início no Brasil uma **nova era de relativa prosperidade**. A reunião de fatores favoráveis, como as **Tarifas Alves Branco**, a **abolição do tráfico negreiro em 1850** e a **ascensão do café**, estimularam uma onda de novos empreendimentos.

Nesse surto de empreendimentos, destacou-se, quase como um símbolo desse tempo, **Irineu Evangelista de Sousa**, mais conhecido como **Barão de Mauá** (ver quadro), um ousado empresário que investiu nos mais variados setores da economia. Os sucesso inicial de suas empresas estimulou o surgimento de outras e atraiu o capital privado inglês.

Os cafeicultores do Oeste Paulista, que, por falta de capital, tinham sido obrigados a lançar mão do trabalho assalariado e abrir novas terras sertão adentro, acabaram enriquecendo muito, devido à fertilidade do solo

OS EMPREENDIMENTOS DO BARÃO DE MAUÁ

Em 1845, Mauá adquiriu o Estaleiro Ponta de Areia, no Rio de Janeiro, produzindo vários barcos a vapor. Ali, também criou uma fundição e, posteriormente, passou a investir no setor de transportes, criando a Companhia de Rebocadores para o Rio Grande do Sul e incentivando a construção da primeira ferrovia do Brasil.

No campo das comunicações, empreendeu a montagem de um cabo telegráfico submarino, ligando o Brasil à Europa. Fundou também o Banco Mauá, que chegou a ter filiais na Inglaterra, EUA, França, Uruguai, Argentina e nas principais cidades brasileiras. Também deu atenção ao setor público urbano, implantando iluminação a gás e abastecimento de água na capital do País.

Em 1860, devido às pressões do comércio importador, dominado por ingleses, a tarifa Alves Branco foi substituída pela tarifa Silva Ferraz. A partir de então, foram reduzidas as taxas de importação para máquinas, ferragens e armas, o que representou um dos primeiros golpes para Mauá. Outro fator que contribuiu para a derrocada do Barão foi o antagonismo entre seus interesses e os que envolviam o capital estrangeiro. Irineu Evangelista não recebeu apoio das forças governamentais, que viam com antipatia suas ideias políticas liberais e abolicionistas, e foi definitivamente malvisto pelo governo assim que se manifestou contrário ao envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai.

As tentativas empresariais do Barão falharam e ele foi obrigado a sucumbir, vendendo suas empresas para os estrangeiros.



Desenho: Rodrigo Alves/Colonização digital Bruno Paiva

ALÉM DO CAFÉ

O café não foi o único produto agrícola importante no Império. No período de 1861 a 1870, o **algodão** foi a segunda maior fonte de riqueza para o Brasil, pois a produção dos Estados Unidos, que era o grande produtor da época, estava seriamente comprometida devido à Guerra de Secessão.

A produção e exportação de **açúcar** foram diminuindo aos poucos, pois esse produto sofria a concorrência de outros no mercado internacional, como os similares produzidos na América Central e até mesmo o açúcar feito de beterraba.

O Brasil interessou-se pela exportação de **borracha** em meados do século XIX, quando se descobriu que, a partir do látex, era possível obter um produto mais resistente. Na década de 1860, o surto de borracha tomou conta do País, primeiro na região do **Pará** e, depois, no **Amazonas**. Com o desenvolvimento do automóvel em nível mundial, e sendo o Brasil detentor de 90% do comércio internacional da borracha, a economia da região transformou-se e **Manaus** viu como o dinheiro poderia fazer uma cidade no meio da floresta tropical se tornar uma das mais ricas e luxuosas do País. Houve até o interesse e a concretização da aquisição do **Acre**, região que pertencia à Bolívia e que atraiu a atenção dos brasileiros por ser rica em seringueiras.

A extração do látex era feita, geralmente, por migrantes nordestinos que fugiam das secas. Os trabalhadores eram explorados duramente pelos donos dos seringais. Porém, os altos ganhos dos seringalistas e exportadores duraram pouco. Já no começo do século XX, os ingleses deram início ao cultivo da seringueira nas selvas da Malásia e do Ceilão (atual Sri-Lanka), ganhando o mercado internacional e levando a produção brasileira para níveis insignificantes.

O **cacau** teve uma trajetória semelhante. Cultivado no sul da Bahia, atendeu à demanda do mercado internacional, que cresceu no final do século XIX com a expansão das indústrias do chocolate. Também utilizava como trabalhadores os fugitivos da seca.

O volume das exportações brasileiras era maior do que o das importações. Entretanto, aqui se produziam gêneros agrícolas baratos, ao passo que manufaturados e industrializados caros eram importados. Dessa forma, pouco se pôde aproveitar em relação aos lucros das exportações.

O FIM DA MONARQUIA

Alguns autores defendem a importância dos políticos republicanos no fim da monarquia. Mas essa participação parece não ter sido tão forte, já que o Partido Republicano foi fundado em 1870 e elegeu pouquíssimos vereadores em 19 anos de existência.

Em 1870, ano de sua fundação, o Partido Republicano publicou o **Manifesto Republicano**, no qual atacava a centralização do poder e o despotismo. No entanto, esta última expressão não pode ser entendida ao pé da letra, mas, sim, como fruto da visão da época, no calor dos acontecimentos. Pelo Manifesto, via-se a descentralização político-administrativa como a solução para as províncias, que passariam a ter autonomia para atender às conveniências das camadas dominantes locais.

Os interesses haviam se diversificado de tal forma que não era mais possível subordinar-se apenas às decisões da aristocracia escravista, que, apesar de falida, ainda detinha o poder político.

Durante os primeiros 20 anos do Segundo Reinado, os **partidos Liberal e Conservador** dominaram a cena política. Em 1868, o primeiro dividiu-se em **moderado e radical**. O setor radical adotou os ideais republicanos e, em 1870, nasceu o **Partido Republicano** – primeiramente no Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo. Rapidamente, clubes e jornais republicanos divulgaram suas ideias pelo País.

Os principais membros do partido eram profissionais liberais e comerciantes, que recebiam o apoio das populações empobrecidas e dos **fazendeiros do Oeste**

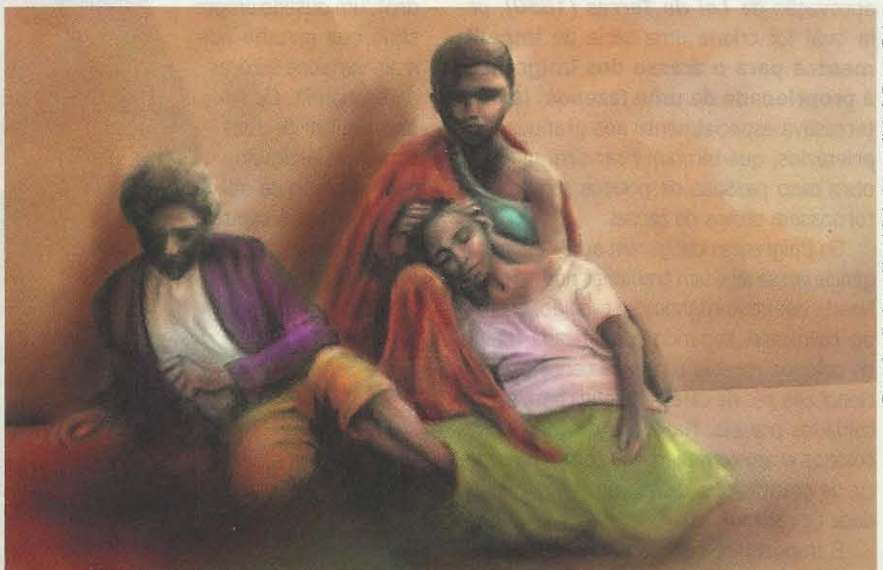
Paulista (os do Vale do Paraíba não participavam de tal movimento).

Em 1873, na província de São Paulo, reuniu-se a **Convenção de Itu**, através da qual a elite cafeicultora paulista aderiu formalmente ao movimento republicano. Dos poderosos participantes dessa convenção, saíram futuros presidentes da República, como Prudente de Moraes e Campos Sales.

Existiam duas facções no Partido Republicano. Na primeira, estavam os **revolucionários**, que desejavam a implantação da República através de uma revolução popular e tinham como líder o advogado **Antônio da Silva Jardim**, um intransigente defensor da República e da abolição do trabalho escravo.

Mas os republicanos eram em sua grande maioria contrários à revolução. O principal representante dessa corrente de **evolucionários** era **Quintino Bocaiuva**. A esse grupo também juntaram-se os seguidores do filósofo francês **Augusto Comte**, fundador do **Positivismo**, movimento que, inclusive, inspirou a inscrição “ordem e progresso” na bandeira brasileira.

Ideologicamente, a implantação do regime republicano estava associada à difusão do Positivismo. No final do século XIX, alguns pensadores tomaram como parâmetro o desenvolvimento das ciências da natureza e procuraram dar fundamentos científicos ao conhecimento humano. Havia a convicção de que uma ciência sobre os homens teria de passar pela negação das religiões, que representariam entraves à busca pelo conhecimento. Essa doutrina foi abraçada, principalmente, pela jovem oficialidade do exército.



A abolição do trabalho escravo no Brasil foi realizada devido a pressões internas e externas

Desenho: Rodrigo Alves/ Colorização digital: Bruno Paiva

Pode-se dizer que o **Império Brasileiro apoiava-se sobre três colunas: a aristocracia militar, a Igreja Católica e os fazendeiros escravistas**. Só que o regime acabou perdendo o apoio de cada um desses grupos em episódios que demonstraram a inabilidade dos monarquistas para realizar reformas que agradassem aos insatisfeitos e permitissem a sobrevivência do império.

QUESTÃO ESCRAVISTA – Os cafeicultores da Baixada Fluminense atravessavam dificuldades financeiras devido ao fracasso das fazendas que haviam instalado no Vale do Paraíba. Passaram, então, a sobreviver de seus empregos na administração imperial e do aluguel de seus escravos. Ao mesmo tempo, os **cafeicultores do Oeste Paulista** começavam a despontar no cenário econômico. Por falta de capital, tais cafeicultores tinham sido obrigados a lançar mão do trabalho assalariado e abrir novas terras sertão adentro. E acabaram enriquecendo devido à fertilidade do solo.

Esses cafeicultores enfrentavam dificuldades para transportar seu produto até o porto de Santos, uma vez que tinham de utilizar carros de boi e lombos de burro. Pediram, então, ao governo imperial a construção de uma ferrovia ligando suas terras ao litoral. Só que, diante das negativas da coroa, a **ferrovia foi construída com capitais privados a partir de uma associação entre ingleses e o Barão de Mauá**. Assim, em 1867, foi inaugurada a Estrada de Ferro Santos-Jundiá, aumentando as hostilidades entre cafeicultores do Oeste Paulista e políticos do Império.

Nesse cenário, havia também a questão do trabalho escravo no Brasil, que sofria pressões externas para que fosse abolido. Sem dúvida, a chegada do trabalhador imigrante facilitou o caminho.

Em meados do século XIX, começaram a ser aprovadas as primeiras leis antiescravistas. Em 1850, foi decretada a **Lei Eusébio de Queiroz**, que extinguiu o tráfico negreiro para o nosso país. Para muitos fazendeiros, a solução foi a compra de escravos do Nordeste. Em 1871, o ministro **Visconde do Rio Branco** sugeriu e viu a aprovação pela Assembleia da chamada **Lei do Ventre Livre**, estabelecendo que, a partir de maio daquele ano, todos os filhos de escravos seriam livres. Os proprietários seriam tutores das crianças até os 7 anos de idade, quando elas deveriam ser entregues à responsabilidade do Estado. Em troca, os fazendeiros teriam direito a uma indenização de 600 mil-réis ou,

então, poderiam utilizar o trabalho do “libertado” até os 21 anos. Tal lei previa uma libertação gradual, o que permitiria aos escravocratas adaptarem-se à nova realidade.

Em 1879, a **campanha abolicionista** chegou ao auge, e o grupo partidário da libertação dos escravos já apresentava duas tendências. A primeira, moderada, defendia o fim do escravismo por meio de leis e tinha como principais representantes



QUESTÃO RELIGIOSA

O catolicismo era, como hoje, a religião oficial do Brasil e, como em Portugal, a Igreja estava subordinada ao Estado. A Constituição Imperial, já em sua primeira versão de 1824, previa entre seus artigos duas características herdadas das constituições portuguesas. A primeira era o **padroado**, que dava ao imperador o direito de nomear e remunerar membros do clero, que ficavam, desta forma, subordinados diretamente ao monarca. A segunda era o **beneficência**, que exigia que qualquer Bula (decreto emitido pelo Papa) fosse aprovada pelo Império antes de vigorar em território brasileiro.

Em 1864, o Papa Pio IX emitiu a **Bula Syllabus** condenando a “ordem secreta” da maçonaria e proibindo o clero de participar dessa sociedade. O Império, entretanto, não aprovou tal documento, pois muitos políticos (e, provavelmente, o próprio Dom Pedro II) eram maçons. Desrespeitando o imperador, porém obedientes ao Papa, o Bispo de Olinda, Dom Vital de Oliveira, e o Bispo de Belém, Dom Macedo, expulsaram vários padres e suspenderam irmandades de suas dioceses por práticas maçônicas.

Por solicitação das irmandades atingidas, Dom Pedro II anulou as suspensões. Como os bispos não voltaram atrás em suas decisões, foram julgados e condenados a quatro anos de prisão e trabalhos forçados. A comutação da sentença, feita pelo primeiro-ministro Duque de Caxias, não livrou o Império do mal-estar de haver condenado clérigos, nem lhe devolveu o apoio da Igreja. As prisões afastaram os católicos do governo imperial.

José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Jerônimo Sodré. A segunda, mais radical, pregava que a abolição deveria ser conquistada pelos próprios escravos, estimulando as revoltas destes. Seus defensores foram **Raul Pompeia, André Rebouças, Luís Gama e Antônio Bento**.

As campanhas concentravam-se nas cidades, em comícios, festas beneficentes, quermesses e conferências. Havia jornais e clubes antiescravistas. Os ferroviários de São Paulo chegaram a arrecadar dinheiro para comprar a alforria dos escravos. Em Fortaleza, houve casos de tipógrafos que se recusaram a imprimir textos que defendessem a escravidão.

Em meio a tantas agitações populares, os ministros José Antônio Saraiva e Barão de Cotegipe apresentaram, em 1885, a **Lei dos Sexagenários** (ou Lei Saraiva-Cotegipe), que estabelecia que os escravos ganhariam a liberdade ao completarem 60 anos, mas trabalhariam até os 65 como forma de indenizar os fazendeiros. As reações a essa lei foram péssimas, tanto que surgiu a expressão **“gargalhada nacional”**, uma vez que eram poucos os escravos que chegavam à tal idade – e os que chegavam não conseguiriam encontrar ocupação caso fossem libertados.

Enquanto isso, em 1887, num documento assinado pelo Marechal Osório, então presidente do Clube Militar, o Exército declarava que não mais cumpriria a função de **capitão-do-mato**, ou seja, não mais perseguiria escravos fugitivos. O final da escravidão era inevitável.

No começo de 1888, os deputados votaram o fim do trabalho escravo e a proposta, que foi enviada pelo ministro liberal, João Alfredo Correia de Oliveira, foi aprovada com 92 votos a favor e 9 contra. Em 13 de maio do mesmo ano, a Princesa Isabel, que substituiu Dom Pedro II durante uma viagem do imperador pela Europa, assinou a **Lei Áurea**, ratificando a extinção da escravidão no Brasil. Cabe ressaltar que, ao contrário dos Estados Unidos, **não houve plano de governo que garantisse a absorção do negro ao mercado de trabalho**, o que dificultou a integração dos ex-escravos à sociedade, originando as tão conhecidas formas camufladas de discriminação e marginalização, das quais se encontram resquícios até hoje no Brasil.

Os cafeicultores do Vale do Paraíba, em sua maioria escravistas, esperavam receber uma indenização pelos escravos que perderiam e, como essa indenização não foi acessível à grande maioria, boa parte deles ingressou no Partido Republicano.

QUESTÃO MILITAR – Desde o fim da Guerra do Paraguai, o Exército brasileiro passara a defender a tese de que os políticos, ligados a seus interesses mesquinhos, não eram capazes de dar a devida atenção aos negócios públicos, e somente os militares estariam capacitados a exercer o poder. Paralelamente a isso, deve-se destacar a influência do *positivismo*, difundido pelo militar e professor, **Benjamin Constant**, na academia militar.

O primeiro conflito entre o Exército e o Império teve como pivô o tenente-coronel **Sena Madureira**, veterano da Guerra do Paraguai, que publicou um artigo no jornal a respeito da Reforma de *Montepio* do Exército – projeto pelo qual as famílias dos militares mortos ou mutilados na Guerra do Paraguai receberiam uma pensão. Tal atitude foi reprimida pelo Ministro da Guerra, o civil Marquês de Paranaguá II, que proibiu, desde então, qualquer manifestação de militares na imprensa. O Exército reagiu afirmando que o soldado era um cidadão fardado e que teria direito de opinar sobre a política nacional. Mas tal protesto não obteve sucesso.

A segunda questão militar envolveu novamente o tenente-coronel Sena Madureira por utilizar as dependências da Escola de Tiro de Campo Grande (RJ) para uma recepção ao jagadeiro Francisco Nascimento, que havia liderado movimento contrário ao embarque de escravos do Ceará para o Sul do País. Sena Madureira foi, mais uma vez, repreendido, o que provocou novos protestos do Exército.

A terceira questão militar começou em uma inspeção de rotina do coronel **Cunha Matos**, que encontrou irregularidades em uma instalação militar no Piauí e concluiu que

Ilustração: Michael Bráz



O governo do Império, decadente, deu lugar à República.

o tenente-coronel Pedro José Lima era o responsável, encaminhando um relatório a seus superiores. Um deputado civil, amigo do militar denunciado, publicou um artigo ofensivo à honra de Cunha Matos, como forma de desmerecer seu relatório. Cunha Matos reagiu instantaneamente com a publicação de um artigo em que respondia às acusações do civil, e foi punido pelo Ministro da Guerra por desrespeito às normas do Exército.

Os militares protestaram, afirmando que um civil havia ofendido um militar, e que este fora proibido de se defender. Os partidários do Exército publicaram, então, um manifesto que criticava violentamente a posição do governo. Tal manifesto foi assinado por vários oficiais, inclusive pelo **Marechal Deodoro da Fonseca**. Mais uma vez, o Ministro da Guerra puniu os signatários do documento, rompendo definitivamente as ligações entre o Exército e o governo. Deodoro foi convidado a ingressar no Partido Republicano.

Na tentativa de reduzir a oposição, cada vez maior, Dom Pedro II formou um novo gabinete, chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o **Visconde de Ouro Preto**, que elaborou, em meados de 1889, um programa de reformas. Esse programa incluía liberdade de culto, autonomia para as províncias, mandatos para senadores e liberdade de ensino, entre outras medidas. Tais propostas visavam a preservar a monarquia, mas acabaram vetadas pelos deputados conservadores.

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O governo do Império tinha perdido suas bases econômicas, militares e sociais. Porém, as ideias republicanas não

tinham grande penetração popular, mesmo às vésperas da queda da monarquia. O povo estava descrente do regime, mas não havia uma crença generalizada de que a República seria a solução para os problemas do País.

Havia até um certo temor quanto à questão sucessória do trono. Os dois filhos homens de Dom Pedro II tinham morrido ainda crianças e, como a sucessora natural era a Princesa Isabel, casada com o francês Conde d'Eu, não era simpático para a opinião pública e às forças políticas da época que o terceiro reinado viesse a ser comandado por um estrangeiro.

Na capital, Rio de Janeiro, os republicanos insistiram junto ao Marechal Deodoro para que ele chefiasse o movimento que poria fim à monarquia. Mas Deodoro estava indeciso, pois era amigo pessoal de Pedro II.

Uma semana antes do golpe, a família real promoveu um **grande baile na Ilha Fiscal**, com a presença de 4.500 convidados, que comeram, beberam, dançaram e custaram aos cofres públicos 250 contos de réis. Nesse baile, Dom Pedro II desequilibrou-se enquanto dançava e caiu, no que parece ter sido uma premonição do que viria a acontecer dias depois.

Deodoro defendia que a República só seria proclamada após a morte do imperador. Mas mudou de ideia quando, em 14 de novembro, começaram a circular boatos de que ele (Deodoro) e o professor Benjamin Constant seriam presos.

Na madrugada de 15 de novembro de 1889, o Marechal iniciou o movimento golpista que pôs fim ao regime imperial. Os revoltosos ocuparam o quartel-general do Rio de Janeiro e, depois, o Ministério da Guerra, e depuseram o Visconde de Ouro Preto. Na tarde do dia 15, na Câmara Municipal, a **República foi proclamada em cerimônia solene.**

Dom Pedro II, que estava em Petrópolis, retornou ao Rio, pois pensava que o objetivo dos golpistas era impor a substituição do Ministério. O imperador já articulava a formação de um novo gabinete quando recebeu do Major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro uma comunicação, na qual era intimado a deixar o País, pois não era mais considerado o governante. **No dia 17 novembro, Dom Pedro II partiu com a família para o exílio na Europa. Assim terminavam os 79 anos do regime imperial brasileiro.**

O PARAGUAI

Durante certo tempo, alguns historiadores defenderam a tese de que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Paraguai, sem influência inglesa, irritou os britânicos que pretendiam erradicar essa "ameaça" da região, pois não havia apenas o problema de os vizinhos imitarem os paraguaios, mas também a possibilidade real de a república guarani acabar se tornando um concorrente direto da Inglaterra nessa parte do continente. No entanto, as pesquisas mais recentes apontam para uma disputa pelo controle e navegação da Bacia Platina, fator de interesse também dos países envolvidos no conflito, pois representava o acesso ao mar e ao centro do continente sul-americano.

A República

Depois da Proclamação da República, formou-se um Governo Provisório sob a "liderança" do marechal Deodoro da Fonseca. Foi, então, elaborada a primeira Constituição republicana e aconteceram as eleições. Deodoro tornou-se o primeiro presidente da República, mas, vítima de um golpe, não chegou a cumprir um ano sequer de seu mandato. Floriano, vice de Fonseca, assumiu as rédeas do País e governou com mãos de ferro.

Em 1894, chegava ao fim o quadriênio dos marechais, na chamada *República da Espada*. Os militares deram lugar aos cafeicultores, que elegeram como primeiro presidente civil do Brasil Prudente de Moraes, rico fazendeiro do Oeste Paulista. Com ele, teve início a Política Café com Leite, na qual fazendeiros paulistas e mineiros se alternavam na presidência da República. Tal "sistema" só teve fim quando ocorreu a Revolução de 1930, através da qual Getúlio Vargas tornou-se o presidente do País. Começava a chamada Era Vargas.

Depois da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, o governo de Vargas entrou em crise, em parte motivada pelo fato de as forças aliadas terem derrubado os regimes ditatoriais na Europa. Então, um golpe de Estado comandado pelo ministro do Exército, Gois Monteiro, depôs o ditador e garantiu as eleições presidenciais, nas quais o vencedor foi o ex-ministro de Getúlio, Eurico Gaspar Dutra, o que caracterizou a vitória de Vargas, mesmo deposto.

Com Dutra, teve início o chamado "Período Populista", que contou com outros quatro presidentes: Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. Nacionalistas, demagógicos e com grande apoio popular, os cinco presidentes do período estabeleceram uma política desenvolvimentista repleta de slogans e medidas transformadoras.

Depois da renúncia de Jânio Quadros e da subida de Jango ao poder, setores influentes da sociedade e os militares brasileiros, além dos EUA, viam no novo governo uma ameaça comunista. Então, em 1964, houve um golpe militar, que colocou o Marechal Humberto Castelo Branco na presidência do País.

Durante a ditadura militar no Brasil, parlamentares foram cassados, líderes

sindicais presos e até a União Nacional dos Estudantes foi fechada. Houve o fortalecimento do Poder Executivo, e o alto comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial.

O regime começou a apresentar sinais de exaustão no início da década de 1980, com os protestos dos estudantes de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, a chamada "Marcha da Paveia Vazia" na Praça da Sé, e as greves de metalúrgicos do ABC paulista. Então, o General João Batista Figueiredo, abraçando uma emenda constitucional de 13 de outubro de 1978, permitiu o início da abertura política e a anistia a todos os acusados de crimes políticos.

Restabeleceu-se a liberdade partidária e foram prometidas eleições diretas para presidente. Em 1982, ocorreram as eleições democráticas para governador ainda sob a legislação casuística da ditadura. Fortalecidas com o resultado das urnas, as oposições lançaram o movimento das **Diretas Já** em 1984. Mas as eleições ocorreriam apenas em 1985, ainda pelo Colégio Eleitoral.

A chapa *Aliança Democrática*, formada por Tancredo Neves e José Sarney, venceu a eleição indireta, e com a morte prematura de Tancredo Neves, foi o vice José Sarney, o primeiro civil à frente do País depois de 21 anos, que assumiu a presidência da República. Em 1986, foi eleita uma Assembleia Constituinte para redigir uma nova Constituição, que ficou pronta em 1988.

Nas eleições presidenciais de 1989, o vencedor foi Fernando Collor de Melo (PRN), que se tornou o primeiro presidente eleito por voto direto depois de 29 anos, completando, assim, a transição democrática.

Em meio a um governo tumultuado, Collor sofreu *impeachment* e o vice, Itamar Franco, assumiu o poder. Depois, Fernando Henrique Cardoso governou o País por oito anos e, em seguida, foi a vez de Luís Inácio "Lula" da Silva firmar-se na presidência da República por outros oito anos.



República Velha

Das mãos dos militares, o poder passou para os domínios das elites oligárquicas de Minas Gerais e São Paulo, na chamada *Política Café com Leite*, que teve fim com a Revolução de 1930

As diversas forças que se uniram para proclamar a República organizaram-se para formar um **Governo Provisório**. Sob a "liderança" de Deodoro da Fonseca, a primeira administração do novo regime procurou conciliar os interesses de **militares, fazendeiros de café e camadas médias urbanas**. O primeiro

ministério foi composto por várias personalidades que se destacariam na vida política do período, como Aristides Lobo, Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva, Campos Sales, Rui Barbosa, Demétrio Ribeiro, entre outros.

Entre as principais medidas tomadas pelo Governo Provisório, pode-se destacar o

fim do caráter vitalício do cargo de senador, a dissolução da Câmara e a expulsão da família real. Foi realizada, também, uma grande naturalização, pela qual muitos estrangeiros que aqui moravam puderam adquirir a nacionalidade brasileira. Houve a separação entre Igreja e Estado, promoveu-se a liberdade de culto e regulamentou-se o casamento civil. Para as províncias e cidades mais importantes, foram nomeados interventores, em sua maioria militares.

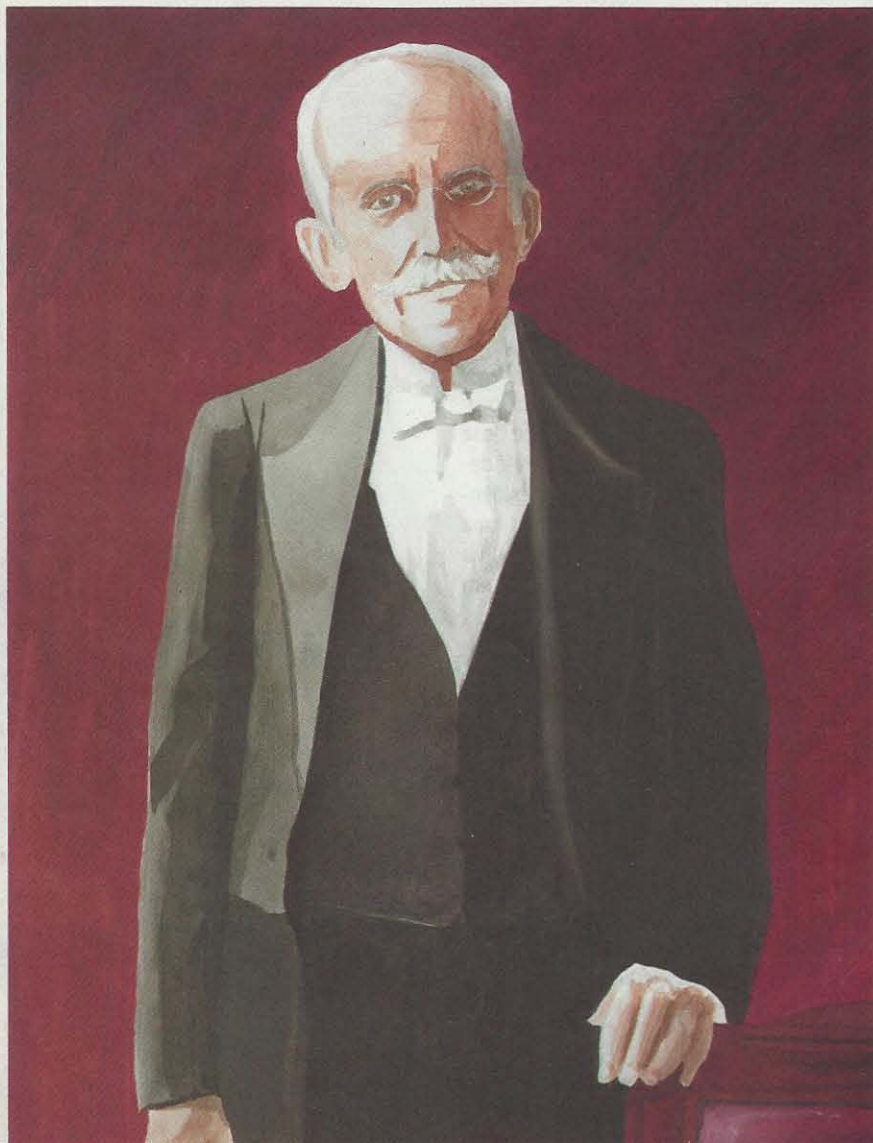
Em dezembro de 1889, foram marcadas eleições para que entrasse em funcionamento uma Assembleia Constituinte. Tais eleições deveriam ocorrer em setembro de 1890 e, durante esse período, já havia corrosivas disputas internas no Governo Provisório.

A pasta da Fazenda era ocupada pelo advogado **Rui Barbosa**, que colocou em prática sua reforma econômica. Em meio a uma economia marcada pela concorrência desleal dos monopólios privados e a voracidade imperialista desferida pelas potências da Europa e pelos Estados Unidos, Rui Barbosa deu início a um projeto de **incentivo à produção interna**. Nesse sentido, aumentou as taxas alfandegárias de produtos importados que tivessem similares produzidos no Brasil.

Segundo o historiador Werneck Sodrê, Rui Barbosa "tomou medidas de incentivo às atividades de menos vulto, como a fundação de um Banco de Crédito Popular, cuja finalidade era realizar empréstimos a juros módicos e dar maior assistência ao operário com a construção de habitações populares..."

Bancos estrangeiros ameaçaram fechar, mas o ministro afirmou que, se isso ocorresse, o governo nada faria para impedi-los. Rui Barbosa também extinguiu o pagamento de indenizações aos antigos proprietários de escravos.

A abolição da escravidão e a corrente migratória criaram um número maior de assalariados e a consequente necessidade de mais moeda circulante. Tentou-se obter empréstimos junto a bancos europeus, mas sem sucesso. A solução foi o **abandono do padrão ouro e um aumento na emissão**



Rui Barbosa assumiu a pasta da Fazenda no Governo Provisório e incentivou a produção interna. No entanto, suas medidas geraram muitos problemas e ele acabou demitido.

CONSTITUIÇÃO DE 1891

- ▢ regime republicano presidencialista
- ▢ três poderes autônomos e equilibrados
- ▢ grande autonomia dos Estados
- ▢ separação Igreja-Estado
- ▢ voto universal masculino aberto (exceto analfabetos, mendigos e clérigos)
- ▢ representatividade regional e federal renovável
- ▢ o Município Neutro passou-se a chamar Distrito Federal

de **papel-moeda**, visando ao crescimento do crédito. Alguns bancos foram autorizados a emitir dinheiro usando títulos do governo como lastro. Tal prática ficou conhecida como **pluriemissão**.

Num primeiro momento, essas medidas reativaram os negócios, mas a produção interna não cresceu na mesma proporção, e a **inflação aumentou**. O resultado foi catastrófico. Empresas fantasmas surgiam da noite para o dia, cédulas falsas misturavam-se às verdadeiras – provocando o **caso financeiro** – instalou-se uma especulação desenfreada com títulos, ações e outros componentes que jogaram o País em uma violenta crise econômica.

Essa especulação financeira assemelhava-se aos bastidores do Jôquei Clube. Daí o fato de, na época, muitos se referirem ao plano de Rui Barbosa pelo nome de **"Encilhamento"**. O ministro havia avaliado mal a situação social e econômica do País. Desprezar o fato de o Brasil ter eliminado o escravismo muito recentemente e de que o mercado interno era insuficiente para acompanhar uma rápida industrialização. Também não considerou a pressão que poderia sofrer do capital internacional. Tais fatores precipitaram a demissão de Rui Barbosa.

RÉPUBICA DA ESPADA

Com a proclamação da República e a nomeação de Deodoro da Fonseca para governar como chefe do movimento revolucionário, foi convocada uma **Assembleia Nacional Constituinte**, que elaborou o texto para uma nova Constituição, a segunda do Brasil e a primeira de uma série de seis republicanas.

A Constituição de 1891 apresentou importantes avanços para a época. Profundamente influenciada pelas constituições dos EUA e da Argentina, previa **regime presidencialista, federalismo** (autonomia para os Estados) e **voto**

universal masculino aberto e descoberto. Este último item, bem como a grande autonomia dos Estados e a inexistência de justiça eleitoral, provocou um fenômeno que se tornou típico da República das Oligarquias: a **manipulação eleitoral**.

A ampla autonomia estadual não significou, entretanto, o enfraquecimento total do poder central, pois o presidente da República teria poderes para interferir nos Estados em caso de tentativas de secessão, invasão estrangeira ou, até mesmo, lutas entre os componentes da federação.

Aprovada a Constituição, apresentaram-se duas chapas para disputar a eleição indireta. Os candidatos da oligarquia eram **Prudente de Moraes** como cabeça de chapa e o marechal **Florian Peixoto** como vice, sendo **Deodoro da Fonseca** o candidato dos militares e **Eduardo Wandenkolk** seu vice.

A eleição realizou-se em meio a tensões entre militares e civis, pois o Congresso era, em sua maioria, contrário a Deodoro, que era visto como um governante que procuraria fortalecer seu poder aproximando-se dos monarquistas, e também não havia muita simpatia por aquele que estava à frente do governo na fase do "Encilhamento".

A eleição de Prudente de Moraes era certa, mas os militares fizeram várias pressões e ameaças contra o Congresso. A Constituição permitia – e assim permaneceu até o golpe militar de 1964 – que o cabeça de chapa e o vice fossem eleitos separadamente. Assim, mesmo eleito Deodoro, os congressistas votaram em Florian Peixoto para vice.

Eleito primeiro presidente pelo Congresso Constituinte, Deodoro da Fonseca enfrentou forte oposição do Congresso devido às suas tendências autoritárias e centralizadoras. Confirmando as suspeitas dos legisladores, o presidente tentou fechar o Congresso e decretar o estado de sítio. Porém, o golpe continuísta fracassou e, para surpresa de Deodoro, houve uma união entre militares e civis. A Marinha – que era um reduto da nobreza brasileira e se mantivera neutra quando da proclamação da República –, diante da ditadura imposta pelo exército, sublevoou-se liderada pelo **almirante Custódio José de Mello** e ameaçou bombardear o palácio do governo. Cercado e politicamente isolado, – o próprio Florian Peixoto, que era o vice, colaborou com os golpistas – Deodoro da Fonseca renunciou em 23 de novembro de 1891, não conseguindo sequer cumprir um ano de seu mandato.

A Constituição previa claramente que, se

o presidente fosse afastado do poder antes de completar metade de seu mandato, deveria ser convocada uma nova eleição. Ao vice, caberia governar o país provisoriamente, até que novo titular pudesse assumir. Mas, contrariando a Constituição e os parlamentares, **Florian Peixoto** assumiu o poder com aberta intenção de completar o mandato de Deodoro.

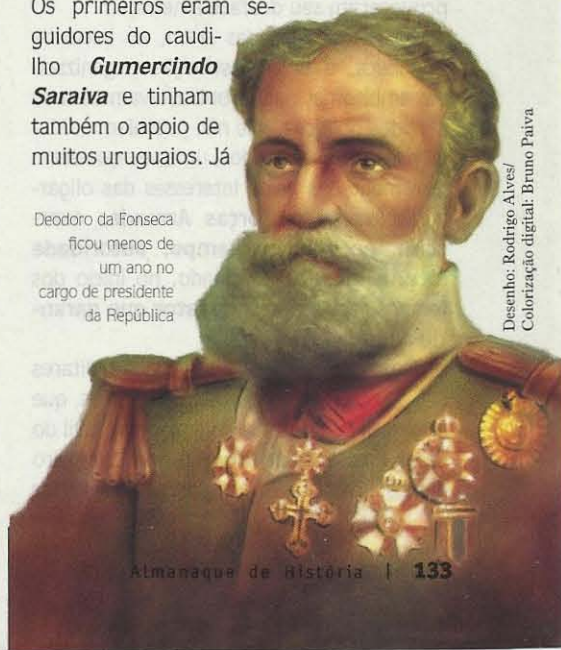
No governo de Florian, o ministro Sezerdelo Corrêa desenvolveu uma política econômica e financeira voltada para a industrialização. Para isso, as tarifas alfandegárias foram ampliadas, dando uma face protecionista ao nosso comércio externo, além da criação de novas linhas de crédito. O objetivo era agradar as baixas camadas médias.

Crescia a oposição ao novo presidente, chegando a ocorrer a elaboração de um manifesto assinado por 13 generais, que alegaram que a permanência de Florian no poder feria a Constituição. Todos os generais foram severamente punidos.

As revoltas não pararam por aí. Um novo levante ocorreu entre os membros da alta oficialidade da Marinha, comandada pelo almirante **Custódio de Mello** e o franco defensor da monarquia, **Saldanha da Gama**, fato que foi muito explorado pelo governo. À frente da **Revolta da Armada**, Mello acreditava que, caso saísse vitorioso, poderia candidatar-se à presidência. Uma fortuna foi gasta pelo governo na aquisição de embarcações inglesas de segunda mão, mas o objetivo de debelar o movimento foi atingido.

Os remanescentes deslocaram-se para o Sul, pois, ao mesmo tempo, irrompeu naquela região a sangrenta **Revolução Federalista**, que era fruto da disputa política no Rio Grande do Sul, opondo os **maragatos**, também chamados de **federalistas**, e os **pica-paus ou chimangos**. Os primeiros eram seguidores do caudilho **Gumercindo Saraiva** e tinham também o apoio de muitos uruguaios. Já

Deodoro da Fonseca ficou menos de um ano no cargo de presidente da República



Desenho: Rodrigo Alves/
Colorização digital: Bruno Paiva

os chimangos compunham o grupo dos “florianistas”, chefiados por **Júlio de Castilhos**. A rivalidade entre esses dois grupos já se arrastava desde o Segundo Reinado, logo depois do fim da Farroupilha. Os *maragatos* defendiam reformas na Constituição estadual e a adoção do parlamentarismo.

Ideologicamente, a luta era de caráter anticastilhistas, apesar de Floriano e seus aliados dizerem que os revolucionários pretendiam restaurar a monarquia. Somente após a **Revolta da Armada** é que o movimento passou a ter tendências monarquistas.

A Marinha uniu-se aos federalistas e a revolução chegou a dominar todo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e ameaçou o Paraná, fixando sua capital em Ilha do Desterro. O plano dos rebeldes era atacar São Paulo e Rio de Janeiro, o que acabou não acontecendo devido ao fato de os federalistas não formarem objetivos definidos, tampouco um comando militar unificado.

Floriano reagiu com extrema dureza contra os revolucionários, aniquilando o movimento e executando participantes em massa, inclusive seus líderes, como Gumerindo Saraiva. A luta, que durou 31 meses, deixou cerca de 10 mil brasileiros e uruguaios mortos. Ao final, o vitorioso presidente rebatizou a capital dos rebeldes com o nome de **Florianópolis**. Duas novas expressões ganhavam as conversas dos brasileiros: a Revolução Federalista ficou conhecida como “**Revolta da Degola**”, enquanto Floriano passaria a ser chamado de “**Marechal de Ferro**”.

Em 1894, chegava ao fim o quadriênio dos marechais, mas muitos acreditavam que Floriano continuaria no poder como ditador. Mas o Marechal de Ferro entregou a presidência e o Exército retirou-se da política para reconstituir-se – depois de tantos anos de lutas internas que quase provocaram seu desfalecimento.

As Forças Armadas eram, no início da República, a única instituição organizada em âmbito nacional. Contrastavam com os partidos políticos, que não possuíam unidade nos diversos Estados, uma vez que eram movimentados pelos interesses das oligarquias locais. **As Forças Armadas exerciam, ao mesmo tempo, autoridade local e nacional, servindo, no início dos tempos republicanos, de fator que garantiu a unidade do País.**

No plano político, a saída dos militares deixou campo aberto aos cafeicultores, que elegeram como primeiro presidente civil do Brasil **Prudente de Moraes**, rico fazendeiro do oeste paulista, e que iniciou a do **Política**



Desenho: Rodrigo Alves/Colorização digital: Bruno Paiva

Floriano Peixoto: era vice de Deodoro, mas colaborou com os golpistas que o tiraram do poder

PRESIDENTES DA REPÚBLICA VELHA

Prudente de Moraes	1894 - 1898
Campos Sales	1898 - 1902
Rodrigues Alves	1902 - 1906
Afonso Pena	1906 - 1909
Nilo Peçanha	1909 - 1910
Hermes da Fonseca	1910 - 1914
Venceslau Brás	1914 - 1918
Delfim Moreira	1918 - 1919
Epitácio Pessoa	1919 - 1922
Artur Bernardes	1922 - 1926
Washington Luís	1926 - 1930

Café com Leite, em que fazendeiros paulistas e mineiros se alternavam na presidência da República.

A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

As principais características dessa fase são, sem dúvida, o majoritário domínio dos

produtores de café da região Sudeste. Desde o período imperial, a **aristocracia cafeicultora dominava a vida política do País**, conduzindo-a de forma a defender seus interesses econômicos. Apesar de, no início da República, os militares comandarem o processo, estes tinham dificuldades para realizar articulações políticas.

A cafeicultura era a principal riqueza da nação e o Brasil continuava a ser um País predominantemente agrícola e monocultor, tal qual no período colonial. As eleições eram realizadas com “cartas marcadas”, predominando o coronelismo, herança política do período regencial.

Economicamente, o País havia estado semiestagnado, pois ficara mais de três décadas vivendo em função da produção de café, o que fez dos surtos industriais da época um conjunto de inícios que não tiveram continuidade.

Os presidentes eleitos faziam parte do

mesmo grupo e, quando ocorriam disputas, eram apenas por maior espaço político, nunca por divergências ideológicas. Também não aconteceram rupturas significativas entre um governo e outro.

A sucessão de Prudente de Moraes foi conturbada. O presidente havia se ausentado do poder devido a questões de saúde e, quando retornou, os problemas gerados pela **Revolta de Canudos** agitavam os simpatizantes dos tempos de Floriano. Como houve um atentado fracassado contra a vida de Prudente de Moraes – arquitetado pelo florianista Marcelino Bispo – este viu-se fortalecido, o que proporcionou a organização da máquina política de modo a favorecer a vitória do candidato situacionista **Campos Sales (1898-1902)**.

Esse período foi caracterizado pela consolidação do poder das oligarquias. Era a **transferência definitiva do eixo de poder**, que se deslocou do Nordeste dos coronéis para a região Sudeste dos cafeicultores.

Os coronéis eram remanescentes da velha Guarda Nacional, que fora dissolvida com a proclamação da República. Entretanto, a **força dos latifundiários nordestinos ainda era grande**, uma vez que os camponeses eram dependentes de seus favores, tais como explorar roças nas terras dos coronéis, tendo que, em troca, realizar a colheita e ajudar no cuidado com o gado. Os fazendeiros chegavam até a batizar os filhos de seus trabalhadores e protegiam estes quando enfrentavam problemas com a justiça.

A atuação dos coronéis na vida política se fazia diretamente através das eleições. Eles tinham força no que ficou conhecido como seu “quintal” ou “**curral eleitoral**”. Em época de eleição, os trabalhadores rurais eram transportados aos centros de votação com os custos arcados pelo coronel, que ainda dava alimentação, roupas, alojamento e deixava de descontar os dias de trabalho perdidos. Em compensação, os trabalhadores só poderiam votar nos candidatos que fossem do agrado do coronel, o que era facilmente manipulável, já que o voto não era secreto. Era o **voto de cabresto**.

Por esse mecanismo, famílias tradicionais e poderosas do interior ajudavam a manter a estrutura política da República Velha e, ao mesmo tempo, aumentavam seu prestígio na região. Isso era levado até as últimas consequências, pois, quando surgia algum grupo de oposição, recorria-se à **fraude eleitoral**, com votos de mulheres (o que era inconstitucional), de eleitores que pertenciam a outras zonas eleitorais

Ilustração: Fábio Cobiaco



Antônio Conselheiro fundou o arraial de Canudos, onde chegaram a viver mais de 30 mil habitantes

A REVOLTA DE CANUDOS

Durante a presidência de **Prudente de Moraes (1894-1898)** explodiu no sertão da Bahia a revolta messiânica de **Canudos**. Toda a região Nordeste passava por sucessivas e agudas crises econômicas, o que deixava a maior parte da população na miséria.

Foi nesse ambiente que surgiu o beato **Antônio Conselheiro**, um místico que acreditava no mito português do **sebastianismo**, segundo o qual Dom Sebastião (rei de Portugal desaparecido em Alcácer-Quibir em 1578) retornaria com seu exército de cavaleiros para governar o Brasil, e que um dos sinais de que essa hora estaria chegando seria o momento em que o sertão viraria mar e o mar viraria sertão.

Conselheiro reuniu vários adeptos, que percorriam os sertões fazendo pregações e ajudando os pobres em suas colheitas e em construções. Havia entre eles uma grande solidariedade. Por volta de 1893, às margens do Rio Vaza-Barris, Antônio Conselheiro, já com 65 anos, deu início à construção da comunidade do **Belo Monte**, aproveitando os restos de uma fazenda das redondezas, chamada Canudos. Ali, Conselheiro fazia suas pregações religiosas, mas também proclamava suas posições políticas. Atacava o governo republicano, acusando-o de ser o responsável pelo estado de miséria em que as pessoas viviam e, equivocadamente, dizendo que, na época da monarquia, não era assim. Criticava a separação entre Igreja e Estado e acreditava que tal quadro havia provocado a ira de Deus.

O **arraial de Canudos** chegou a reunir mais de 30 mil habitantes, que se organizavam sob a liderança do próprio Conselheiro e um corpo de auxiliares que realizava a distribuição de alimentos, as práticas religiosas e a defesa. Esta, aliás, tornou-se uma das maiores preocupações, pois a comunidade tinha poderosos inimigos: a Igreja Católica, os fazendeiros da região e o Estado. A primeira temia perder fiéis e acusava o líder de Canudos de tentar fundar uma nova religião. Os fazendeiros estavam insatisfeitos com a perda de braços em suas terras, já que os sertanejos mudavam-se para Belo Monte. Finalmente, o Estado acusava os habitantes de Canudos de fazerem parte de uma grande conspiração monarquista.

O movimento ganhou os contornos de uma verdadeira guerra civil diante da repressão governamental que se armou contra os sertanejos. A princípio, foram enviados 100 soldados com a missão de fazer valer a ordem governamental de que a cidade deveria pagar impostos. Depois de alguns combates, dez soldados morreram e a missão dispersou-se. Foram, então, despachadas mais duas expedições que somaram cerca de quatro mil baixas entre policiais e soldados, inclusive do comandante Moreira César. Os sertanejos tiveram o cuidado de tomar as armas dos soldados, o que permitiu à comunidade preparar-se melhor para ataques futuros.

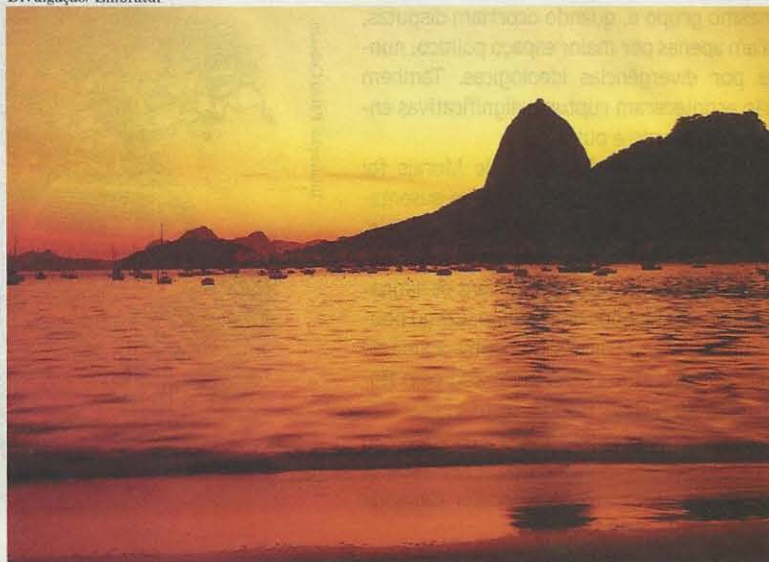
O governo despachou, então, uma quarta e definitiva expedição composta por dez mil soldados, comandados pelo general **Artur Guimarães**. Em julho de 1897, ocorriam os primeiros choques de uma luta que se estendeu por dois meses. Os seguidores de Conselheiro, que morreu durante os ataques, não resistiram e foram massacrados. As tropas federais dispararam contra o arraial de Canudos até que restasse tão somente **“um velho, dois homens feitos e uma criança”**, conforme relatou o correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, **Euclides da Cunha**.

Divulgação/ Embratur

FUNDING LOAN

A renegociação da dívida externa brasileira junto aos bancos ingleses, durante o governo de Campos Sales, resultou no acordo chamado de *Funding Loan*, cujos principais itens eram:

- ▮ empréstimo de 10 milhões de libras e suspensão dos pagamentos do principal da dívida durante 13 anos;
 - ▮ os juros só começariam a ser pagos depois de dez anos do novo empréstimo;
 - ▮ o Brasil teria 64 anos para quitar a dívida;
 - ▮ ofereceram-se as rendas das alfândegas do País, caso o Brasil não cumprisse seus compromissos.
- No plano interno, o *Funding Loan* controlou as despesas do governo e coibiu as importações. Dessa forma, Campos Sales conseguiu equilibrar as finanças do País, mas às custas da queda do nível de vida da população. Tais medidas permitiram a seu sucessor, **Rodrigues Alves**, empreender uma política de desenvolvimento, mas o custo social disso logo se faria sentir.



Rodrigues Laves teve como uma das grandes marcas de seu governo um audacioso projeto de modernização e reurbanização da capital, Rio de Janeiro

e até mesmo votos de falecidos. A falta de ética era tal que o governo chegou a criar uma **Comissão Verificadora**, responsável pela apuração de fraudes no processo eleitoral. Porém, se algum candidato oposicionista tivesse mais votos do que os situacionistas, a comissão tratava de anular os votos desse candidato, numa prática que ficou conhecida como **degola**. Eram as eleições de **bico de pena**, nas quais a corrupção acabou institucionalizada.

O saneamento financeiro também ocorreu na gestão de Campos Sales, que renegociou a dívida externa brasileira junto aos bancos ingleses, principalmente o Rotschild. O objetivo do presidente foi atingido, isto é, houve a unificação das diversas dívidas, que foram renegociadas como se fossem uma. Esse acordo ficou conhecido como **Funding Loan** (ver quadro).

Os impostos foram aumentados, as obras públicas interrompidas, as despesas diminuídas e as indústrias nacionais desestimuladas. O presidente foi até apelidado de **"Campos Selos"**, pois os selos tornaram-se comuns em vários produtos e serviços como meio de aumentar a arrecadação.

Para Campos Sales, a única forma de evitar a oposição ao seu governo era comprometer ainda mais os Estados com a política do poder central. Através da conhecida **máquina de corrupção**, as oligarquias locais teriam total apoio do governo federal para dominarem a política local e cargos como governador de Estado. Em contrapartida, as famílias tradicionais de cada Estado "orientariam" os camponeses a votar nos

candidatos mineiros e paulistas. Era a **política dos governadores**, que consolidou a hegemonia do *café com leite*.

A indicação do paulista **Rodrigues Alves (1902-1906)** para a sucessão de Campos Sales seguiu o rumo normal das articulações da época. Uma das grandes marcas de seu governo foi um audacioso projeto de **modernização e reurbanização da capital, Rio de Janeiro**.

O Rio de Janeiro, que foi a segunda cidade mais pintada do mundo no século XIX, perdendo apenas para Paris, ainda mantinha suas características provincianas. Apesar de ter abrigado a família real portuguesa e ser a capital do Brasil já por quase um século, as ruas ainda eram estreitas numa fase em que já era possível ver carros circulando. E o porto era bastante pequeno para receber as grandes embarcações da época. As epidemias de varíola e peste bubônica tornaram-se corriqueiras. Era imperativo modernizar a cidade.

Aproveitando-se da inatividade do Legislativo, Rodrigues Alves nomeou o engenheiro **Pereira Passos** para o cargo de administrador da cidade. E, com poderes ditatoriais, foi iniciada a reforma da capital. Cortiços vieram a baixo, quarteirões inteiros foram demolidos para dar lugar a largas e belas avenidas, famílias eram despejadas das casas do centro da cidade e, com a carência de moradias disponíveis, os alugueis subiram. O rápido início das obras atingiu diretamente a população pobre do Rio de Janeiro, o que aumentou o número de pessoas que moravam nas ruas ou nas

encostas. A violência e o autoritarismo com que tal empreitada foi desenvolvida revoltaram a população, que já estava prestes a sair às ruas e hostilizar o governo.

A cidade precisava, também, de uma nova política de saneamento básico e medidas sérias deveriam ser tomadas quanto às epidemias. O diretor da Saúde Pública, **Dr. Oswaldo Cruz**, recebeu, então, plenos poderes para dar início à **campanha de saneamento do Rio de Janeiro**. Em novembro de 1904, foi publicado o decreto federal que tornava obrigatória a **vacinação contra varíola** para todos os que tivessem mais de seis meses de idade. As brigadas de vacinação tinham reforço policial em caso de resistência dos moradores.

Muitos políticos da oposição aproveitaram-se da obrigatoriedade da vacinação antivaríólica e da truculência dos "vacinadores" para sublevar a população contra o governo, o que resultou na **Revolta da Vacina** – que foi reprimida pelo exército e não durou mais do que uma semana; os políticos acabaram perdoados. O número oficial de mortos até hoje é desconhecido, mas o Rio de Janeiro foi saneado da varíola, e houve o controle da peste bubônica.

No plano externo, Brasil e Bolívia celebraram o **Tratado de Petrópolis** (1903), que resolvia a pendência entre os dois países devido à invasão de território boliviano por seringueiros brasileiros. O acordo previa a anexação do Acre ao território do Brasil em troca de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas. Além disso, nosso governo comprometeu-se a construir uma ferrovia

ligando Guajará-Mirim a Porto Velho, o que facilitaria as exportações bolivianas através do território brasileiro.

Ainda na gestão Rodrigues Alves ocorreu a **Política de Valorização do Café**, que tinha por objetivo comprar toda a produção brasileira do produto e, através da retenção de estoques, fazer aumentar a cotação do café no mercado internacional. Para tanto, foi realizado o **Convênio de Taubaté** (1906), em que o governo se comprometia a realizar empréstimos no exterior para comprar os excedentes. É interessante lembrar que o presidente Rodrigues Alves foi contra esse projeto, pois percebera que tal prática comprometeria a saúde financeira do Estado.

Em 1906, tinha início o governo do mineiro **Afonso Pena**. Seu ministro da Fazenda chamava-se Davi Campista e desenvolveu uma prática econômica conhecida como **Caixa de Conversão**, pela qual se estendia a todos os Estados o privilégio estabelecido anteriormente pelo Convênio de Taubaté. A Caixa de Conversão mantinha a moeda brasileira sempre desvalorizada, o que aumentava os lucros dos exportadores. Afonso Pena morreu antes de terminar seu mandato, sendo substituído por **Nilo Peçanha**.

As eleições de 1910 opuseram Rui Barbosa, que, apesar do fracasso econômico quando ministro de Deodoro da Fonseca, era muito respeitado devido à sua capacidade intelectual, e o Marechal Hermes da Fonseca. Os partidários de Rui Barbosa denominavam-se **civilistas** e representavam a oligarquia paulista. Já Hermes da Fonseca era apoiado pelos mineiros e gaúchos, que

davam sinais de que se tornariam uma nova e importante força política em nível nacional. Era a primeira vez que paulistas e mineiros divergiam publicamente sobre os rumos do País, e São Paulo opunha-se ao candidato oficial. Mas os civilistas foram derrotados pela bem-ajustada máquina eleitoral.

Durante a presidência de **Hermes da Fonseca**, houve a **política das salvaçãoes nacionais**. Por esse acordo, a oligarquia dominante ligava-se a uma das lideranças locais importantes, dando-lhe carta branca para destruir seus concorrentes, sob a chancela de que estava à **caça de corruptos**.

Os militares pretendiam intervir nos

Estados a fim de derrubar as oligarquias que dominavam o cenário político, achando que, através disso, estariam “salvando” as instituições. O poder federal atuava violentamente em todos os Estados em que houvessem disputas, como ocorreu no caso mais famoso de todos, do Ceará.

A família Accioli representava a velha oligarquia cearense e tinha o apoio do popular **Padre Cícero**. Nas eleições, houve gritos de vitória de ambos os lados, o que desencadeou uma luta armada que ficou conhecida como **Guerra de Juazeiro**. O governo federal saiu vitorioso, mas tão logo terminasse o mandato de Hermes da Fonseca, os Accioli voltariam a dominar a região.

Na mesma época, entre 1910 e 1912, explodiu na divisa do Paraná com Santa Catarina a **Revolta do Contestado** que, em vários pontos, era semelhante à Revolta de Canudos. A região, que era extremamente pobre, porém disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina, foi agitada pela construção de uma ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em 1900, a **Lumber Company**, subsidiária da **Brazil Railway**, já era proprietária de uma faixa de terra de 15 km de largura de cada lado da linha desapropriada pelo governo brasileiro. Pelo fato de a empresa ter adquirido, em 1908, mais 180 mil hectares naquela área, centenas de famílias tiveram de ser desalojadas.

Os sertanejos, desesperados com as medidas tomadas pelo governo em favor da companhia estrangeira, reuniram-se em torno do “monge” **João Maria D’Agostini**, um místico que mesclava uma vida de curas

REVOLTA DA CHIBATA

Em 1910, durante o governo de Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, explodiu a **Revolta da Chibata**, quando os marinheiros dos encouraçados São Paulo e Minas Gerais rebelaram-se contra o excesso de trabalho, as condições desumanas e os castigos corporais. Os revoltosos, liderados pelo marinheiro **João Cândido**, que era chamado por seus companheiros de **Almirante Negro**, tiveram suas exigências atendidas a princípio, pois ameaçaram bombardear a capital. Mas, assim que depuseram suas armas e entregaram o comando dos navios, passaram a ser perseguidos pelo governo. Muitos foram mandados para as prisões mais distantes e insalubres da região amazônica, e outros foram fuzilados. Ironicamente, um dos poucos sobreviventes foi justamente o marinheiro João Cândido, que passou quase o resto da vida na cadeia.

Ilustração: Michael Bráz



A Política de Valorização do Café foi outra marca do governo de Rodrigues Alves.



Epitácio Pessoa: sob seu governo, o Tenentismo deu os primeiros passos

milagrosas com discursos e histórias de Dom Sebastião, Carlos Magno e seus *doze pares da França*. Criou-se o clima para a guerra civil, ou “guerra santa”.

O governo, temendo uma reação monarquista, enviou um pequeno destacamento, que foi vencido pelos “pelados” – como se autodenominavam os rebeldes. Novas expedições foram mandadas para região, até que o General Setembrino de Carvalho, à frente de uma divisão de seis mil soldados, “pacificou” a área, a um custo total de 20 mil mortes (dados de pesquisadores, mas não confirmados pelo governo).

DECADÊNCIA DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Durante o governo de **Venceslau Brás (1914-1918)**, que coincidiu com a Primeira Guerra Mundial, a indústria brasileira apresentou razoável crescimento. Isso ocorreu devido

a um processo chamado de “**substituição de importações**”, isto é, passou-se a produzir aqui o que antes era importado.

Com o crescimento da indústria, aumentou também a importância do proletariado, que se organizou a partir dos imigrantes europeus, sobretudo italianos e espanhóis, que trouxeram da Europa os ideais anarquistas, anarcossindicalistas e socialistas, entre outros. Isso acabou repercutindo na eclosão de uma **grande greve**, em **1917**, que parou a cidade de São Paulo. Exigindo melhores condições de trabalho e salários dignos, a classe operária dava sinais de que estava mais organizada, o que possibilitou ao movimento grevista alastrar-se pelo País.

A greve começou em uma fábrica de tecidos, na Mooca, um dos primeiros bairros operários da capital paulista. Depois do assassinato de um jovem sapateiro chamado Martinez pela polícia, as manifestações

tornaram-se violentas, com depredações, saques, piquetes, comícios e quebra-quebras. Reforços militares de outros Estados foram enviados para São Paulo.

Depois de uma série de encontros para negociações, as principais reivindicações, como redução da jornada de trabalho, proteção ao trabalho infantil e feminino, regulamentação de direitos trabalhistas, entre outras, não foram atendidas. Mas conseguiu-se um aumento de 20% nos salários e o compromisso das autoridades de libertar os manifestantes presos.

O TENENTISMO – A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, embora pequena (inicialmente, o Brasil declarou-se neutro), demonstrou o **atraso da tecnologia militar brasileira** frente às novas armas utilizadas no conflito. Tal atraso era reflexo de nosso atraso político.

Com o fim da Guerra, veio ao País uma missão militar francesa incumbida de instruir a oficialidade brasileira quanto ao manejo das armas modernas. Os alunos da missão francesa eram os jovens oficiais do Exército que, entre outras coisas, acabaram influenciados pelas **ideias positivistas** e passaram a defender a **participação dos militares na política**, como forma de impor a moralização dos costumes. Estes foram os personagens que ficariam conhecidos como **tenentes**, e já davam seus primeiros passos como movimento durante o governo de **Epitácio Pessoa (1918-1922)**.

O **Tenentismo** é comumente definido como uma reação da jovem oficialidade, representante das camadas médias urbanas que estavam marginalizadas da política desde a época da proclamação da República e que almejavam, de alguma forma, participar mais ativamente. A principal característica do movimento era o **desejo quase utópico de moralizar o País**, mas não havia propostas concretas de como fazê-lo nem um programa de governo definido. Acreditavam que a alta oficialidade estava a serviço das elites e que, com a implantação do voto secreto, seriam eliminados os vícios que permitiam aos oligarcas manterem-se no poder.

Durante as eleições para a sucessão de Epitácio Pessoa, houve um articulação entre os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, conhecida como **Reação Republicana**, no sentido de lançar Nilo Peçanha para a presidência e impedir a vitória de Arthur Bernardes, candidato da aliança Minas-São Paulo. Este último foi acusado de ser o protagonista do episódio das “**cartas**

falsas", publicadas no jornal *Correio da Manhã* e que continham uma série de afirmações ofensivas ao Exército. Apesar do clima de tensão que cercou o pleito, a vitória coube a **Arthur Bernardes (1922-1926)**. Seu governo foi realizado quase que integralmente sob estado de sítio.

O primeiro ato dos tenentes, como reação à vitória de Bernardes, foi a tomada do **Forte de Copacabana** em 5 de julho de 1922, seguida de ataques ao quartel-general do Exército. Cercados pelas forças leais ao governo, os rebeldes não concordaram em se render e, preferindo morrer, marcharam pela praia e enfrentaram os tiros contra eles disparados. Desse episódio, que ficou conhecido como a **Revolta dos 18 do Forte**, houve apenas dois sobreviventes: os tenentes **Siqueira Campos** e **Eduardo Gomes**. Embora tenha sido sufocada, a Revolta do Forte de Copacabana tornou-se um símbolo das lutas armadas que marcarão a década de 1920.

A REVOLUÇÃO DE 1930 – Durante o mandato de **Washington Luís (1926-1930)**, a crise econômica já se implantara e o governo se debatia, tentando contornar seus efeitos. A esse carioca, que fez carreira política em São Paulo, são atribuídas as frases "**Governar é abrir estradas**" e "**A questão social é um caso de polícia**", que demonstram a óptica das oligarquias cafeeiras.

Com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, a cafeicultura brasileira entrou em crise e o governo viu-se "obrigado" a comprar toda a produção, de café que acabou sendo destruída por falta de local para armazenagem. O episódio ficou conhecido como a **Socialização das Perdas** e provocou revoltas por todo o País, além de ocasionar estragos na aliança política entre

mineiros e paulistas.

Washington Luís, representante da oligarquia paulista, decidiu romper com Minas Gerais, lançando a candidatura de seu ministro **Júlio Prestes**, outro paulista, para a presidência. A cisão das oligarquias fez que os mineiros, liderados pelo frustrado governador Antônio Carlos, se unissem ao Rio Grande do Sul e a alguns políticos nordestinos, formando a **Aliança Liberal**, que lançou como candidato de oposição o gaúcho **Getúlio Dornelles Vargas**, ex-ministro de Washington Luís.

A máquina eleitoral funcionou mais uma vez, dando a vitória ao candidato situacionista, que recebeu cerca de um milhão de votos, 200 mil a mais do que Vargas, tudo isso sob intensas acusações de fraude. Mas a oposição não se deu por vencida e ensaiou uma reação para a derrota.

Pouco depois das eleições, ocorreu o



Luís Carlos Prestes

assassinato de **João Pessoa**, governador da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa de Vargas. O crime, que teve como autor um certo João Dantas, estava ligado a questões passionais e problemas da política local da Paraíba, mas acabou servindo como pretexto para os opositores, que culpavam políticos de São Paulo pelo crime.

Luís Carlos Prestes, que estava exilado na Argentina, foi convidado para comandar o movimento revolucionário, mas já não mais compartilhava os ideais do tenentismo, passando a defender o **movimento comunista**, ao qual se filiara. A Aliança Liberal transformou-se, assim, no comando revolucionário e o golpe estava em marcha.

A Revolução de 1930, que irrompeu em 3 de outubro, foi liderada pelos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que receberam o auxílio dos tenentes refugiados na Bolívia.

Num movimento bem-coordenado, as regiões do Brasil foram, aos poucos, caindo nas mãos dos rebeldes. Depois do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina também aderiram, indo em direção a São Paulo, reduto dos donos do poder.

No Nordeste, Juarez Távora tomou o Recife com apoio da população local e, pouco tempo depois, todos os Estados nordestinos estavam sob controle dos revolucionários. Em Minas Gerais, houve forte resistência por parte de grupos fiéis ao presidente, mas os rebeldes dominaram a situação.

Em São Paulo, parecia que iriam ocorrer os combates mais violentos. Na região de Itararé, divisa com o Paraná, começavam os primeiros tiroteios, quando, em 24 de outubro, chegou a notícia de que o alto comando das Forças Armadas havia deposto o presidente Washington Luís, o que abreviou os choques.

O governo foi entregue a **Getúlio Dornelles Vargas** e a Constituição de 1891 foi abolida. A economia sofreria modificações, a agricultura seria diversificada e a indústria passaria a ser incentivada. Porém, essas modificações pouco alteraram a relação de forças que governavam o País, uma vez que o operariado continuou a ser explorado enquanto as camadas dominantes ainda estavam intimamente ligadas ao capital externo.

Alguns historiadores apontam a influência norte-americana nos grandes frigoríficos gaúchos e sua chegada ao poder em substituição à influência inglesa que atuava através das companhias de comércio de café. De toda forma, a partir da década de 1930, os EUA passaram a ser o modelo de desenvolvimento a ser perseguido pelo Brasil.

A COLUNA PRESTES

Em 1924, rebeldes tomaram a cidade de São Paulo, dando início a outro levante tenentista. Exigiam reformas eleitorais, a convocação de uma Assembleia Constituinte e o voto secreto. Sob o comando de **Isidoro Dias Lopes** e **Miguel Costa**, os tenentes conseguiram dominar a capital paulista por alguns dias, mas não resistiram aos bombardeios e ao fogo de artilharia, sendo desalojados pelo Exército.

Em 1925, nas proximidades de Foz do Iguaçu, os paulistas juntaram-se a outra coluna revolucionária que vinha do Rio Grande do Sul com o intuito de tomar a capital, Rio de Janeiro, e que também lutava contra o governo de Arthur Bernardes. Desse encontro, nasceu a **Coluna Prestes**.

Sob a liderança de **Miguel Costa** e **Luís Carlos Prestes**, os rebeldes percorreram 24 mil km em todo o território nacional, tentando sublevar as populações contra o governo federal. Porém, a tentativa de conscientizar as massas contra a exploração das oligarquias não obteve sucesso. Os membros da Coluna acabaram por asilar-se na Bolívia, cansados e sem sem armas. A luta para levantar o Brasil contra a imoralidade fracassara.

A Era Vargas

À frente do País, Getúlio implantou um governo de caráter personalista, bem ao estilo dos líderes fascistas da época. Isso, aliado às realizações e polêmicas do período, fez de Vargas um dos mais carismáticos políticos brasileiros de todos os tempos

No final do ano de 1930, chegou ao poder Getúlio Vargas. Sem dúvida, ele encontrou um Brasil e deixou para seus sucessores outro País, muito diferente daquele que recebeu, ou melhor, tomou para si. Eram outros tempos. Em meio à crise internacional do capitalismo, as nações optaram por **políticas intervencionistas**, como forma de estabilizar a economia, e **práticas políticas populistas**, via de aproximação entre os governos, a elite e as classes operárias.

Desde o final do século XIX, a classe operária já era organizada na maioria dos países e, durante as décadas de 1920 e 1930, com as notícias de crescimento econômico da URSS, havia o temor do empresariado em relação à possibilidade de que **movimentos simpáticos ao bolchevismo pudessem despontar**. Nesse sentido, apostaram em

governos interventores, chefiados por líderes carismáticos que ganhassem a simpatia dos trabalhadores e garantissem a **manutenção dos status quo**. É nesse ambiente que se deu a ascensão de Vargas.

Porém, mesmo com o apoio das elites, é inegável o caráter de poder pessoal dessa época, na qual muitos políticos reproduziam o **personalismo**, que talvez tenha tido em Mussolini seu propagador e em Hitler seu maior expoente. O governo quase deixava de ser uma instituição, passando a atuar como mero instrumento de poder de um homem.

A chamada **Era Vargas** pode ser **dividida em três fases: governo provisório, governo constitucional e governo ditatorial**, mais conhecido como **Estado Novo**. Em todas, é visível o caráter personalista, bem ao estilo dos líderes fascistas da época.

GOVERNO PROVISÓRIO (1930-1934)

A Junta Pacificadora Governativa, que assumira o governo em lugar do deposto Washington Luís, dissolveu a Câmara Federal, o Senado, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais. Para governar estados e municípios foram nomeados **interventores**, que, em sua maioria, eram aliados dos revolucionários golpistas ou tenentes.

Em novembro de 1930, a Junta Governativa foi dissolvida, formando-se um **governo provisório**, chefiado por Vargas. O novo governo criou ainda **dois ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio**, chefiado por Lindolfo Collor, e **o da Educação e Saúde**, tendo à frente Francisco Campos.

Durante os sete anos iniciais de governo, Getúlio empenhou-se em desmontar a estrutura política da Primeira República, organizando um governo centralizador. Mas

o mundo ainda vivia os **reflexos da crise provocada pela quebra da Bolsa de Nova York**, em 1929, forçando o novo governo a tomar uma medida já conhecida, isto é, **destruir o excedente de café**, último recurso para evitar quedas ainda maiores de preço.

Tão logo a revolução assentava-se, três forças políticas alinhavam-se e, ao mesmo tempo, digladiavam-se: de um lado, estavam as **oligarquias** que haviam perdido o poder; de outro, os **tenentes**, que já davam sinais de simpatizarem com o fascismo e defendiam a maior centralização possível. Havia ainda o centro, onde estavam **militares legalistas**. Vargas, habilmente, equilibrava-se sobre essas tendências, mas não apresentava definições claras em favor de nenhuma delas.

As eleições honestas, tão propaladas pelos defensores da revolução, foram adiadadas sucessivamente, bem como a organização de uma nova Constituição, o que acabou provocando um **mal-estar político generalizado** e que terminou se materializando na revolta dos cafeicultores paulistas, os chamados "carcomidos".

Com a revolução de 1930, São Paulo perdia a hegemonia nacional. O Estado era governado pelo interventor e tenente João Alberto, o que mobilizou os dois principais partidos de São Paulo, o Democrático e o Republicano Paulista, a exigir um **"interventor civil e paulista"**, além da imediata reconstitucionalização do País. A primeira exigência foi atendida e, em março de 1932, foi nomeado como interventor o civil **Pedro de Toledo**.

Apesar das reformas estabelecidas por Getúlio, como a elaboração de um anteprojeto constitucional e a extensão de voto às mulheres, os ânimos não se esfriaram e os paulistas davam sinais de que continuariam protestando. Em outros Estados, também havia insatisfeitos com o governo, mas os paulistas avaliaram mal uma possível adesão das outras unidades da federação ao movimento contra Getúlio.



APP

A chamada *Era Vargas* pode ser dividida em três fases: governo provisório, governo constitucional e governo ditatorial, mais conhecido como Estado Novo



Getúlio Vargas em discurso que anunciou a dissolução do Congresso e proclamou o Estado Novo em 10 de novembro de 1937, no Rio de Janeiro

Em 23 de maio de 1932, uma grande manifestação na Praça da República, na capital paulista, opôs estudantes e a Força Pública e, em meio ao confronto, quatro jovens foram fuzilados. Seus nomes, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, deram origem à sigla **MMDC**, que se tornou lema e símbolo dos constitucionalistas.

Os revolucionários deram início à revolta em 9 de julho, esperando que outros Estados, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, aderissem imediatamente. O movimento, marcadamente burguês e revanchista, não recebeu apoio popular em alistamentos, tendo sua “popularidade” marcada apenas em passeatas e arrecadação de dinheiro para financiar os combatentes, além das mensagens de incentivos dos meios de comunicação.

Dessa forma, a **burguesia paulista marchou sozinha contra Vargas na Revolução Constitucionalista de 1932**, sendo derrotada após três meses. Mesmo assim, Getúlio decidiu abraçar um dos pontos da plataforma dos rebeldes e convocou uma Assembleia Nacional Constituinte. Tal medida também tinha o objetivo de esvaziar o discurso que caracterizava o governo como ditatorial.

GOVERNO CONSTITUCIONAL (1934-1937)

Em 3 de maio de 1933, foram realizadas as eleições que escolheram os membros da Assembleia Constituinte, que, entre o mês de novembro daquele ano e julho do ano seguinte, elaborou a Constituição mais marcante até aquela fase da história republicana brasileira.

A **Constituição de 1934** representa o debate ideológico da época, reunindo, ao mesmo tempo, características socialistas, populistas e fascistas. Dentre seus itens

principais, pode-se destacar:

- introdução do voto universal e secreto (para os alfabetizados);
- direito de voto às mulheres;
- criação do mandado de segurança;
- estabelecimento de uma legislação trabalhista;
- extinção do cargo de vice-presidente;
- representação classista entre os deputados.

Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pela Assembleia Constituinte para um mandato de quatro anos, enquanto

O CANGAÇO

Por volta de 1940, o **cangaço** foi erradicado no Nordeste. Tal movimento desenvolvera-se ainda no final do século XIX, através de grupos de bandidos que vagavam pelo sertão nordestino, protegendo-se uns aos outros. Com o passar do tempo, os cangaceiros tornaram-se os únicos que conseguiam fazer frente ao domínio dos “coronéis”, o que lhes garantiu o apoio das pessoas mais humildes. Os policiais (chamados de “macacos”) não tinham autonomia e, normalmente, trabalhavam em favor dos latifundiários, daí a importância daqueles homens que faziam justiça com as próprias mãos.

O mais famoso cangaceiro foi Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como **Lampião**, que durante 20 anos, sempre acompanhado de **Maria Bonita**, percorreu o sertão espalhando um misto de terror e paixão. Mas um grupo com essa autonomia não poderia ser tolerado em meio ao Estado Novo. Em julho de 1938, o bando de Lampião foi emboscado e a maioria executada. O maior símbolo do cangaço, Maria Bonita e todo o grupo tiveram as cabeças cortadas e exibidas em vitrines.

MEDIDAS DO ESTADO NOVO

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – Era encarregado de realizar o controle ideológico e censurar os meios de comunicação. Além disso, trabalhava na propaganda pessoal do presidente, fazendo uma imagem sempre positiva. Para isso, eram escritas nos jornais matérias favoráveis ao governo, foram espalhados cartazes, produzidas cartilhas e até foi criado um horário no qual todas as rádios eram obrigadas a retransmitir um programa produzido pelo próprio governo. Assim nasceu a *Hora do Brasil*. Em pouco tempo, Vargas já era conhecido como o “pai dos pobres”.

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público – Criado em 1938, estava encarregado de modernizar a burocracia. Também deveria fiscalizar os interventores nos Estados.

Polícia Especial (PE) – Sua função era perseguir os opositores do regime, especializando-se em práticas violentas, como sequestros, torturas, assassinatos e deportações, sendo chefiada por Filinto Müller.

Outras medidas foram a **criação do Instituto do Açúcar e do Alcool e a substituição do mil réis pelo Cruzeiro**. O Brasil passou a ser um Estado unitário, ficando proibidos os símbolos e as bandeiras dos Estados. Foram **proibidos também todos os partidos políticos**, reuniões, agremiações símbolos etc.

os demais presidentes seriam eleitos por voto direto. Apesar de sua importância histórica, a Constituição aprovada em 1934 foi a que **menos tempo durou em nossa história**. Enquanto o Brasil saudava sua nova Carta Magna, uma guerra surda se desenrolava no País.

Por influência da polarização ideológica europeia, desenvolveu-se no Brasil uma disputa entre grupos políticos simpatizantes do **nazi-fascismo** e partidos adeptos dos princípios **socialistas**. Dessa forma, foram criadas no País duas organizações antagônicas. Uma delas era a **Ação Integralista Brasileira** ou **AIB**. Liderada por **Plínio Salgado**, que se considerava o “fôher” brasileiro, pretendia a implantação do fascismo no Brasil, com um partido e líder únicos. Conhecidos como “**camisas verdes**”, devido ao uniforme que usavam, tinham a letra grega sigma como símbolo, saudando-se uns aos outros através da expressão indígena **anauê**. Seu lema era “Deus, Pátria e Família” e congregava elementos do Exército e da Igreja Católica. No início, os camisas verdes foram encarados com desdém pelos setores intelectualizados da sociedade e pelo empresariado. Mas este último, ao verificar o crescimento da simpatia ao socialismo, decidiu-se pela aproximação com os integralistas.

À esquerda estava a **Aliança Nacional Libertadora** ou **ANL**. Fundada em 1934, reunia elementos liberais, líderes sindicais, operários e socialistas, sob a liderança de **Luís Carlos Prestes**, o ex-tenente *Cavaleiro da Esperança*, já totalmente convertido ao **bolchevismo soviético** e que fora o parlamentar mais votado do País nas eleições de 1933. Era mais uma

frente ampla anti-fascista do que um partido, já que reunia desde socialistas e burgueses até democratas moderados.

No programa da ANL, constava a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas estrangeiras, a realização de reforma agrária e a instalação de um governo popular. Não é exagero afirmar que o partido tinha uma forte tendência conspiratória e, em poucos meses, contava com milhares de adeptos em todo o País.

Em 1935, assustado com o crescimento do partido, o governo fechou a ANL e cassou seus deputados, fornecendo o pretexto para que Luís Carlos Prestes, à frente do **Partido Comunista do Brasil**, iniciasse uma revolução para tentar tomar o poder. A chamada **Intentona Comunista** iniciou-se em Natal e, posteriormente, atingiu Recife e Rio de Janeiro, sendo violentamente reprimida pelas tropas legalistas do General Eurico Gaspar Dutra. **A revolta liderada por Luís Carlos Prestes fracassou** e o comandante do PCB foi preso, bem como centenas de membros da ANL e outras pessoas consideradas inimigas do regime. O caso mais notório ocorreu com a própria esposa de Prestes, a judia **Olga Benário**, que foi enviada para a Alemanha e morreu em um campo de concentração nazista.

Ao longo do ano de 1936, o medo do comunismo crescia incentivado pelo governo, que considerava o Brasil insuficientemente seguro diante de novas conspirações. As **garantias constitucionais estavam suspensas** e o clima para as eleições, que só ocorreriam em 1938, já era tenso.

Quando teve início a campanha para a sucessão presidencial, a oligarquia paulista lançou o candidato **Armando de Salles**

Oliveira, enquanto Getúlio, falsamente, apoiava **José Américo de Almeida**; falsamente porque Vargas tinha outros planos.

No dia 30 de setembro de 1937, explodiu nos jornais brasileiros a notícia de uma nova tentativa de golpe dos comunistas, como se dizia na época “muito pior que a anterior”, sendo que a nova teria sido planejada na Rússia por um comunista de nome **Cohen**. O “plano” previa assassinatos de líderes políticos importantes, o fim da propriedade privada e a imposição do ateísmo. O documento teria sido “descoberto” pelo General Olímpio Mourão Filho, membro do Partido Integralista, que o entregara ao chefe do Estado Maior do Exército, o general Gois Monteiro, responsável pela divulgação alarmista na imprensa.

Diante da “ameaça vermelha”, o Congresso concedeu ao governo o Estado de Guerra, criando-se condições para um **golpe de Estado**. Em novembro de 1937 o candidato Armando de Sales Oliveira apelou pela manutenção da legalidade, mas foi inútil. O golpe já estava consumado e **Francisco Campos**, futuro ministro da justiça, já havia sido encarregado de redigir a nova Constituição.

ESTADO NOVO (1937-1945)

O **Plano Cohen**, como ficou conhecido o plano comunista apócrifo, revelou-se uma farsa armada pelo próprio Capitão Olímpio Mourão Filho. Diante do pânico da população e tendo à sua disposição o estado de sítio, o governo fechou o Congresso e colocou o Exército nas ruas. Com a situação sob controle, a Constituição vigente foi substituída por outra, elaborada por Francisco Campos, mas inspirada na **Constituição da Polônia**. A carta foi outorgada por Getúlio Vargas e, assim, começava o **Estado Novo**, fase ditatorial da Era Vargas.

A **Constituição de 1937**, apelidada como **polaca**, era um apanhado de fórmulas fascistas importadas da Polônia, Itália e Portugal. A parte referente à legislação trabalhista não passava de uma cópia da **Carta del Lavoro** da Itália fascista e foi incluída no texto constitucional. As greves foram proibidas, os sindicatos passaram a estar atrelados ao Estado e seus líderes eram, na verdade, pessoas dispostas a fazer propaganda do regime e do ditador, dando origem a uma caracterização de muitas organizações sindicais brasileiras nos anos futuros, isto é, o **peleguismo**.

O presidente Vargas passou a governar e legislar através de **decretos-leis**, uma vez

que o Legislativo, então, era composto pelo presidente e por parlamentares eleitos indiretamente. Instituiu-se ainda o **Estado de Emergência**, que permitia ao presidente, a "autoridade suprema do Estado", suspender direitos individuais, prender, exilar e invadir domicílios. **Restaurou-se a pena de morte**, abolida ainda no final do Segundo Reinado, e o mandato presidencial foi estendido para seis anos.

Os integralistas, apesar de terem colaborado para o sucesso do golpe, também foram atingidos pelas medidas adotadas (ver quadro) e, sentindo-se traídos, rebelaram-se e tentaram tomar o poder em 1938. Chegaram a invadir o Palácio do Catete (sede do governo), mas foram cercados e acabaram massacrados no episódio que ganhou o nome de **Intentona Integralista**. Com os integralistas batidos pelas tropas do governo, **Plínio Salgado** foi obrigado a exilar-se em Portugal.

O ufanismo nacionalista promoveu o **desenvolvimento do Sul/ Sudeste**. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a indústria brasileira sofreu um pequeno crescimento devido à substituição das importações. Porém, a Guerra pressionou o governo Vargas a tomar uma posição. Afinal, o regime era muito próximo do fascismo europeu, mas o Brasil sempre pertencera à área de influência dos Estados Unidos. Com a eclosão do conflito, Getúlio declarou neutralidade em relação ao embate, mas tal posição era vista pelos norte-americanos como um apoio envergonhado ao regime fascista.

A posição brasileira só foi definida em 1941, quando bancos norte-americanos dispuseram-se a financiar a construção da **Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)** e da **Companhia Vale do Rio Doce**, possibilitando ao País produzir aço em grande escala. Após esse empréstimo, o rompimento com o Eixo tornou-se inevitável. A entrada do Brasil na guerra e o envio de soldados foram provocados pelo afundamento de navios brasileiros, que teriam sido atacados por submarinos alemães no litoral nordestino. A população, revoltada com a morte de mais de 600 marinheiros, apoiou a ida de soldados para a Europa.

Somente em 1944, o País enviou uma Força Expedicionária, formada por cerca de 23 mil soldados, comandados pelo **General Mascarenhas de Moraes**. Na Itália, a **FEB** foi incorporada ao 5º Exército dos EUA, que, sob o comando do general Clark, obteve algumas vitórias, destacando-se as de **Monte Castelo**, **Montese** e **Castelnuevo**.

Mesmo lutando ao lado dos vencedores, o governo de Vargas entrou em crise devido à destruição dos regimes ditatoriais europeus pelas forças aliadas, que incluíam o exército brasileiro. Mas é bom ressaltar que, desde o rompimento com o Eixo, ocorrido em 1942, já se questionava se era possível a manutenção de um regime ditatorial que apoiava a guerra contra as ditaduras.

Esse ambiente permitiu a formação de agremiações partidárias. Os três principais partidos surgidos na época seriam os protagonistas da política nacional até

O NEGÓCIO É CASAR

Veja só

A minha vida como está mudada
Não sou mais aquele
Que entrava em casa alta madrugada
Faça o que eu fiz
Porque a vida é do trabalhador
Tenho um doce lar
E sou feliz com meu amor
O Estado Novo veio para nos orientar
No Brasil não falta nada mas
precisa trabalhar
Tem café, Petróleo e ouro
Ninguém pode duvidar
E quem for pai de quatro filhos
O presidente manda premiar
É negócio casar

(O negócio é casar de Araújo Alves e Falesterto Martins)

meados da década de 1960.

O **Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)** mobilizava a burocracia sindical ligada ao trabalhismo e tentava ser o representante do operariado urbano. Através de uma ideologia populista, mantinha e reforçava a tradição inaugurada por Vargas. O **Partido Social Democrático (PSD)** era integrado pelas oligarquias rurais, por industriais e banqueiros ligados ao poder central, ou seja, tal partido também era ligado a Vargas. A **União Democrática Nacional (UDN)** reunia os antigetulistas e contava com a adesão das classes médias urbanas. Era um típico partido liberal, favorável à redução do papel do Estado e ao fim do protecionismo.

Devido a esses fatores, em 1945, Getúlio Vargas decidiu liberalizar o regime, chegando até a anistiar vários presos políticos. Isso abriu espaço para o nascimento de um movimento que defendia o retorno à democracia sob a chefia de Getúlio. O **queremismo** era composto por sindicalistas e até comunistas, estes sob a orientação externa da União Soviética.

Foram marcadas eleições presidenciais para aquele ano, mas desentendimentos entre Getúlio e setores militares fizeram que estes se aproximassem da UDN, que era claramente a favor da saída de Vargas.

Um grande comício pró-Getúlio havia sido organizado, mas o chefe da polícia do Distrito Federal o proibiu. Irritado, Vargas substituiu-o por seu irmão, Benjamim Vargas, mas tal ato não foi aprovado pelo general Gois Monteiro, que depôs Getúlio e entregou o governo ao poder Judiciário. Era o fim do Estado Novo, mas não o do "pai dos pobres".



Getúlio Vargas em foto não datada

Período populista

Nacionalistas, demagógicos e com grande apoio popular, os cinco presidentes do período estabeleceram uma política desenvolvimentista repleta de slogans e medidas transformadoras

O **populismo** é um fenômeno que teve suas origens na fase Entreguerras (1919-1939), mas que foi típico do Pós-Guerra em vários países do mundo. Caracterizou-se por uma democracia extremamente frágil, na qual membros da elite, carentes de apoio popular, apresentaram-se ao povo como tendo origem humilde, valendo-se de discursos nacionalistas e demagógicos e, dessa forma, **a população se identificava com o governante**, sentindo-se inclinada a apoiá-lo em momentos de crise. Em vários países do mundo, no entanto, essa situação evoluiu para democracias sólidas. No Brasil, houve líderes populistas regionais, como o paulista **Ademar de Barros** e os gaúchos **João Goulart** e **Leonel Brizola**, mas o populista de expressão nacional foi o próprio **Vargas**.

Voltemos a caracterizar os principais partidos desse período:

PTB: fundado por Getúlio Vargas, reunia colaboradores e sindicalistas simpatizantes do ditador;

PSD: também controlado por Vargas, pretendia ampliar a base de sustentação getulista, incluindo elementos de classe média, pequena burguesia e profissionais liberais.

UDN: reunia a alta burguesia, os grandes fazendeiros e os militares pró-Estados Unidos.

Devido à pressão norte-americana e da UDN, um golpe de Estado comandado pelo ministro do Exército, **Gois Monteiro**, depôs o ditador e garantiu as eleições presidenciais. A presidência passou a ser exercida pelo presidente do Supremo Tribunal, José Linhares. Nas eleições, concorreram o ex-ministro de Getúlio, **Eurico Gaspar Dutra**, candidato da coligação PTB-PSD, Eduardo Gomes (UDN) e Yedo Fiúza (PCB). O vencedor foi o General Dutra com 55% dos votos, o que caracterizou a vitória de Vargas, mesmo deposto.

GOVERNO DUTRA (1946-1950)

O governo Dutra foi marcado pela promulgação de uma **nova Constituição em**



Visita do Presidente Getúlio Vargas a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) em 01/06/1952

setembro de 1946. De caráter liberal e democrático, a Constituição de 1946 regeu a vida política do País até o golpe militar.

A administração Dutra foi, sobretudo, conservadora e de alinhamento político com os EUA no contexto da **Doutrina Truman** da Guerra Fria. Expressões disso foram a decretação da ilegalidade do Partido Comunista e o rompimento das relações diplomáticas com a Rússia, bem como com todo o bloco soviético. A **supressão oficial do**

PCB fortaleceu o PTB junto aos trabalhadores urbanos sindicalizados. Outra marca do conservadorismo foi a decretação da proibição do jogo e o fechamento dos cassinos.

A **proximidade com os Estados Unidos** fez-se também no campo cultural, com a introdução de um número cada vez maior de filmes, músicas e produtos norte-americanos que aqui popularizariam o *american way of life*.

A presidência de Dutra foi a primeira

CONSTITUIÇÃO DE 1946

- Restabelecimento do federalismo;
- Mandato presidencial de cinco anos;
- Mandato de quatro anos para deputados;
- Mandato de oito anos para senadores;
- Restauração do cargo de vice-presidente;
- Separação e independência dos três poderes;
- Criação da Justiça Eleitoral;
- Incorporação da CLT à Constituição;
- Proibição de voto para analfabetos e soldados;
- Previsão da formação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

a elaborar um plano geral de ação do governo. Tal projeto ficou conhecido como **Plano Salte** (saúde, alimentação, transporte e energia). Porém, a maior parte das verbas ficou concentrada nos dois últimos itens. Provas disso foram as construções da **Rodovia Rio-São Paulo**, da **Rodovia Rio-Bahia** e da **usina hidrelétrica de Paulo Afonso**. O plano não atingiu os objetivos esperados e foi abandonado em 1951.

Esse período também foi marcado pelos enormes incentivos às importações como estratégia para manter os preços baixos e controlar a inflação. Entretanto, tais medidas provocaram a **redução das divisas acumuladas durante os anos de guerra**. Em apenas um ano e meio, mais de 700 milhões de dólares foram transformados em menos de 80 milhões.

Com a aproximação do fim do mandato de Dutra, em 1951, realizaram-se novas eleições, nas quais **Getúlio Vargas foi eleito presidente** com 48% dos votos, tendo como vice **João Café Filho** (UDN). Vargas, que até aquele momento exercia mandato de senador, soubera articular-se junto aos partidos que ajudara a criar (PTB-PSD), sem deixar de lado setores militares e até os populistas regionais, como Ademar de Barros. **Getúlio destruiu a imagem de ditador fascista e voltava ao Catete posando de democrata nacionalista e defensor dos trabalhadores.**

GOVERNO VARGAS (1951-1954)

Com a ascensão de Vargas ao poder, reconduzido à presidência "nos braços do povo" através da chancela das urnas, instalou-se uma **política nacionalista**, com o estabelecimento do monopólio estatal sobre a extração e o refino do petróleo,



Presidente Juscelino Kubitschek visita o navio-tanque batizado em sua homenagem, na chegada ao Brasil, em 2 de fevereiro de 1959.

expresso na criação da **Petrobras** e coroando uma imensa campanha conhecida como **"O Petróleo é Nosso"**. Houve também a expansão da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda mas, em contrapartida, Vargas teve de enfrentar uma **inflação crescente** e um **Congresso e imprensa contrários à sua prática política**. Seu ministro do Trabalho, o trabalhista **João Goulart**, amedrontava a burguesia conservadora que temia uma guinada de Vargas à esquerda e a implantação de uma república sindicalista, tal como fizera na Argentina o ditador Juan Domingo Perón.

Dessa forma, o segundo governo Vargas foi pontilhado de manifestações contrárias a ele, um verdadeiro cerco da imprensa, manifestos dos militares que julgavam estar ocorrendo uma marginalização das Forças Armadas e agitações populares. O anúncio de que o salário mínimo seria elevado em 100% apenas acirrou os ânimos.

No auge das manifestações, ocorreu o **atentado da Rua Toneleros**, em que **Carlos Lacerda**, membro da UDN e proprietário do jornal *A Tribuna da Imprensa*, foi ferido a tiros e o major da Aeronáutica, Ruben Tolentino Vaz, perdeu a vida.

Os opositores culpavam Getúlio, que pretextou inocência, comprometendo-se a investigar o fato. A Força Aérea decidiu averiguar o caso por conta própria, chegando

até o nome de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente. A partir daí, as investigações referiam-se ao ambiente do governo descrevendo-o como **"mar de lama"**.

As pressões para que Getúlio deixasse o poder cresciam de todos os lados: UDN, Forças Armadas, e até mesmo o vice Café Filho sugeriu que ambos renunciassem. Na noite de 23 de agosto de 1954, em uma reunião ministerial, Vargas comprometeu-se a tirar uma licença e deixar o Executivo. Mas, na madrugada de 24 de agosto, **Getúlio cometeu suicídio** com um tiro no peito, depois de redigir uma inflamada carta-testamento.

A UDN percebeu, então, que havia perdido sua última chance de chegar ao poder e decidiu dar um golpe de Estado para evitar a posse do candidato eleito, **Juscelino Kubitschek**, com o pretexto de que ele não conseguira maioria absoluta dos votos. **Café Filho** afastou-se do poder alegando motivos de saúde, sendo substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, **Carlos Luz**. A articulação de um golpe era comentada em todos os círculos e já dado como certo por muitos, quando o ministro do Exército, **Marechal Henrique Teixeira Lott**, decidiu dar um **"golpe preventivo"**, prendendo os principais líderes da UDN, afastando o presidente em exercício e colocando em seu



Vista do Congresso Nacional, em Brasília, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e inaugurado em 21 de abril de 1960 pelo então presidente Juscelino Kubitschek

RETRATO DO VELHO

"Bota o retrato do velhinho outra vez
Bota no mesmo lugar
O sorriso do velhinho
Faz a gente se animar, oi.
Eu já botei o meu
E tu não vai botar?
Já enfeitei o meu
E tu vais enfeitar?
O sorriso do velhinho
Faz a gente trabalhar"

(Retrato do Velho, de Mário Pinto e Haroldo Lobo)

lugar o vice-presidente do Senado, **Nereu Ramos**. O País foi mantido em estado de sítio até a posse do novo presidente.

GOVERNO JK (1956-1960)

O governo de **Juscelino Kubitschek** foi marcado por transformações ligadas à área econômica, como o **rompimento com o FMI**, a adoção de um capitalismo associado ou dependente dos EUA, exemplificado pela criação da OPA (Operação Pan-Americana), e pelo **desenvolvimentismo**. Seu slogan de campanha e de governo era **50 anos de progresso em 5 de governo**, deixando claro que a linha mestra de sua atuação seria a **pressa na realização de seus projetos**, preferindo atrair os grandes capitais estrangeiros, gerando a desnacionalização da indústria e endividando o País.

Sua realização mais famosa, **Brasília**, a nova capital, é um ótimo exemplo de suas obras grandiosas realizadas em ritmo acelerado a um custo elevado e de legalidade duvidosa. Sempre é bom lembrar que o

primeiro projeto para a transferência da capital brasileira para o Planalto Central fez parte da Constituição de 1891.

O custo de tais obras aprofundou o **endividamento externo**, e a desenfredda emissão de dinheiro fez **disparar a inflação**. Os ganhos astronômicos de alguns empresários e empreiteiros provocaram um clima de euforia no País, fazendo crer que o Brasil havia encontrado seu caminho para o primeiro mundo. A questão é que a segunda metade da década de 1950 estava caracterizada por um mercado em expansão em nível internacional, buscando países como o Brasil que ofereciam facilidades fiscais e amplo mercado consumidor. O carro-chefe da industrialização dessa época foram as **empresas automobilísticas**, gerenciadas após a criação do Grupo de Estudos da Indústria Automobilística (GEIA).

Enfatizando o **"desenvolvimento econômico e industrial"**, e passando à população uma imagem de otimismo e crescimento econômico, JK estabeleceu o **Plano de Metas**, dentre as quais destacavam-se energia, transporte, alimentação, educação e a construção de **Brasília**, que, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo urbanista Lúcio Costa, era considerada a **"síntese de todas as metas"**.

Paralelamente, apesar da criação da **Sudene** (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), o Nordeste foi esquecido, o que aprofundou ainda mais as diferenças com o Sul e o Sudeste industrializados. Se já era forte a migração de nordestinos para os Estados dessas regiões, a ampliação dos desequilíbrios regionais empurrou verdadeiras multidões para fora

de sua terra natal. Duas décadas depois, o Brasil teria uma população urbana que superaria a rural.

Ao final de 1960, Juscelino concluía seu mandato, tendo superado duas tentativas de golpe, os levantes de Jacareacanga e de Aragarças, protagonizados por militares da Aeronáutica desgostosos com o presidente e francamente partidários de **Carlos Lacerda**.

Na campanha eleitoral daquele ano, a UDN aliou-se ao governador paulista **Jânio da Silva Quadros** e lançou-o para a presidência. Jânio era o candidato que, tendo como símbolo a vassoura, atacava violentamente a corrupção e a inflação desenfredda do governo Kubitschek. Ele acabou vencendo o Marechal Lott, do PTB, por uma diferença esmagadora. Assim, chegava ao fim a **"república do presidente bossa-nova"**. Os cinco anos JK foram marcados pelo **otimismo**, em meio a um mundo bastante turbulento politicamente.

GOVERNO JÂNIO (1961)

Jânio Quadros possuía um **estilo pessoalista**. Não se identificava com ideologias ou partidos e, com seus discursos inflamados, contagiava o eleitorado urbano, que acreditava na possibilidade da transformação e no **fim da corrupção** a partir da determinação de um só homem. Em certa medida, o eleitorado de Jânio era simpático a líderes autoritários.

Quadros implantou uma prática de obediência às determinações do FMI, demitindo servidores e implantando uma **política recessiva** no País. Por outro lado, tentou fazer que o Congresso aprovasse uma lei que controlava as remessas de lucros para o exterior. Em março de 1961, o cruzeiro foi desvalorizado em 100% em relação ao dólar e houve corte no subsídio às importações de trigo e petróleo, o que provocou aumentos nos preços do pão e dos transportes.

Algumas de suas atitudes, hoje, fazem parte do folclore político nacional, como as proibições de brigas de galo, uso de biquínis, corridas de cavalo, e seus famosos **"bilhetinhos"** enviados para o Congresso e que deveriam tornar-se leis.

Mas, no plano externo, Jânio esboçou uma **política independente, reatando relações diplomáticas com a URSS** e condecorando Ernesto "Che" Guevara, herói da Revolução Cubana.

Em pouco tempo, **Jânio isolou-se politicamente**, perdendo inclusive o apoio da UDN, partido pelo qual havia sido eleito. O

presidente era acusado de ser centralizador, comunista, autoritário, entreguista, ou seja, críticas genéricas surgiam a seu respeito e expressavam a decepção dos mais variados setores da sociedade.

Em 25 de agosto de 1961, após participar das solenidades do Dia do Soldado, Jânio Quadros deixou uma carta-renúncia para seu ministro Oscar Pedrosa Horta e viajou para São Paulo. Do conteúdo da carta, destaca-se a parte na qual o presidente se justifica, alegando a existência de "forças terríveis" que haviam se levantado contra ele e o impediam de governar. O Congresso, perplexo com a notícia, organizou-se para levar adiante a sucessão presidencial.

Antes de renunciar, Jânio havia mandado seu vice, **João Goulart**, em missão oficial à URSS e à China. Ao ser informado da renúncia do presidente, "Jango" (como era conhecido) providenciou sua volta ao País para assumir o poder. Os militares divulgaram um manifesto afirmando que não aceitariam que a presidência fosse entregue a um "admirador" do socialismo.

Então, a presidência foi assumida provisoriamente por **Ranieri Mazzili**, presidente da Câmara dos Deputados. Tinha início uma articulação nos meios militares para impedir a posse de Jango, e tal situação dividiu o País. No Rio Grande do Sul, liderada por Leonel Brizola, formou-se a "**rede da legalidade**", conclamando o povo a defender a Constituição. O prefeito do Recife, **Miguel Arraes**, também fez campanha pela posse de Jango. O impasse só foi resolvido em setembro, com a adoção de uma emenda que instituiu o **parlamentarismo**, retirando o poder da presidência e entregando-o a um primeiro-ministro. Estava marcado para 1965 um plebiscito para que fosse decidida a manutenção do regime ou a volta do presidencialismo.

GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

O governo João Goulart foi o marco da **crise do populismo** brasileiro. Os complicados anos 60, entremeados com movimentos sociais, revoluções no comportamento, guerras e mobilizações estudantis, polarizaram a sociedade brasileira. Nesse sentido, o **trabalhismo**, que nos anos 30 e 40 era visto como estratégia para conter o crescimento dos comunistas, agora era visto como tão perigoso quanto. Assim, apesar de não possuir o perfil de líder comunista, **Jango se aproximou da esquerda**, amedrontando cada vez mais os empresários e militares.

O GOVERNO GOULART E O GOLPE DE 64

"Documentos do Departamento de Estado norte-americano, recentemente revelados à opinião pública, evidenciam o grau de participação e de envolvimento dos EUA na conspiração e execução do golpe de abril de 1964. Examinemos aqui apenas o caso da chamada 'operação Brother Sam'. No dia 31 de março aprovou-se, numa reunião do Departamento de Estado um plano militar que consistia no envio às costas brasileiras um porta-aviões de ataque pesado (o Forrestal), destróieres de apoio, petroleiros bélicos, navios de munições e navios de mantimentos; aviões transportando armas e munições (110 toneladas), aviões de caça, aviões tanques e um posto de comando-transportado deveriam se deslocar para o Rio de Janeiro. O objetivo de toda esta aparatosa operação era a de fornecer "apoio logístico, material e militar" aos golpistas.[...]

Três dias após o golpe, Carlos Lacerda ouviu de Mr. Gordon (embaixador norte-americano no Brasil) a seguinte declaração: "Vocês fizeram uma coisa formidável! Essa revolução sem sangue e tão rápida! E com isso pouparam uma situação que seria profundamente triste, desagradável e com conseqüências imprevisíveis no futuro de nossas relações: vocês evitaram que tivéssemos que intervir no conflito".

TOLEDO, Caio Navarro - O Governo Goulart e o Golpe de 64 - Ed. Brasiliense - São Paulo - 1963



O presidente João Goulart (direita) recebendo do piloto-cosmonauta Andriyan Nikolayev (esquerda) um livro sobre sua viagem ao espaço

O período parlamentarista foi instável, pois não havia uma base partidária sólida de sustentação do chanceler. Os quatro primeiros-ministros dessa fase foram **Tancredo Neves, Moura Andrade, Francisco de Paula Brochado da Rocha e Hermes Lima**.

João Goulart bateu-se contra o parlamentarismo até conseguir sua extinção em 1963, antecipando o plebiscito através da Emenda Capanema e de uma enorme movimentação nacional que ficou conhecida como "**Campanha da Legalidade**". O presidencialismo venceu com cinco vezes mais votos, mas a oposição contra Jango, apesar de pouco numerosa, abrangia os setores mais influentes da sociedade.

Em 1963, o ministro do Planejamento, Celso Furtado, anunciava o **Plano Trienal**, com objetivo de reduzir a taxa de inflação e estimular o crescimento econômico, mas tal projeto não recebeu apoio dos organismos internacionais nem da burguesia nacional.

Jango, então, anunciou as "**reformas de base**", atendendo às reivindicações de vários setores reformistas da sociedade brasileira. Tudo isso ocorria sob a vigilância das Forças Armadas, da burguesia conservadora e dos Estados Unidos.

No dia 13 de março de 1964, Jango convocou um **comício na Central do Brasil**, no Rio de Janeiro, no qual anunciou a nacionalização das empresas de petróleo e a assinatura do primeiro decreto de **reforma agrária**. O projeto previa a utilização das terras improdutivas que estivessem próximas a ferrovias e rodovias, ou seja, não havia a intenção de desapropriar os tradicionais latifúndios. Mas tal medida foi o suficiente para que João Goulart passasse a ser considerado um "perigoso comunista". Para piorar, ele discursou diante de 2 mil sargentos manifestando apoio a um motim de marinheiros, o que desagradou os altos escalões das Forças Armadas.

Em represália ao comício, a classe média paulistana protestou, realizando uma grande manifestação em 19 de março, com o nome de "**Marcha da Família com Deus pela Liberdade**", que reuniu mais de 100 mil mulheres na capital, e exigiu que o exército depusesse o presidente.

Na noite de **31 de março de 1964**, iniciou-se um levante militar em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo que culminou na **deposição do presidente da República**. O golpe tinha o apoio logístico da CIA e das Forças Armadas dos EUA, num evento que foi chamado de "Operação Brother Sam".

Ditadura militar

Com os militares no poder durante mais de duas décadas, o País viveu debaixo da repressão e do frustrante “milagre econômico”

O golpe militar de 1964 representou o fim da era populista, que começou com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas e incorporou as massas à vida política, mas negou-lhes autonomia. Os trabalhadores eram tutelados pelo Estado e serviam de base de sustentação para os governantes.

O nacionalismo econômico e o fortalecimento de grupos de esquerda, como estudantes, camponeses e sindicatos, desagradavam os setores influentes da sociedade, que se tornaram protagonistas do movimento de 1964. Os militares representaram, então, uma alternativa para o populismo e o nacionalismo reformista. Naquele momento, o discurso referia-se a novas expressões, como **segurança nacional** e **anticomunismo**.

Durante o regime militar no Brasil, houve o fortalecimento do Poder Executivo, e o alto comando das Forças Armadas passou a controlar a sucessão presidencial.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

O Supremo Comando Revolucionário (uma junta militar) assumiu o poder e baixou o **Ato Institucional nº 1 (AI-1)**, que limitava a atuação do Congresso Nacional, cassava direitos civis dos cidadãos e criava o Decurso de Prazo, pelo qual os projetos enviados pelo Executivo só poderiam ser rejeitados por maioria absoluta e seriam aprovados automaticamente se não fossem votados 30 dias após sua emissão. Estabelecia que o presidente deposto seria substituído por eleição indireta. Foi esse dispositivo que permitiu a eleição do Marechal Humberto Castelo Branco. Muitos parlamentares foram cassados, líderes sindicais, presos e até a União Nacional dos Estudantes foi fechada.

O **AI-2 (1965)** extinguiu todos os partidos políticos e criou a **ARENA** (Aliança



O presidente Ernesto Geisel

Renovadora Nacional) e o **MDB** (Movimento Democrático Brasileiro). Foi a estratégia encontrada para manter a aparência de que havia um poder Legislativo. O **AI-3 (1966)** estabeleceu eleições indiretas para governadores dos Estados e nomeação dos prefeitos das capitais e cidades estratégicas (áreas de segurança nacional) pelos governadores. Em fins de 1966, foi editado o **AI-4**, que convocava o Congresso a aprovar uma nova Constituição. A Carta de 1967 concedeu ao Executivo o poder de legislar durante o recesso parlamentar.

A nova Constituição entrou em vigor com a posse do general **Artur da Costa e Silva**, mas já havia uma certa apreensão da sociedade quanto à permanência dos militares no poder. Muitos políticos que haviam apoiado o golpe, como Carlos Lacerda e Ademar de Barros, perceberam que existia uma mobilização para afastar os civis do poder. Foi nesse ambiente que Lacerda manteve contatos com JK e João Goulart, formando a chamada **Frente Ampla**.

Em meados de 1968, a UNE, apesar de extinta, ainda conseguia liderar manifestações, como a **Passeata dos Cem Mil**, no Rio de Janeiro. Enquanto isso, o Exército fazia campanha para que as comemorações do Dia da Independência tivessem participação popular. Mas, na Câmara Federal, o deputado do MDB, Márcio Moreira Alves,

convidou a população a boicotar os desfiles de 7 de Setembro. Os militares pressionaram o Congresso para cassar o mandato do deputado, mas os parlamentares não aceitaram.

Assim, em dezembro de 1968, o governo fez baixar o **AI-5**, que dava ao Executivo o direito de colocar em recesso o Congresso Nacional e estabelecia a suspensão de todas as garantias constitucionais dos acusados de crime contra a Segurança Nacional, a intervenção nos Estados e municípios, a restrição do *habeas corpus*, a censura prévia aos meios de comunicação etc.

No final de 1969, Costa e Silva sofreu um derrame cerebral, mas os militares recusaram-se a passar o poder para o vice, e civil, **Pedro Aleixo**. Uma junta militar assumiu o governo, entregando-o em outubro de 1969 para o general **Emílio Garrastazu Médici**, depois de o Congresso ter “concordado” com a “eleição”.

O “MILAGRE” ECONÔMICO

Já no governo de **Castelo Branco**, os ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões (Planejamento e Fazenda) desenvolveram o **PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo)**, com o objetivo de controlar a inflação e retomar o crescimento do País. Houve favorecimento ao capital estrangeiro e contenção dos salários como vias de controle de preços. Foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que permitiu a **rotatividade da mão-de-obra e o rebaixamento dos salários**.

Durante o governo Costa e Silva, os ministros **Hélio Beltrão** e **Delfim Neto** deram continuidade ao plano e, com isso, obtiveram empréstimos dos Estados Unidos e aval para o reescalonamento da **dívida externa**.

Nos anos seguintes, os empréstimos no exterior permitiram ao Estado idealizar uma série de **grandes obras**, que tinham por objetivo investir em áreas nas quais a iniciativa privada não poderia atuar, além de chamar a atenção para um inevitável desenvolvimento do País. As chamadas **obras faraônicas** (como a Ponte Rio-Niterói, a Usina de Itaipu, a Ferrovia do Aço e a Transamazônica, sem

PRESIDENTES DO PERÍODO MILITAR

Humberto Castelo Branco	1964 - 1967
Artur da Costa e Silva	1967 - 1969
Emílio Garrastazu Médici	1969 - 1974
Ernesto Geisel	1974 - 1978
João Batista de Oliveira Figueiredo	1979 - 1985

falar no “programa nuclear” brasileiro) consumiram boa parte dos empréstimos.

Com os ministros João Paulo dos Reis Velloso (Planejamento) e Delfim Neto (Fazenda), a indústria teve notável desenvolvimento. Mas tal modelo econômico, dependente de empresas estrangeiras e de empréstimos do exterior, não resistiu às crises internacionais dos anos de 1970. Dentre elas, a **crise do petróleo de 1973** foi a que mais atingiu os cofres públicos. Milhões de dólares foram emprestados e gastos apenas com a importação de petróleo e os subsídios ao petróleo nacional. O programa **Proálcool**, apesar de desenvolver uma nova tecnologia para combustíveis, não conseguiu impedir o **colapso do “milagre econômico”**.

Durante o governo Geisel, o mesmo João Paulo dos Reis Velloso, então acompanhado de Mário Henrique Simonsen, tentou reverter o quadro de crise econômica, ampliando a participação do Estado na economia. Mas um inimigo crescente começava a corroer o apoio que a classe média dava ao regime: a **inflação**.

No começo da década de 1980, já sob o governo Figueiredo, a crise atingia seu ponto máximo, com desemprego, inflação alta, desvalorizações da moeda, arrocho salarial e novos empréstimos no exterior, não mais para investimentos, mas apenas para saldar os débitos antigos.

O ministro Delfim Neto ficou famoso ao criar a frase (que se referia à distribuição de renda no Brasil): **“Primeiro é necessário fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo”**. O modelo econômico militar permitiu ao Brasil deixar de ser um País agrícola para se tornar a **oitava economia do mundo** em capacidade produtiva, mas isso não significou distribuição de renda. Os desequilíbrios regionais permaneceram, e foram até ampliados, e a indústria nacional ficou ainda mais atrelada às multinacionais.

CRISE E FIM DA DITADURA

Os militares revezaram-se no poder ao longo de 21 anos, enfrentando, vez por outra, contestações das esquerdas que foram reprimidas violentamente. Principalmente durante o governo Médici, os vários focos de guerrilha foram esmagados pelo regime. A **censura** dominou os meios de comunicação, a música, as artes e até obras vindas do exterior. Centenas de brasileiros foram torturados e mortos, enquanto a população era bombardeada com campanhas ufanistas e frases de efeito, como **“Ninguém segura**



Foto datada de 1964 do presidente Humberto Castelo Branco (1900-1967)

esse país” e **“Brasil: ame-o ou deixe-o”**.

O regime começou a apresentar sinais de exaustão no início da década de 1980, com os protestos dos estudantes de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, a chamada **“Marcha da Panela Vazia”** na Praça da Sé, e as greves de metalúrgicos do ABC paulista.

Em 1974, a oposição esboçou reação ao vencer as eleições em 16 dos 22 Estados da Federação. Em resposta ao fracasso eleitoral da Arena, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, criou a **Lei Falcão** (1976), que **proibia o discurso dos políticos até mesmo durante a campanha eleitoral**, mas facultava aos partidos a utilização de rede nacional de rádio e televisão durante uma hora por ano. O líder do MDB, Alencar Furtado, utilizou a rede para denunciar torturas contra presos políticos e foi cassado na tribuna livre da Câmara dos Deputados.

Em 1977, o General Ernesto Geisel baixou o **pacote de abril** (ver quadro) e, em 1979, cancelou as eleições para senador e nomeou pessoas de sua confiança para o Senado (**os senadores biônicos**), mas **revogou o AI-5**. O General João Batista Figueiredo permitiu o início da **abertura política e a anistia** a todos os acusados de crimes políticos. Não foi a anistia “ampla, geral e irrestrita” que pediam os movimentos populares, mas era um começo. Restabeleceu-

se a liberdade partidária, extinguindo-se o MDB e a ARENA, e foram prometidas eleições diretas para presidente “para breve”. O principal articulador das transformações políticas, e verdadeira eminência parda do poder, era o general **Golbery do Couto e Silva**, que previu uma **abertura lenta, gradual e segura**, isto é, que possibilitasse aos militares deixarem o poder sem traumas para eles e para a sociedade.

Os integrantes do MDB criam o PMDB e a ARENA deu origem ao PDS. Outros políticos fundaram um partido mais moderado e batizado com o nome de PP (Partido Popular), liderado por **Tancredo Neves. Leonel Brizola** e **Ivete Vargas** (sobrinha de Getúlio) lutaram pela herança do trabalho e da sigla PTB, sendo que a vitória coube a Ivete. Brizola, que havia acabado de voltar do exílio, decidiu-se pela criação do **PDT (Partido Democrático Trabalhista)**, tentando rivalizar com o PTB.

Fruto de uma articulação de intelectuais e políticos de esquerda, estudantes e sindicalistas surgiu o **PT (Partido dos Trabalhadores)**, que se tornou o substituto do **PCB** (ainda ilegal na época) junto ao comando dos trabalhadores organizados.

Em 1982, ocorreram as eleições para governador ainda sob a legislação da ditadura. Fortalecidas com o resultado das urnas, as oposições lançaram o movimento das **Diretas Já** em 1984, mobilizando milhares de pessoas em todo o País com comícios e passeatas. Mas a Emenda Dante de Oliveira (deputado do PMDB que apresentou o projeto constitucional) foi barrada pela bancada situacionista liderada pelo PDS e não conseguiu os votos de 2/3 do Congresso, como exigia a lei. As eleições ocorreriam apenas em 1985, ainda pelo Colégio Eleitoral.

PACOTE DE ABRIL

O pacote lançado pelo General Ernesto Geisel em 1977 determinava que:

- o número de deputados de cada Estado seria proporcional ao número de habitantes. Dessa forma, nos colégios eleitorais com maior número de analfabetos, cada voto (de eleitor e, portanto, alfabetizado) teria maior força;
- os territórios (sob controle militar) elegeriam dois deputados em vez de um;
- cada Estado teria um número mínimo de oito deputados e um máximo de 55;
- o mandato de presidente seria estendido de cinco para seis anos.

Brasil contemporâneo

Depois da ditadura militar, o País completou a transição democrática e passou por vários planos até organizar e revitalizar a economia

A oposição tentou levar a mobilização das **Diretas Já** para o Colégio Eleitoral, com a chapa **Tancredo Neves** (PP) e **Ulisses Guimarães** (PMDB). No lado situacionista, o ex-governador de São Paulo e então deputado federal, **Paulo Maluf**, em sua ânsia de chegar à presidência da República, acabou por indispor-se com as lideranças de seu partido, o PDS, provocando uma cisão que deu origem ao Partido da Frente Liberal (PFL), autodenominado "PDS não malufista". O PFL passou a apoiar a candidatura de Tancredo Neves e recebeu a vice-presidência na pessoa de **José Sarney**. O PT não participou do Colégio Eleitoral e puniu os três deputados que desobedeceram a determinação partidária.

GOVERNO SARNEY (1985-1989)

A chapa **Aliança Democrática**, formada por Tancredo e Sarney, venceu a eleição indireta e prometeu restabelecer a normalidade democrática. Mas, com a morte prematura de Tancredo Neves, foi o vice **José Sarney** que assumiu a presidência da República, tentando conter a inflação galopante e a gigantesca dívida externa herdada dos governos militares. Em 1986, foi eleita uma **Assembleia Constituinte** para redigir uma nova **Constituição**, que ficou pronta em 1988.

O governo Sarney acabou por configurar-se como o desgoverno do País, pois foi pontilhado de planos de estabilização econômica fracassados, com destaque para o primeiro deles, o **Plano Cruzado**, elaborado pela equipe do ministro Dilson Funaro, que criou:

- um tabelamento forçado dos preços;
- a substituição do cruzeiro pelo *cruzado*, com o corte de três zeros;
- gatilho salarial.

No início, o Plano Cruzado teve o apoio da população, entusiasmada com a breve estabilização, mas, em poucos meses, produtos desapareceram dos mercados e começou a cobrança de ágio.

Então, houve o **Plano Cruzado II**, que congelou os preços novamente, mas muito acima da realidade do mercado. Não tardou para a inflação voltar, o



José Sarney assumiu a presidência da República tentando conter a inflação galopante e a gigantesca dívida externa

que provocou a queda de Funaro.

Em junho de 1987, o ministro **Luís Carlos Bresser Pereira** anunciava um novo conjunto de medidas, que ficariam conhecidas como **Plano Bresser**, visando a regularizar as contas públicas através de novo congelamento de preços e salários.

Mais um fracasso fez que o último ministro da área econômica do governo Sarney, **Mailson da Nóbrega**, apresentasse outro "pacote" em janeiro de 1989, o chamado **Plano Verão**, com a criação do *cruzado novo* (novo corte de zeros). Mas a recessão continuou e a inflação chegou a ultrapassar os 50% ao mês.

CONSTITUIÇÃO DE 1988

- Voto facultativo aos analfabetos;
- Voto facultativo aos jovens com mais de 16 anos;
- Garantia da liberdades individuais do cidadão;
- Conteúdo parlamentarista;
- Sistema presidencialista;
- Eleições em dois turnos;
- Manutenção dos direitos trabalhistas;
- Prisão para discriminação racial;
- Igualdade entre homem e mulher perante o comando da família.

O governo acabou perdendo o apoio dos aliados de Tancredo Neves, o que abriu as portas aos políticos do "**Centrão**", grupo suprapartidário de composição indefinida que tinha por lema a frase "**É dando que se recebe**". Tal atitude provocou uma cisão no PMDB, dando origem ao **PSDB**, que passou a fazer oposição ao governo.

As eleições presidenciais de 1989, que começaram com a apresentação de 22 candidatos, foram realizadas sob o signo da **inflação galopante** e de uma certa **desesperança da população brasileira**. Fernando Collor de Melo (**PRN**), um político não muito conhecido nos grandes centros, mas com amplo apoio de setores políticos conservadores e do empresariado, venceu **Luiz Inácio "Lula" da Silva**, da Frente Brasil Popular (liderada pelo **PT**), num segundo turno disputadíssimo, tornando-se o primeiro presidente eleito por voto direto depois de 29 anos, completando, assim, a transição democrática.

GOVERNO COLLOR (1990-1992)

O jovem presidente da República carregava em si contradições que não tardariam a se mostrar. Neto de Lindolfo Collor (ministro do Trabalho de Getúlio Vargas) e filho do senador Arnon Afonso de Melo, ele mesmo havia sido nomeado prefeito de Maceió pela ditadura militar e governador de Alagoas pelo **PDS** (antiga **ARENA**). Mas Fernando Collor afirmava não ter ligações com a elite tradicional e "ter nojo dos políticos profissionais". Educado nos melhores colégios de Brasília, apresentava-se como o candidato da parcela mais humilde da população brasileira: **os descamisados** (expressão já utilizada anteriormente pelo ditador argentino Juan Domingo Perón).

Logo depois de assumir a presidência, **Collor anunciou uma série de medidas que visavam a reorganizar a economia. Era o Plano Collor** (ver quadro).

Sem dúvida, as medidas causaram grande impacto, mas os resultados não foram satisfatórios e, em seis meses, a inflação já dava sinais de que havia resistido. A adoção de um **Plano Collor II** não surtiu efeito e



Antônio Cruz/ABR

Fernando Collor de Melo tornou-se o primeiro presidente eleito por voto direto no País depois de 29 anos



O senador Antônio Carlos Magalhães na posse de Fernando Henrique Cardoso para o segundo mandato como Presidente da República, em 10 de janeiro de 1999. ACM seria presidente do Senado e um dos homens de confiança do ex-presidente FHC nos quatro anos seguintes

provocou críticas dos mais variados setores da sociedade. Era uma contradição: o governo que pregava medidas modernizantes e liberalizantes, ao mesmo tempo, exercia uma prática intervencionista e populista.

Aliás, a faceta autoritária de Collor era amenizada por um eficiente trabalho de marketing, que associava a figura do presidente ao vigor físico e à modernidade econômica. Collor ficou famoso por **cunhar os automóveis brasileiros de "carroças"**, sem falar em suas aparições praticando esportes radicais.

Após três anos de governo, começaram a explodir os **escândalos sobre corrupção**, como a arrecadação irregular de contribuições para a campanha eleitoral montada pelo tesoureiro **Paulo César Farias**, o enriquecimento ilícito e a lavagem de dinheiro, entre outros, que culminaram na formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). A CPI, após mais de 80 dias de investigações e depoimentos, recomendou ao Congresso o **impeachment do presidente**.

Em 29 de setembro de 1992, após votação na Câmara dos Deputados, Fernando Collor foi afastado do governo sob acusação de corrupção, entregando a faixa presidencial a seu vice, **Itamar Franco**.

GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994)

Em 1993, foi realizado um plebiscito para se determinar a adoção do **parlamentarismo ou a manutenção do presidencialismo**. Houve também uma proposta para resgatar-se a monarquia, mas essa vertente teve votos pouco representativos. O presidencialismo venceu, numa prova de que a população brasileira não confia nos membros do Legislativo, preferindo apostar na personalização do poder.

Durante o governo de Itamar Franco, despontou a figura do sociólogo **Fernando Henrique Cardoso**, um dos líderes do **PSDB** paulista que, depois de vários ministros que não conseguiram controlar a economia, assumiu a pasta da Fazenda e dirigiu a implantação do chamado **Plano Real**, no qual um conjunto de medidas permitiu a estabilização mais duradoura da economia.

A criação de uma nova moeda, o **cruzeiro real**, foi uma das primeiras medidas tomadas para a reforma econômica. Foi criada, então, a URV (Unidade Real de Valor), que se tornou o novo **indexador da economia**. Não foram tomadas as medidas tradicionais, como o congelamento de preços e salários, mas estes foram convertidos para URVs.

GOVERNO FHC (1994-1998-2002)

A estabilização da economia favoreceu a fácil eleição de FHC para a presidência da República já no primeiro turno em 1994, com o apoio de partidos tidos como conservadores, principalmente o PFL. Fernando Henrique derrotou **Luís Inácio "Lula" da Silva**, que disputava o cargo como favorito no início da campanha, mas, pela segunda vez, era engolido pelo isolamento do partido e pelo apoio dos setores tradicionais ao candidato FHC. O mesmo ocorreria em 1998, após uma conturbada negociação que permitiu a Fernando Henrique candidatar-se à reeleição.

Os dois primeiros anos do governo foram marcados pela **estabilização**. A **inflação registrada em 1996 foi de 10,04% ao ano**, a menor em quase 50 anos. No entanto, a estabilização da moeda, apesar de beneficiar setores pobres da sociedade, provocou desequilíbrios. **As taxas de desemprego atingiram índices altíssimos**, sendo que em 1997 10 milhões de pessoas no

PLANO COLLOR

Elaborado pela equipe da ministra Zélia Cardoso de Melo, o Plano Brasil Novo determinou:

- ▣ a extinção do cruzado novo e a volta do cruzeiro;
- ▣ o confisco e o bloqueio de depósitos em contas correntes e cadernetas de poupança;
- ▣ o bloqueio de diversas outras aplicações financeiras;
- ▣ o congelamento de preços e salários;
- ▣ a extinção de alguns órgãos do governo, com imóveis sendo colocados à venda;
- ▣ o lançamento do Programa Nacional de Desestatização.

Brasil estavam desempregadas, isso sem falar no aumento de trabalhadores informais e do subemprego.

Nos últimos anos do governo FHC, com o preço baixo do dólar, as importações atingiram altos índices, provocando **déficits na balança comercial**. As privatizações, foram financiadas com dinheiro do BNDES, isto é, o governo emprestava seu dinheiro para empresários comprarem empresas estatais. Especulou-se que tais empresas foram vendidas por preços abaixo do que realmente valeriam, ou ainda que o dinheiro gasto para sanear-las não foi compensado pela arrecadação das vendas.

O preço da **desestabilização** acabou sendo alto. O aumento da violência nos centros urbanos, as greves pela manutenção do emprego e os movimentos populares, como o **MST (Movimento Sem-Terra)**, demonstraram que haviam enormes distâncias entre os projetos do governo e a realidade social.